

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG**

FÁBIO ORLANDO EICHENBERG

**TURISMO DE NATUREZA NO MUNICÍPIO DE JARDIM (MS),
POSSIBILIDADES E CONFLITOS.**

**DOURADOS, MS
2013**

FÁBIO ORLANDO EICHENBERG

**TURISMO DE NATUREZA NO MUNICÍPIO DE JARDIM (MS) –
POSSIBILIDADES E CONFLITOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia *Strictu Senso* Área de Concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira em nível de Mestrado, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, em Dourados (MS) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Charlei Aparecido da Silva.

**DOURADOS, MS
2013**

FÁBIO ORLANDO EICHENBERG

**TURISMO DE NATUREZA NO MUNICÍPIO DE JARDIM (MS) –
POSSIBILIDADES E CONFLITOS.**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Aprovada em: 28 de Junho de 2013

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva, (orientador) FCH - UFGD.

Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson – FCH – UFGD.

Prof. Dr. Archimedes Perez Filho – UNICAMP.

Prof. Dr. Noslin de Paula Almeida, (suplente) – UFMS.

**DOURADOS, MS
2013**

AGRADECIMENTOS

Certamente o ato de agradecimento é uma necessidade do ser humano frente a um desafio, uma etapa vencida, uma conquista. Igualmente certo, que o é injusto, tendo em vista, um bom número de pessoas haverem contribuído para o cumprimento desse momento. Contudo, cabe a este autor, tentar ser o mais justo possível e cumprir com esse ato.

Meu agradecimento inicial é dedicado ÀQUELE que me pôs de pé em todos os meus maus momentos, me conduziu e se fez presente em todas as minhas conquistas.

A minha esposa, meu amor, Graziela Brites Turdera que cumpre um excelente papel como mulher, companheira, e se manteve firme no propósito de me apoiar ao longo dessa etapa formadora, sem você não teria chegado ao final. Agradeço também a ela pela (co) autoria do abstract que compõe essa dissertação.

Ao meu filho Miguel Turdera Eichenberg dedico tudo que sou e onde estou. Filho, o papai te ama!

Aos meus familiares, Edna Maria Ferreira (Mãe) Orlando Eichenberg (Pai), vocês me ensinaram desde cedo a lutar por meus objetivos fortemente embasados em meus ideais. Aos meus irmãos Fernanda Daniela Eichenberg, Débora Maria Ferreira, Luis Fernando Eichenberg, esposa, e sobrinho Luis Felipe Eichenberg. Dedico a vocês esse trabalho.

Aos familiares de minha esposa, Senhor Guillermo Turdera Rosas, e Senhora Ida Elena Brites, Felipe Turdera, Valéria Brites e família, pelo cuidado e atenção de toda ordem, dispostos a nós e a nosso filho. Dedico especial agradecimento ao “Primo” Eduardo Mirko Valenzuela Turdera pelas incansáveis conversas com cerveja, e pelos conselhos que lá atrás me destes e que sem eles nada disso haveria acontecido, obrigado!

Agradeço ao Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva sua família pela compreensão, (pelo cafezinho sempre ótimo!) e por ter acreditado e dedicado seu tempo à orientação e construção desse trabalho em nível de Mestrado.

A todos os meus colegas de mestrado, professores, técnicos (Ângelo não sei o que faria sem você para me ajudar, obrigado!) colaboradores de todos os setores da UFGD, obrigado por tudo!

A todos os meus alunos (Vocês certamente enriqueceram os nossos debates), colegas de profissão (Marcão e a amizade), (Elvis e Gezeli valeu pelas caronas até Jardim e a todo (a)s que fizeram parte da “casa amarela”). Colaboradores da Prefeitura Municipal de Jardim – MS, em especial Fernanda Pinheiro, que trabalham para o desenvolvimento do Turismo, ao ex- Prefeito Marcelo, ao grupo mãos a obra de artesanato em osso, enfim vocês ajudaram a enriquecer esse desafio.

A CAPES pelo apoio financeiro. Sem investimento não se faz pesquisa de qualidade nesse país. Agradeço o aporte da bolsa de demanda social fundamentalmente público concedido durante quase a totalidade da pesquisa. Ao programa pró – equipamentos que permitiu que a parte técnica fosse realizada em laboratórios contemplados por recursos oriundos daí.

RESUMO

Desde o surgimento da sociedade, que quase dois terços da terra se converteram em “arena” da atividade do homem. A população cresce de maneira constante. O progresso técnico científico amplia a possibilidade da atividade do homem sobre a natureza. Isso vai conduzir uma transformação radical das paisagens naturais. Esse processo vai se desenrolar com muito mais rapidez do que a capacidade de se manter naturalmente as paisagens. O modelo de turismo debatido nesta dissertação em nível de Mestrado pode ser entendido como um processo de reaproximação, de retorno, de romantismo, porém não deixa de ser importante. O turismo na natureza é hoje um dos principais vetores da economia do turismo. Certamente os diversos conceitos de turismo na natureza estão visceralmente ligados às concepções racionalista, romântica e naturalista. Desde o *trade* local, passando pelo discurso das entidades representativas da academia. Todos enfatizam a necessidade de se transformar bens naturais em “recurso”. De se conservar e preservar os ambientes naturais para as próximas gerações, a ciência baseada nas universidades prospecta estudos científicos sobre o tema e os turistas carregados de Romantismo buscam encontrar áreas intactas, livre da “ação do homem”. Dessa forma o mercado composto pelo *trade* turístico que é representado na grande maioria das vezes por integrantes dos diversos equipamentos turísticos do lugar, membros do poder público, e universidade, designa de que maneira os bens naturais assegurados por legislação específica (Unidades de conservação em sua maioria) serão elevados à categoria de recurso, para fins turísticos. As políticas públicas, muitas vezes vão ser concebidas e implementadas nos lugares turísticos, a partir de discussões com o *trade* turístico, que elegerá a partir de critérios específicos os espaços turísticos mais ou menos atrativos. Isto posto, o objetivo desse trabalho é promover o mapeamento e o zoneamento dos recursos naturais existentes para o turismo de natureza no município, e com base nessa proposta e tendo como método a compreensão da atividade turística pela concepção sistêmica de análise, auxiliar na organização do turismo de natureza em escala local, tendo o município de Jardim no Estado de Mato Grosso do Sul como laboratório. Certamente essa pesquisa abre precedentes importantes de pesquisa a outros trabalhos em níveis distintos de estudos, não sendo em si um limitador de análises *posteriori*, mas sim, apenas um referencial na busca pelo entendimento acerca do Turismo.

PALAVRAS CHAVE: Turismo. Políticas de Turismo. Planejamento ambiental.

ABSTRACT

Since the emergence of society, almost two thirds of the Earth became "arena" for man activity. Population grows steadily. Technical scientific progress broadens the possibility of man activity over nature. This leads to a radical transformation of natural landscapes. This process unfolds much faster than the capacity for natural landscapes to sustain themselves. The tourism model discussed in this dissertation, in Masters level, can be understood as a process of rapprochement, return, of romanticism, but nonetheless important. Nature tourism is today one of the main vectors of the tourism economy. Certainly the various concepts of tourism in nature are viscerally connected to a variety of conceptions, such as rationalist, romantic and naturalistic. From the local trade, going through the representative bodies of the Academy. They all emphasize the need to transform natural assets in "resource". To conserve and preserve natural environments for future generations, the science held in universities prospects scientific studies on the topic, and tourists loaded with Romanticism seek for intact areas, free of "man action". Thereby the market consisting of the tourist trade, represented in the vast majority of times by members of the various tourist facilities of the place, members of the Government, and University, designates in what manner the natural goods, ensured by specific legislation (mostly conservation units), will be elevated to the category of resource for tourism purpose. Public policies will often be designed and implemented in places of interest, from discussions with the tourist trade, which shall elect from specific criteria which of the tourist areas are the more or less attractive ones. That said, the objective of this work is to promote the mapping and zoning of the existing natural resources for nature tourism in the municipality, and based on this proposal and guided by the method of understanding the tourism activity using a systemic analysis on nature, to contribute in the organization of nature tourism at local scale, taking the town of Jardim in the State of Mato Grosso do Sul as a laboratory. Certainly this research opens important precedents for other research works in different levels of studies, not being itself a posteriori an analysis restrictor, but yes, just a benchmark in the search for understanding Tourism.

KEY WORDS: Tourism. Public policys. Environmental planning.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO	15
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
UMA LEITURA DAS SOCIEDADES E SUAS NATUREZAS.....	18
1.1 A transição do paradigma mecanicista-cartesiano para o sistêmico, algumas possibilidades de análise	30
1.2 Análise da atividade turística a partir da Teoria Geral dos Sistemas: a condição sistêmica como paradigma	37
1.3 Conceituação e caracterização dos subsistemas ambientais.....	48
1.4 O turismo na natureza, outras “ <i>sociedades</i> ” outras “ <i>naturezas</i> ”	54
1.5 Turismo de natureza, ecoturismo, e turismo de aventura: distanciamentos e aproximações.....	59
1.6 Normalização no segmento de turismo na natureza.....	65
II – CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS DO TURISMO	69
“CONCEPÇÃO” DAS POLÍTICAS PARA O TURISMO NO BRASIL	69
2.1 Descentralização das políticas públicas a partir dos governos subnacionais	73
2.2 Políticas públicas no Brasil: da centralização ditatorial, a (des) centralização “democrática”	75
2.3 Políticas Públicas de Turismo no Brasil: multiplicidade de escalas e teorias	77
2.3.1 PDITS – Plano de desenvolvimento integrado e sustentável	81
2.3.2 PDITS – Serra da Bodoquena	82
2.3.3 PNMT – Programa nacional de municipalização do turismo.....	83
2.3.4 Macroprograma: regionalização do turismo roteiros do Brasil	87
2.3.5 Contextualizando as políticas públicas para o turismo em Mato Grosso do Sul.....	88
III – MATERIAIS E MÉTODOS	92
A SOCIEDADE DE RISCO E SUA PRÁXIS NO SÉCULO XXI.....	92
3.1 Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para fins de Planejamento turístico	96

3.1.1 Ação antrópica relativo às atividades econômicas	99
3.1.2 Mapa de uso das terras	100
3.1.3 Geologia e Geopark Bodoquena-Pantanal em Jardim, MS	103
3.1.4 Quadro: Formações geológicas encontradas no município	106
3.1.5 Mapa de geologia	107
3.1.6 Principais rios de Jardim	108
3.1.7 Mapa dos principais rios	109
3.1.8 Aspectos da Geomorfologia de Jardim	110
3.1.9 Quadro: Aspectos de unidades de relevo do município	111
3.2 Mapa das unidades de relevo do município	112
3.2.1 Leitura da hipsometria do município.....	113
3.2.2 Mapa de hipsometria	114
3.2.3 Análise da declividade de Jardim, MS	115
3.2.4 Mapa de declividade.....	116
3.3 Planejamento ambiental e turismo na natureza	117
3.6 Uso dos recursos naturais frente às questões ambientais	120
IV– RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	123
4. PLANEJAMENTO TURÍSTICO E ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	123
4.1 Plano Diretor Municipal.....	129
4.1.1 Quadro: Síntese das diretrizes do Plano Diretor	130
4.1.2 Mapa: Zoneamento turístico em Jardim segundo o Plano Diretor	131
4.3 Zoneamento dos recursos naturais de Jardim, MS para o turismo de natureza.....	132
4.3.1 Mapa: Zoneamento dos principais atrativos turísticos de Jardim, MS.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXOS	146
APÊNDICES.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia do Turismo de Mato Grosso do Sul.

Quadro 2 - Formações geológicas encontradas no município de Jardim, MS.

Quadro 3 - Formações geomorfológicas encontradas em Jardim.

Quadro 4 - Síntese das diretrizes do Plano Diretor Participativo Turístico de Jardim, MS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A velha - nova concepção do turismo na natureza

Figura 2 – Mapa: município de Jardim, MS - Uso das terras.

Figura 3 – Mapa: município de Jardim, MS - Geologia.

Figura 4 – Mapa: município de Jardim, MS – Principais rios.

Figura 5 – Mapa: município de Jardim, MS – Unidades de Relevo.

Figura 6 – Mapa município de Jardim, MS – Hipsometria.

Figura 7 – Mapa: município de Jardim, MS – Declividade.

Figura 8 – Processo de inter-relações do SISTUR

Figura 9 – Modelo do Ciclo de vida das destinações turísticas

Figura 10 – Mapa: município de Jardim, MS - Macrozonas do Plano Diretor Participativo Turístico de Jardim.

Figura 11 – Mapa: município de Jardim, MS - Projeto de zoneamento turístico para o Turismo de Natureza.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA – Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BA – Estado da Bahia
CB: 54 – Comitê Brasileiro de Estudos Turísticos
CADASTUR – Cadastro de Empreendimentos Turísticos
EUA – Estados Unidos da América
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
GLOVIS - *Global Visualization Viewer*
ICMBio – Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
IEB – Instituto de Ecoturismo Brasileiro
IMIT – Instituto Mexicano de Investigaciones Turísticas
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LABGEO – Laboratório de Geoprocessamento
LGF – Laboratório de Geografia Física
MS – Estado de Mato Grosso do Sul
MSTUR – Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul
NBR: 15331 – Norma que estabelece o Sistema de Gestão da Segurança
OMT – Organização Mundial do Turismo
PARNA – Parque Nacional
PR – Estado do Paraná
PAS – Programa Aventura Segura
PMMA – Plano Municipal de Meio Ambiente
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo
RPPN – Reserva Particular de Patrimônio Natural
RIO+20 – Conferência Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
RINTUR – Roteiro de Informações Turísticas
RJ – Estado do Rio de Janeiro
SEPROTUR – Secretária de Promoção do Turismo
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SPRING – Sistema de Processamento e Informações Georreferenciadas
SISTUR – Sistema Turístico
SGS – Sistema de Gestão da Segurança
TURISUL – Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul
TGS – Teoria Geral dos Sistemas
UNESCO – Organização das Nações Unidas Para a Cultura
USGS - *United States Geological Surveys*

APRESENTAÇÃO

Existem várias concepções e abordagens de mundo e da relação sociedade e natureza. Esta (a natureza) é anterior aquela (sociedade), tendo em vista tê-la dado e permitido a existência. Segundo Coriolano (2007, p. 20) “O homem se diferencia dos demais seres vivos por sua capacidade teleológica de pensar e agir, de mudar e interferir na natureza”. Ainda que aquele se sinta superior a esta, ele apenas a complementa e qualifica. Em Porto – Gonçalves (1989, p. 9) “o homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta revolucionária em uma sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza”.

A relação sociedade e natureza na contemporaneidade têm na aproximação e interconectividade seu aspecto mais marcante. Pois ao retornar a natureza, o homem remonta sua ancestralidade e se (re) conecta com suas raízes. A partir dessa experiência o homem é capaz de promover a proteção em detrimento da degradação, tão comumente presenciada na sociedade de consumo e tão propalada como impacto negativo no Turismo.

O Turismo como *práxis* social, de fuga cotidiana, de *anti-stress*, demanda uma compreensão não cartesiana de mundo, e uma mudança de paradigma. A ruptura atualmente se observa pelo pensamento sistêmico, que orienta uma visão a partir da complexidade, do todo, da totalidade quase Humboldtiana. Isso a partir da compreensão do que é Turismo, turismo de natureza, ecoturismo, suas abordagens e concepções, que aqui foram em alguma medida colocadas à prova.

Os impactos advindos da racionalização da Natureza pelo Turismo também foram expostos e remonta alguns séculos atrás, nada de novo, nenhuma novidade, entretanto o fato de em pleno século XXI a sociedade se propor a valorar, racionalizar e expor os recursos naturais, a Natureza, a um fetichismo exacerbado, com pseudônimos diversos, tais como: ecoturismo, turismo de aventura, em ambientes naturais, de natureza certamente em detrimento do sistema capitalista apontam para uma mercantilização total e complexa.

Vai se desdobrar em leis e normas a serem concebidas e implementadas nas diversas categorias aqui dispostas e detalhadas adiante.

INTRODUÇÃO

O que é Turismo? Essa é uma das questões que vem a baila quando ingressamos nos estudos sobre a temática. Certamente, o Turismo é uma atividade econômica dinâmica e capaz de proporcionar impactos positivos e negativos em algum nível nos ambientes onde se dá a prática, dessa forma a pesquisa em Turismo deve se desenrolar a partir de análises que contemplem as relações de complexidade, de poder, as possibilidades e os conflitos encontrados na totalidade da atividade. Este trabalho tem a pretensão de ser uma análise dessa totalidade e da especificidade do turismo de natureza a partir do município de Jardim, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O turismo de natureza pode ser representado a partir das relações da sociedade com a natureza. Durante séculos, o homem transformou seu entorno, modificou suas práticas e assegurou que o “natural” fosse tido como uma extensão da sociedade, para o bem, e para o mal. Essa relação tempestuosa se traduz em momentos de adoração, de tensão, sofrimento, romantismo e racionalidade. É permeada por avanços científicos, pelo surgimento e desaparecimento de teorias e grupos associados ao tema e entremeados as consequentes transformações ocorridas.

O Capítulo I deste trabalho é reservado a fazer esse debate, e essa releitura das sociedades e suas naturezas, tendo em vista, as características de cada século analisado, e o papel da ciência enquanto facilitadora dessa dicotomia, e incentivadora em parte, dos desafios que se nos são impostos até a presente data.

No âmbito das políticas públicas nota-se que a atividade turística é, diante dos demais segmentos da economia brasileira, quase sempre invisível, e ainda segundo os sucessivos governos analisados, o que procuramos encampar no capítulo II, incapaz de pesar nas balanças e indicadores sobre economia interna e externa. É fato que a criação de um ministério específico para o Turismo, na década passada, criou um ambiente propício para alavancar a atividade, para lhe dar aspecto e corpo de indústria que lhe falta há décadas no Brasil, no entanto, o que se observa ao longo de 10 anos completados em 2013 é um ministério esvaziado e a duras penas conseguindo realizar o seu papel de organizador,

e para além, de equacionador das diferenças e perversidades encontradas no território brasileiro, algumas delas agravadas por propostas equivocadas de desenvolvimento regional, que se transformam em alguns casos, como é o de Jardim frente ao indutor das políticas que é Bonito as relações em verdadeiros abismos decisórios. Os planos, programas e metas se mostram nada ambiciosos, e o Brasil, não consegue transformar “o futuro” ao qual lhe relegam prefácios e introduções de documentos oficiais em presente, no hoje, em geração de emprego, renda e divisas.

O capítulo III é uma leitura das possibilidades encontradas e mapeadas no território jardinense. Vai de encontro ao conhecimento necessário para se planejar, e propõe a partir desse conhecimento, uma reestruturação dos recursos naturais existentes, dando ênfase aos recursos já reconhecidos no Brasil, e fora do país, caso dos atrativos: buraco das araras, recanto ecológico rio da Prata e lagoa misteriosa, além dos balneários do Assis e municipal, formalizados e garantidos ao uso público de turistas e visitantes, e também aos recursos prospectados e que ainda não possuem sua formalização e são aqui tratados como apenas potenciais recursos do Geossistema para o Turismo.

No capítulo IV será elaborada uma proposta de zoneamento turístico do município de Jardim. A proposta será justificada pela espacialização do território realizada no capítulo anterior de elementos como hidrografia, uso das terras e geologia. Esses elementos do Geossistema é que vão caracterizar os usos atuais dos recursos e colocá-los a disposição do mercado turístico. Para que seja possível zoneá-los, os atrativos, será criada três zonas de atração: Zona de Atratividade, (Z1 – A, B, C) capazes de atrair um fluxo significativo de turistas ao município, sendo essa a zona de maior valorização por parte do *trade*, Zona de Relevância (Z2 – A, B, C, D) importante pelas características de transição entre a zona de atratividade, apesar de ser menos valorizada pelo poder público e iniciativa privada como atrativo. Serve em especial como local de lazer para a população do local. E finalmente a Zona de Pressão (Z3 – A, B, C) que corresponde a uma área com característica altamente antropizada e que pode trazer impactos negativos ao Turismo no município, principalmente se o segmento for voltado a atividades em meio natural como: ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza, tipologias discutidas no capítulo I desse trabalho.

O trabalho intitulado turismo na natureza no município de Jardim, MS: possibilidades e conflitos é fruto de um longo processo de análise e caracteriza o formato atual do turismo voltado a ambientes naturais no município estudado. Não é proposta final e Justifica-se também, por ser o Turismo um dos vetores de incentivo e investimentos por parte dos governos e suas esferas de poder. Espera-se que *posteriore* aos grandes eventos internacionais que ocorrerão no país nos anos subsequentes o Turismo de natureza seja mais bem gerido e incentivado por parte do poder público e iniciativa privada.

Os objetivos principais dessa pesquisa são dentro das características do Geossistema local promover o mapeamento e o zoneamento dos recursos naturais existentes para o turismo de natureza no município e com base nessa proposta e tendo como método a compreensão da atividade turística pela concepção sistêmica de análise auxiliar na organização do turismo de natureza em escala local.

A metodologia sistêmica foi utilizada em todas as etapas dessa pesquisa. Sabe-se que o Turismo e mais especificamente, o turismo de natureza, tem na fragilidade de dados e informações no cenário da pesquisa seu principal desafio, tendo em vista, países hispânicos em especial: Cuba, México, Argentina e principalmente a Espanha se destacarem no rigor das análises, em face a complexidade nos estudos sobre Turismo em seus territórios. Entendemos que a partir da análise do Turismo pela teoria Geral dos Sistemas se torna fundamental entender o rigor necessário para sistematizar os dados e gerar informações complexas, entretanto, que facilitem a tomada de decisões por parte dos planejadores.

Ao final dessa etapa de pesquisa, espera-se haver compreendido um pouco da realidade do município de Jardim, suas relações de poder e desse com o Geossistema. Os processos políticos que se desdobram nessa região e suas nuances frente ao estabelecimento de um modelo de exploração do Turismo de natureza que possa privilegiar os aspectos importantes destacados no mapa de zoneamento apresentado ao final como proposta de organização territorial. Algumas questões infelizmente ficarão sem resposta, e isso é parte do processo de pesquisa. Algumas hipóteses podem aqui ainda serem elencadas em relação ao Geossistema, aos mandos e desmandos políticos, as opções do poder público á “usurpação territorial” em curso, que venham outros estudos e façam suas leituras.

CAPITULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

I. UMA LEITURA DAS *SOCIEDADES* E SUAS *NATUREZAS*

“Como todas as palavras que designam uma ideia muito geral, a palavra Natureza parece clara quando a empregamos, mas, quando sobre ela reflectimos, parece-nos complexa e talvez mesmo obscura”. (LENOBLE, 1969, p. 183).

“Natureza remete para naturalmente, naturalmente para natureza, e não é possível sair do círculo” (Ibidem).

Nas obras do século XVIII e XIX que se caracterizam por traduzir os avanços das ciências, por vezes, observamos autores que olvidam tais avanços ocorridos nos vários períodos históricos das sociedades, e o fazem, em última análise, por acreditar que disciplinas importantes no contexto dessas sociedades como a antiga física, por exemplo, “tinha acumulado senão nuvens” LENOBLE (1969, p. 27). Entretanto, é fundamental salientar quais foram os avanços e os retrocessos das *sociedades* analisadas em relação à construção dos conceitos de Natureza tendo personagens como: Descartes; Kant; Newton; Aristóteles; entre outros como representantes do pensamento científico em épocas distintas e contribuintes dessa construção. Interessa-nos mergulhar nos escritos a partir do século XVI, e através da observação daquilo que se compreende como a relação Sociedade & Natureza e os desdobramentos histórico-filosóficos, conceituais, que a representam e ainda, tentar-se á compreender tais influencias na proposta de construção da atividade turística na *modernidade* que aqui chamaremos de Turismo de Natureza. Para isso entende-se que:

O despertar do homem para a “natureza divinizada” desencadeado no período histórico do século XVI, compreendido a partir do Renascimento¹ é, também conhecido como o período de reconciliação do homem com o antigo, onde esse buscava expressar artisticamente a preocupação com o ser e o existir do humano “através de um melhor conhecimento da antiguidade” Lenoble (p.233).

Ao reconciliar-se pelo contrário, com o pensamento antigo, o Renascimento divinizou de novo a natureza: para a ciência, ela é a mágica autônoma, em nada dependente de Deus, e possui os segredos de sua ordem, da sua vida, da sua alma; em moral, ela retém em si mesma o amor, a admiração, a confiança, a adoração em fim que, outrora, visavam ignorá-la. (LENOBLE. 1969.p. 251).

Teve como relevante, a expansão das artes. Segundo Lenoble (p.253) “durante esse período, o homem sentiu a natureza antes de pensá-la, o que era proposto pela escolástica² de Aristóteles”. “Esse sentimento é tão forte que rompe com todas as barreiras que a escolástica impusera ao espírito para pensar antes de sentir”. (p 254). É o período marcado por algumas descobertas científicas. Dentre elas, a principal, a invenção da imprensa, propiciando avanços para a época de ordem cultural e da sociedade como um todo.

Enquanto que para as artes esse foi um período constituído de certa forma em um ambiente profícuo, com condições favoráveis para o seu desenvolvimento, para a Ciência, e não por causalidade é o momento de se aproveitar dessa nova mentalidade onde: “numa Natureza imprevisível, que podemos fazer a não ser *observar* sem mesmo tentar sistematizar. Nesse contexto oferece-se destaque a Botânica e a Geologia”. (LENOBLE. 1969, p. 253)

¹ Não se pode deixar de ter em consideração o fato de que os homens deixaram de lado toda a sistematização de Aristóteles durante esse período, isso os levou a buscar em práticas que segundo Lenoble, (1969.p.233) “Remontavam aos neoplatônicos, a Plutarco, Macróbio, e até mesmo aos Caldeus (povo da Caldeia)”. Portanto temos que nos apoiar nesses fatos se quisermos compreender a representação da Natureza concebida pelos homens do Renascimento.

²A partir do século XIII, o aristotelismo penetrou de forma profunda no pensamento escolástico, marcando-o definitivamente. Isso se deve à descoberta de muitas obras de Aristóteles, desconhecidas até então, e à tradução para o latim de algumas delas, diretamente do grego. Até cerca do século XII, os europeus só conheciam pequena parcela da filosofia de Aristóteles. Foi a partir das traduções e comentários feitos pelos filósofos árabes que as obras de física, metafísica e ética passaram a ser conhecidas na Europa.

Mais a frente, ciência e arte vão caminhar em veredas distintas. Tendo as artes sua continuação “animística constitucional” como relata Lenoble (p.253), e a ciência percorrerá o caminho do mecanicismo, iniciando um período de divergência onde vale destacar o aspecto amórfico a que ambas relegaram o estudo da Natureza, durante esse período.

Os poetas e os artistas do Renascimento estão mais afastados de nós, do que em geral imaginamos: através das ciências subjacentes as suas pretensas metáforas, ligam-se a um pensamento animista profundamente anticientífico e irracional. (LENOBLE, 1969. p.256)

No século seguinte a Natureza volta a encontrar na Ciência aspectos de originalidade, o bastante para convidar o espírito a observá-la de mais perto. A Natureza começa a ser vista como um meio para o homem, onde o fim está acima da Natureza.

Na idade média, o homem é o centro da Natureza e este optimismo deixou de se impor; com a filosofia do Renascimento, a Natureza torna-se o fim do homem e poderia chegar-se a um impasse. Para autores como Rabelais o novo século dita o novo destino de um homem que vai aprender a desembaraçar-se numa Natureza na qual pode, sem dúvida, encontrar uma ajuda, mas cuja exuberância se derrama em demasiadas direcções para corresponder a um fim único. (LENOBLE, 1969. p.256)

No século XVII, a Natureza torna-se á, com efeito, uma simples mecânica. E o homem se habituará a examinar o problema do seu destino. (Lenoble. 1969. p.256.)

Apenas para resumir o quão importante é o século XVII para as Ciências da Natureza, é impossível reduzir todo esse período a tão curto espaço para escrever, ou seja, num capítulo dessa dissertação. Certamente é o período que caracteriza uma revolução dos estudos da Natureza. Nesse período em relação ao anterior, ou do Renascimento, ela é transformada em marca³. Recebe um carácter original que se sobrepõe as artes. Se segue no texto adiante, alguns aspectos importantes para este trabalho que podem ser pontuados.

É o século da ciência, que vai se distanciar cada vez mais das artes. O progresso da ciência, longe esta de servir as artes como no século XVI. Este avanço mais adiante, no período do racionalismo científico, vai representar um período de decadência. Por outro

³ O sentido de “marca” vem da ideia de que a Natureza nesse período começa a ser compreendida como algo passível de ser apropriado e incorporado pelo homem como recurso. Ou seja, sua marca estará em breve aliada à voracidade com que ela será utilizada pela indústria como recurso para o progresso.

lado, a ciência ainda não havia se apoderado da Natureza. No entanto em breve ela sairia do pedestal de “Deusa Universal” e cairia numa desgraça até então nunca vista. Seria reconhecida como máquina (LENOBLE, p.258).

Mecanizada, a natureza torna-se uma simples possibilidade de exploração técnica, em breve levada ao máximo pela indústria nascente e logo invasora. O homem trocou o seu modelo, a sua senhora, por uma ferramenta. Esta ferramenta é lhe entregue sem uma nota a explicar o seu modo de emprego. (LENOBLE. 1969 p. 279).

É também o período onde o homem começará a exercer seu domínio sobre a Natureza a partir da técnica, que se pode dizer tem seu berço nas artes, permanecendo esta no domínio das probabilidades, da opinião, do empírico, enquanto a ciência racional prospera. É através das artes que o homem aperfeiçoa seu trabalho de artesão, de artífice, de obreiro. Neste período a matemática está estritamente reservada aos filósofos, que especulam sobre as virtudes dos números, enquanto aos artesãos resta o empirismo.

A estrutura da Natureza e, conseqüentemente, a estrutura da sociedade vão sofrer uma remodelação completa; o engenheiro conquista a dignidade de sábio, porque a arte de fabricar tornou-se o protótipo da ciência. O que comporta uma nova definição do conhecimento, que já não é mais contemplação, mas, utilização, uma nova atitude do homem perante a Natureza: ele deixa de olhá-la como uma criança olha a mãe, tomando-a por modelo; quer conquistá-la, tornar-se “dono e senhor” dela. (LENOBLE. 1969. p. 260).

René Descartes nesse período vai estabelecer uma primeira divisão do pensamento em antigo e contemporâneo, criando segundo (SAËNZ, 1986, p. 99) “Um sistema filosófico completamente inexpugnável (...). Perfeitamente seguro em sua verdade e em sua ordem lógica, de modo similar ao que sucedia nas matemáticas, edifício mental solidificamente estruturado e imune as simples opiniões de qualquer leigo na matéria”.

Descartes vai propor a criação de um modelo de funcionamento do homem e da natureza como máquina. Essa visão mecanicista permitiu uma fragmentação da realidade para um melhor aprofundamento analítico. Derivam-se daí, as especializações das ciências fortemente influenciado pelo método cartesiano, que mais tarde foi complementado por Newton e a física passa a se tornar à base de todo o pensamento científico (MENEZES, 2011.p.115).

O físico da Idade Média eleva-se a Deus descobrindo as suas intenções, as finalidades da Natureza, o físico mecanicista eleva-se a Deus penetrando o próprio segredo do Engenheiro divino, colocando-se no seu lugar, para compreender com ele, a forma como o mundo foi criado. (LENOBLE. 1969 p. 260).

Isto posto Descartes em 1644 em seu Discurso do Método (parte v) expressa que:

Resolvi-me a deixar todo este mundo aqui, as suas disputas e falar apenas do que ocorreria num mundo novo, se Deus criasse agora algures, nos espaços imaginários, matéria bastante para compô-lo e agitasse diversamente e sem ordem as diversas partes dessa matéria, de forma a compor um caos tão confuso que os poetas não o pudessem simular e que, seguidamente, não fizesse mais que o seu contributo ordinário a Natureza e a deixasse agir segundo as leis que estabeleceu (LENOBLE. 1969. p.261).

Nesse momento a partir do fragmento acima, é possível afirmar que o filósofo se coloca no lugar do “Engenheiro Divino”. Essa substituição, no entanto, vai se desenrolar a partir do momento em que todo o arcabouço histórico do conceito de Natureza construído até então, junto a todas as características de virtuosidade ajuntadas a Natureza, incluso as trazidas do período do Renascimento serão negadas. Ou seja, surge a necessidade dela (a Natureza) ser tida e tratada de maneira mecanizada. Descartes dessa forma a partir de Galileu e seu escrito: “O grande livro da Natureza está escrito em linguagem matemática”. Acrescentar que:

A verdadeira utilização das Matemáticas continuava a ser desconhecida nas Escolas. Uma vez que a Natureza é Matemática, as Matemáticas são o esqueleto sólido e certo da Física. O matemático deixa de ser o auxiliar vergonhoso do artesão ou do sonhador astrólogo cujas especulações reentram a velha magia Pitagórica dos números.

O matemático torna-se juntamente, com o engenheiro, o protótipo do sábio, o depositário do segredo divino. Ao reduzir a matéria à extensão, Descartes obtém essa segurança de crer que a Física é a Geometria aplicada. (LENOBLE. 1969. P.261).

O reconhecimento e progressão do pensamento cartesiano-mecanicista pela sociedade universal foram legítimos. O paradigma em questão, afirmava que o curso da ciência se daria de maneira natural, linear e cumulativa. Foi muito pouco criticado, questionado, devido a sua eficiência em responder aos problemas da época.

Segundo Menezes (2011.p.114) “O racionalismo cartesiano foi um dos grandes responsáveis pela revolução científica de sua época, mas também pela dicotomização

homem/Natureza, onde o último passa a poder ser livremente apropriado material ou simbolicamente pelo primeiro”. Para Harvey, durante a modernidade esse “domínio científico da Natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais” (1996, p. 23).

Outro pensador expoente vai contrapor o pensamento de Descartes. Emmanuel Kant destacadamente vai fortalecer os fundamentos do pensamento científico através da publicação de diversas obras, entre elas: *Crítica da Razão Pura*; *Crítica da Razão Prática*; e *Crítica do Juízo*. (*apud* MOLINA, 2001 p. 24).

As proposições filosóficas tiveram grande incidência, justificaram e sustentaram o esforço realizado por muitos homens em sua busca de princípios e leis naturais, ao tempo que derribaram preconceitos arraigados durante séculos acerca da missão do homem.

O homem, a princípio divertido, não vai tardar a apavorar-se com o seu poder, e com o vazio que criou desta forma em redor dele. Lenoble (p. 279).

Diversos aspectos tornam interessantes os estudos sobre a ideia de Natureza do século XVIII. Certamente os “germes” deste século, ainda nos dias atuais, geram discussões polêmicas acerca da construção e utilização do termo Natureza, e ajudam também a antever problemas e oferecer soluções para a sociedade contemporânea. Para alguns autores:

Um dos mais importantes destaques deste período é o caráter polemico, irreligioso, e ao mesmo tempo revolucionário. Do ponto de vista social, todos os termos que se invocam traduzem as características autênticas da Natureza: religião natural, razão natural, com o termo correlativo de racionalismo, moral natural, e até mesmo ciência, em relação a qual não se diz que é natural, mas apenas porque essa ideia é evidente. (LENOBLE, 1969. P. 303).

A partir dessa perspectiva os ideários de Ciência e Razão vão caminhar por caminhos simétricos, como componentes de um mesmo par, que significa ao passo irreligião e subversão.

Se no século XVII o homem quis ser representante de Deus na terra, resolveu deslocar para a natureza suas frustrações e transformá-la em máquina, no século XVIII o *Homocentrismo* e o *Racionalismo* serão marcantes. Ou seja, o homem vai se colocar de

maneira dicotômica em relação à Natureza, como senhor do mundo, prometendo lutar contra o céu.

O Racionalismo do século XVIII foi passional e ao mesmo tempo místico (p.306). Em nome da Natureza se reivindicava a liberdade. O século todo foi permeado por essa questão. No entanto a Natureza em diversas disciplinas científicas, entre elas, a Física, a Química, a Biologia, e a Geografia, aparecem cada vez mais estreitamente determinadas. Neste século, o mundo físico apresenta-se, segundo Lenoble (1969) “como um grande brinquedo, uma gangorra imensa entre duas liberdades: acima deles a de Deus, abaixo dele, a do Homem”.

Ainda neste ponto se desprezou a harmoniosa construção dos primeiros mecanicistas que tinham posto de parte o determinismo na Natureza física para dele desembaraçarem o homem e porem o mundo ao seu serviço. Com o novo naturalismo, ei-lo que entra de novo no homem e até mais solidamente que nunca, fortificado pelos êxitos que alcançou nas ciências objetivas. Natureza determinada, liberdade dádiva da natureza: eis o paradoxo que durante muito tempo vai se instalar no pensamento moderno. (LENOBLE, 1969.p. 309)

Quando é que a Natureza foi alguma vez “um fato” para o sábio. Quando é que ela foi ela mesma (Lenoble, 1969.p.312).

A Natureza tornou-se objeto unicamente da ciência. Isto é, segundo a acepção nova do termo, das técnicas. O que ela é em si não importa. De onde vem, e para onde vai ninguém quer saber. Os outros tempos não resolveram. O homem encontra-se, pois, frente a uma Natureza mecanizada, debaixo de um céu onde não se quer saber se existe outra Presença. A extensão das leis da Natureza à consciência humana vai ser valorizada, especialmente em John Locke e David Hume. O homem vangloria o fato de ter transformado a Natureza em máquina, sem se preocupar com o porvir. Também ele (o homem) se tornou objeto da ciência, de técnica. Homem-máquina. Lenoble (p.316).

Importante destacar a participação da ciência Geografia no transito entre a fragmentação cartesiana do real e a busca das relações entre o homem e o meio. Para Adriano Figueiró (2010. p.18) “sua construção e “crença” paradigmática vai se estabelecer fortemente a partir da abordagem cartesiana principalmente na subárea Geografia Física”.

O forte vínculo da nascente Geomorfologia do século XIX com os postulados teóricos e metodológicos da Geologia produziu, desde a

origem, uma determinada orientação no entendimento do conjunto dos processos naturais (*apud* CAPEL, 1983), hegemonicamente voltada para a explicação da morfologia da superfície terrestre e, por conseguinte, equivalendo a Fisiografia a Geografia Física. (FIGUEIRÓ, 2010. p. 18).

Ainda no século XVIII com o filósofo-geógrafo Emmanuel Kant, a Geografia Física estimularia uma crítica a esse modelo de interpretação da Natureza, que via na busca da transcendência, uma nova visão de sociedade e de mundo. Ou seja, “a visão mecanicista, da física mecânica baseada no empiricismo precisava ser ultrapassada”. (FIGUEIRÓ, 2010.p.21)

Diversos foram os debates acadêmicos na Europa em torno do estudo da natureza. Em um deles Emmanuel Kant dialoga com o escocês David Hume autor e defensor da modelo experimentalista de causa e efeito, enquanto que para Kant, existe uma concepção anterior à experimentação, na qual o comportamento físico dos corpos materiais tem que ser interpretado, seja qual for o universo da pesquisa, para Hume havia um questionamento dessa causalidade apriorística apontada por Kant à natureza, uma vez que os indícios de empiricismo tornavam inconsistentes as demonstrações de existência de uma lei universal (FIGUEIRÓ, 2010.p.21).

Para Kant, o conhecimento do mundo seria composto não apenas pelas informações obtidas individualmente pelos métodos da ciência experimental – empírica, mas também por aquilo que o autor chama de “transcendental”, ou seja, um conjunto de leis e entendimentos apriorísticos, que não derivam da experiência imediata e que permitem a construção de um conceito de unidade da natureza, conferindo-lhe um nexó teleológico (VITTE, 2006.p.43).

Dessas discussões surgiria conceito cunhado por Kant chamado de “juízo reflexionante”⁴. Segundo Vitte (2007.p.27) “o particular é dado, e o universal precisa ser encontrado, pois a caracterização sistemática da natureza não é deduzida de princípios a priori da natureza em geral”. Essa reflexão do particular “o juízo” e do geral pode ser encontrada em Vitte (2006.p.43) como sendo: “a representação que atribui ao conceito uma imagem”.

⁴ A *Crítica da Faculdade do Juízo*, de Kant, é primordialmente uma investigação crítica acerca de certa classe de juízos chamados reflexionante, que se subdivide em dois grupos, estéticos e teleológicos, e se define em oposição à outra classe, a dos chamados juízos determinantes.

Nesse momento a concepção de natureza não pode mais ser entendida apenas a partir do estudo das partes e vai se estruturar na noção de totalidade⁵. Ou ainda a partir de uma concepção sistêmica, e também “na forma de um grande organismo” (FIGUEIRÓ, 2010.p.21).

Observa-se particularmente a partir do pensamento influente de Kant sobre o conceito posteriormente formulado pelo pensamento Humboldtiano de totalidade, aspirações do dualismo epistemológico moderno que contrapõem Homem e Natureza. (FIGUEIRÒ, 2010.p.21).

A origem desse dualismo esta no fato de que o conhecimento experimental, para Kant, procede dos sentidos, tanto no que se refere ao mundo exterior (o que se relaciona diretamente ao estudo da natureza), quanto no que se refere ao mundo interior, ligado a questões da alma do homem. Assim, para Kant, o conhecimento do homem conduz a Antropologia, enquanto o conhecimento da natureza conduz a Geografia Física ou descrição da Terra. (FIGUEIRÒ, 2010.p.21)

Entende-se até aqui a partir da leitura do texto realizada que os diversos períodos a que nos permitimos analisar é deveras controverso. Se no século XVI com Arquimedes e todos os seus discípulos tínhamos uma Natureza próxima do homem a partir de características muito ligadas as artes, o que promovia uma sacralização do natural, frequentemente pintada, cantada e versada como sendo algo belo e digno de cuidados. Uma *mater*⁶. No século seguinte vemos que o homem começa a postular, e em alguns momentos permite-se apontar para a Natureza e identifica-la como máquina, iniciando um período mecânico e mecanicista de compreensão de sua própria relação com a Natureza, aonde a mesma chega a ser “culpada por todos os males da sociedade” e como afirmou Bacon, deveria ser “acossada” “violentada” “amaldiçoada”.

Já a partir do século XVIII a relação do homem com a Natureza começa a se alicerçar de maneira dualizada e dicotômica. O homem nesse período se entende como senhor e Deus de seu próprio destino, o que o leva como o próprio texto vai apontar, a: “entrar em guerra até mesmo com o céu”. Obviamente nesse período de ateísmo

⁵ Para bem compreender a natureza não se pode separar, de maneira absoluta, a apreciação do estado atual das coisas, daquele das fases sucessivas pelas quais passaram. Não se pode conceber sua essência sem refletir sobre o modo de sua formação. A descrição da natureza acha-se intimamente ligada à sua história

⁶ Mãe, genitora

fortemente alavancado o próprio homem afastado da Natureza é comparado a uma máquina, e com isso coloca em risco sua liberdade⁷ que ele mesmo tanto buscara em séculos anteriores.

Adiante já no século XIX viria o período de industrialização e acumulação, onde o homem – máquina encontraria seu lugar criando o que La Mettrie e Laplace diziam: “Pois bem aqui está o homem - máquina e, perante esta consequência do determinismo universal e da metafísica mecanicista do homem... Ele encontrara sua angústia”. E ajunta Lenoble “Fará do homem as rodas de um mecanismo teoricamente cósmico, praticamente social, em que sua liberdade será negada não apenas em teoria e por jogo, mas a valer”.

A mensagem da ciência é árida. A ciência nada fez até aqui, há que reconhecê-lo, a não ser dar ao homem uma consciência mais nítida da trágica estranheza da sua condição, despertando-o por assim dizer para o pesadelo em que se debate. (Jean Rostand).

Existem várias concepções e abordagens de mundo e da relação sociedade e natureza. Esta (a natureza) é anterior aquela (sociedade), tendo em vista tê-la dado e permitido a existência. Segundo Coriolano (2007, p. 20) “O homem se diferencia dos demais seres vivos por sua capacidade teleológica de pensar e agir, de mudar e interferir na natureza”. Ainda que aquele se sinta superior a esta, ele apenas a complementa e qualifica. Em Porto – Gonçalves (1989, p. 9) “o homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta revolucionária em uma sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza”.

A materialização das aspirações do pensamento racionalista viria em meados do século XIX com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra. Uma série de alterações no cotidiano social são empreendidas. Surge um elemento que certamente definiria os rumos do desenvolvimento conhecidos até então. A tecnologia começa a desempenhar a função de pilar dos novos processos de produção. Tem início o que se conhece como a sociedade técnica científica, onde.

Tecnologia significa aplicação sistemática do conhecimento científico (ou outro conhecimento organizado) a tarefas práticas. Sua consequência

⁷ O conceito de liberdade aqui proposto, se aproxima de uma liberdade religiosa, científica do método.

mais importante, ao menos no que diz respeito à economia, é uma função da divisão e subdivisão de cada uma dessas tarefas em partes ou fase componentes. Desse modo, e apenas desse modo, é possível fazer com que o conhecimento organizado tenha uma influencia no rendimento. (GALBRAITH, 1984.p. 59-60)

A revolução industrial com base em inovações tecnológicas transformou o trabalho e elevou a produtividade e a rentabilidade, proporcionando algumas melhorias na qualidade de vida. A partir desse período, no entanto, nota-se uma diminuição considerável na qualidade dos recursos naturais existentes, que vai se originar concomitantemente ao processo de exploração e poluição advindos da industrialização expansiva da época. Inicia-se um novo momento do homem na história, onde na tentativa de evoluir, se imprime a natureza um ritmo frenético de transformações de forma sistemática, intensiva e extensiva (MOLINA, 2001. p25).

Nesse contexto de industrialização, novamente a ciência vai desempenhar um papel fundamental. A partir da ampliação do olhar sobre esse novo modelo de acomodação social emergido pós-revolução industrial o avanço científico culminará no ajustamento dessa sociedade aos princípios e leis da natureza como aponta Molina (2001).

A obra de Drew (1986) analisa o processo interativo do homem e a natureza, recorrendo às teorias da Geografia pautadas no determinismo ou causalidade⁸ e no possibilismo⁹. A primeira trata de uma noção derivada da ideia pós-darwiniana de que o homem enquanto produto da seleção natural, por inexoráveis processos da natureza, é obrigado a se adaptar e, dessa forma, pode prosperar. De acordo com o possibilismo, o homem não é passivo, mas sim um agente geográfico, apto a agir sobre o meio e a modificá-lo, dentro de limites naturais de espaço e de possibilidades de desenvolvimento. (PERINOTTO *et al.*2008.p.7)

O homem “não é uma criatura racional”, embora haja quem pense o contrário. Pois, suas atitudes para com a Terra e suas reações ao ambiente têm variado através dos tempos e ainda variam entre regiões e culturas. O homem primitivo via a natureza como sinônimo de Deus, a exemplo de muitos povos “primitivos” de hoje e, portanto, ela devia ser temida, respeitada e aplacada. No mundo desenvolvido da atualidade, as

⁸ Acreditavam os deterministas, que as características dos povos se devem a influencia do meio natural. Na Geografia, um dos seus principais difusores é Carl Ritter.

⁹ Mesmo que admita a influência do meio sobre o homem, a escola possibilista afirma que o homem, como ser racional, é um elemento ativo e, portanto, tem condições de modificar o meio natural e adaptá-lo segundo suas necessidades.

abordagens para a mudança ambiental oscilam desde “se pode ser feito, faça-se” até a filosofia da “volta à natureza” dos mais extremados ecologistas. A tradição cultural tem desempenhado o seu papel na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente. Por exemplo, a região sudeste da China apresenta semelhanças ambientais com o sudeste dos Estados Unidos da América, mas são muito diferentes em termos de reação humana aos referidos meios ambientes (DREW, 1986, p. 1).

Esclarecendo melhor a questão do determinismo citado acima, é fundamental dizer que foi Friedrich Ratzel (1844 - 1904), geógrafo alemão, quem construiu o conceito de espaço vital¹⁰ e é considerado um “determinista”, definindo como maior objetivo da Geografia o estudo da influência que as condições naturais exerciam sobre a humanidade, influências nos aspectos fisiológicos, nos psicológicos dos seres humanos e na própria sociedade. A natureza influenciaria na constituição social, devido à riqueza que ela proporciona, possibilitando a expansão de um povo, ou criando barreiras, assim como o isolamento ou uma possível mestiçagem. As influências vão ocorrer através das condições econômicas e sociais (PERINOTTO *et al*, 2008.p.7-8). Ratzel dá a noção da sociedade como um organismo e a concepção naturalista do desenvolvimento da sociedade humana (RATZEL, 1987 *apud* PERINOTTO, 2008 p. 7-8). As ações humanas relacionadas ao ambiente, na sua maioria, podem até ter a intenção de trazer benefícios aos arredores, entretanto, em muitos casos, acarretam transformações inesperadas, ou reações em cadeia, dependendo do grau e suscetibilidade à mudança do próprio sistema envolvido. Em grande parte, o tamanho da população, as inovações tecnológicas e o impacto ambiental mantêm um nexos entre si.

Por exemplo: um avanço tecnológico, como a irrigação, permite a sobrevivência de mais gente, o que, por sua vez, leva à ocupação de novas terras ou ao uso mais intensivo de áreas já ocupadas, sempre se detectando um aumento de influência antrópica sobre o meio físico. Tais efeitos podem trazer melhorias ou não, podem ocorrer em larga ou pequena escala, depende da natureza da mutação operada e do ponto do meio físico em que se aplicou a alteração. (PERINOTTO *et al*.2008.p.8)

A sociedade industrial deve ser compreendida segundo Molina (2001.p.26) “Como uma sociedade de transição para organizações mais complexas e orgânicas em sua relação com o meio natural (...). Não é, portanto, uma sociedade terminal na evolução do homem”.

¹⁰ O espaço vital seria o espaço necessário para a expansão territorial de um povo

Ao lado dessas máquinas que são os animais e as plantas, o homem - máquina não ousa já ter pretensões a uma posição privilegiada. Lenoble (1969. p. 312)

A sociedade modelar-se-á pouco a pouco por esta Natureza nova. Fará do homem as rodas de um mecanismo teoricamente cósmico. Lenoble (1969. P. 312)

O pensamento racionalista até então, neste período da sociedade ditava a maneira como o homem interagia com a Natureza, até o momento que chamamos historicamente de revolução industrial, o paradigma cartesiano incentivou e animou o homem na direção da apropriação e incorporação. No entanto, esse período começa a ruir com a crise da ciência na *modernidade*, onde alguns paradigmas emergentes se apresentam na iminência de oferecer novas possibilidades de análise para a ciência e para o homem.

1.1 TRANSIÇÃO DO PARADIGMA CARTESIANO-MECANICISTA PARA O SISTEMICO, ALGUMAS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE.

A partir da *modernidade*, para (Thomas Kuhn 1987.p.271 *apud* MENEZES p. 115) estabeleceu-se uma crise paradigmática no momento em que a ciência tradicional¹¹ não conseguiria mais responder aos problemas que se impunham a época. A elaboração de uma ciência revolucionária, afastada dos antigos paradigmas, constituiria um novo quando fosse suficientemente aceita por uma comunidade científica (p.271). Observa-se que Kuhn não crê, ou cria então num avanço linear das ciências, mas num avanço por rupturas.

Corroborando o processo de transformação da ciência Capra (1982, p. 27-28) propôs uma leitura a partir da ideia de um ponto de mutação, em uma análise a partir de três grandes crises como segue:

- Do esgotamento dos combustíveis fosseis;
- Da sociedade patriarcal;
- Dos ideais e valores;

¹¹ Ciência tradicional a partir de um paradigma dominante -, ou seja, o paradigma linear-cartesiano da ciência.

Aquele autor fundamentou sua teoria nos elementos da cultura oriental o Yin e o Yang. Segundo Capra esses elementos trariam o equilíbrio entre as ações do homem e os ideais de dominação da natureza pelo progresso, ligadas a um momento de superposição do elemento Yang, que representaria o egoísmo (ego-ações) em detrimento do Yin que representaria a cooperação, intrínseca na natureza (eco-ações). O caminho para o autor seria o do equilíbrio entre os polos, caso contrário se estabeleceria a crise.

Sob este ponto de vista é fato apontar para a crise do modelo civilizacional. Ou seja, a maneira de entender o mundo a partir da visão racionalista, ou de ego-ação, está em crise. Decorre que a partir dessa crise não mais se sustenta a ideia de apropriação da natureza como forma de um novo reducionismo, ou seja, a natureza apenas como sinônimo de “recursos naturais”, que pode ser dominada num contexto fetichista de serviço ao homem. Sugere-se a partir da teoria do equilíbrio de Capra e se não admitirmos a crise, que existe uma correlação de forças poderosas agindo em prol do estabelecimento ou não desse ideário de crise. Ou seja, a sociedade em todas as suas esferas ostenta o poder a partir das diversas relações ao qual ela, a sociedade está sujeita, esse mesmo poder se atribui aos elementos da Natureza.

O conceito de natureza é também, sustentado pelo ideário de poder. “tem-se a compreensão de algo separado do homem e, portanto, algo que pode ser explorado e dominado”. A isso se deve a falsa crença: “que se pode dominar a natureza”, o que é impossível, sendo uma “maravilhosa mentira”. (SUERTEGARAY, 2006, p. 94)

Uma mudança de paradigma é urgente tendo em vista os problemas atuais exigirem cada vez mais um entendimento, da complexidade, do todo¹². No entanto esse novo paradigma além de ultrapassar o modelo tradicional anterior de entendimento, não deve se limitar às circunstâncias científicas, nem de poder, pois elas, em si, podem forjar um progresso sob um paradigma já vigente. (KUHN, 1987). Para Boaventura de Souza Santos (2000.p.36) “tem de haver um condicionante político e social que permita recuperar pensamentos “vulgares, marginais, subculturais”, contidos no paradigma vigente até então e atualmente em crise”.

¹² Para este autor, o paradigma sistêmico sugere uma mudança de pensamento, ou seja, tendo em vista a ideia de linearidade estar em crise, surge uma nova proposta de reflexão, a partir do pensamento da complexidade. Onde pensar o turismo na natureza, que é proposta final deste trabalho, só é possível a partir da análise das partes vislumbrando o objeto de maneira sinérgica.

Sendo assim, novas abordagens e perspectivas foram elaboradas a partir do século XX como: Teoria Geral dos Sistemas, que promoveu uma revitalização das concepções organicistas básicas embora sob outros *vieses* conceituais e de análise, tivesse repercutido na maneira de focalizar as questões da Natureza. Essas novas perspectivas vão surgir a partir do desenvolvimento da Biologia com as inovações de Ludwig Von Bertalanffy e mais recentemente ligado ao estudo da Física e da Química. (CHRISTOFOLETTI. 1999. p.2).

Esse novo paradigma é ligado a uma ciência que se baseia em sistemas dinâmicos em não mais mecânicos de explicação da realidade, de maneira não linear e apontando para um comportamento caótico. Enquanto que a perspectiva sistêmica e sua resignificação e fundamentação biológica tem ligação com a modernidade, o pensamento sistêmico ligado ao caos e a incerteza esta atrelada ao que alguns autores chamam de pós-modernidade¹³.

A concepção cartesiana do universo como sistema mecânico forneceu uma sanção científica para a manipulação e a exploração da Natureza que se tornaram típicas da cultura ocidental. De fato, o próprio Descartes, compartilhava do ponto de vista de Bacon, de que o objetivo da ciência é o domínio e controle da Natureza, afirmando que o conhecimento científico podia ser usado para nos tornarmos os senhores e dominadores da Natureza. (CAPRA. 1982, p. 36)

Essa busca paradigmática do entendimento das complexidades dos fenômenos que se apresentam atualmente a abordagem sistêmica aparentemente se destaca a partir do modo organicista – sistêmico que a mesma propõe de explicação de forma sinérgica através dos princípios de integralidade e de auto – organização. Essa análise torna possível uma mesma variável ser causa e efeito, influenciar e ser influenciada. Ou seja, não linear e não determinística. (SILVA, 2006.p 44)

Faz sentido em CAPRA (1996) quando afirma que na mudança do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico, a relação entre o todo e as partes é inversa. O modelo cartesiano acreditava que em qualquer sistema complexo o comportamento do todo podia ser analisado em termos das propriedades de suas partes.

A ciência sistêmica mostra que os sistemas vivos não podem ser compreendidos por meio de análise. As propriedades das praticas não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto

¹³ No Turismo ver: Molina; Barreto; Rejowski; Ruschmann. Na Geografia: ver Harvey.

do todo maior. Desse modo, o pensamento sistêmico é pensamento “contextual”; e, uma vez explicar as coisas considerando seu contexto significa explicá-las considerando o seu meio ambiente. (CAPRA, 1996. p. 46)

Essa visão a partir do mundo enquanto sistema possibilitou uma nova maneira de observar e mensurar processos de inter-relação e interdependências numa melhor organização do planeta. Segundo Silva (2006, p.45) “As causas e consequências dos processos, verificadas nos sistemas sócio – culturais, político-econômicos e naturais, passaram a ser mais bem compreendidos”. O mundo passou a ser percebido de maneira reticular¹⁴ com interconexões e não por meio de sistemas isolados.

Entre os diversos aspectos que podem ser ressaltados a partir do paradigma sistêmico na ciência, é a condição de ser objeto de análise de diversas disciplinas científicas, das quais destacamos a Biologia, Sociologia e a própria Geografia. Essa forma de explicar os fenômenos possibilitou a flexibilidade em diversos níveis e escalas do conhecimento sobre o mundo, além de prever como as ações do homem irão soar na estrutura organizacional e espacial do diversos subsistemas que compõem o planeta.

Segundo Fritjof Capra a literatura antes da década de 1940 aponta o surgimento de estudos sistêmicos. No entanto a organização da Teoria Geral dos Sistemas como conhecemos hoje se deve a Ludwig Von Bertalanffy que formulou uma concepção até então vaga, nebulosa e semimetafísica. (SILVA, 2006. p. 46)

Para Christofletti (1999, p. 1) “A abordagem holística sistêmica é necessária para compreender como as entidades ambientais físicas, por exemplo, expressando-se em organizações espaciais, se estruturam e funcionam como diferentes unidades complexas em si mesmo e na hierarquia de aninhamento”. Ainda há a necessidade simultânea e interativa de focalizar os subconjuntos e parte componente em cada uma delas, a fim de melhor conhecer seus aspectos e as relações entre eles.

A ideia de complexidade e de holístico contidos no pensamento sistêmico deve ser brevemente pontuada. Sistema complexo segundo Christofletti (1999. p. 3) pode ser

¹⁴ A partir de redes interconectadas, e que servem ao mesmo fim. No caso do turismo, se relacionam diversos aspectos que ligam objetos de escalas geográficas diferentes, formando em alguns casos, redes globais de acesso. Ver os casos da rede tocum no Estado do Ceará formado por integrantes locais e que pratica o turismo de base comunitária, e, por sua vez se relaciona com outras comunidades do mundo todo.

definido como sendo: “Composto por grande quantidade de componentes interagentes, capazes de intercambiar informações com seu entorno condicionante e capaz, também, de adaptar sua estrutura interna como sendo consequências ligadas a tais interações”.

Já a o termo holismo foi utilizado por Jan Smuts, acadêmico Sul Africano ,em 1926, mas inicialmente foi sufocado por ideias envolvendo tanto misticismo, como o vitalismo, pois surgia como um conceito da metafísica. Posteriormente, o termo foi resgatado e vem sendo utilizado atualmente e aplicado em termos de componentes e relações internas de unidades inseridas em seus níveis hierárquicos.

Considera-se que na Natureza, verifica-se a tendência para produzir “conjuntos” a partir grupamento ordenado de estruturas unitárias. Essa tendência funcional de organização pode ser reconhecida em varias categorias de “conjuntos”, levando a doutrina de que o funcionamento global (do todo) afeta suas partes componentes, sendo contrária à análise isolada, pois as partes não poderiam ser estudadas e compreendidas individualmente. Por exemplo, uma organização, instituição ou sociedade é exemplo de um todo. Em consequência, as ações individuais só podem ser plenamente compreendidas em relação ao contexto social do todo. O holismo também leva a formulação de que a Ciência se constitui em um sistema integrado, complexo e não como coleção de disciplinas e setores disparatados (CHRISTOFOLETTI, 1999. p. 4).

A concepção sistêmica vai se valer de elementos da visão holística, carregado de fundamentos e aspectos biológicos em detrimento aos fundamentos científicos mecanicista-cartesiano até então paradigmáticos. Aproveitar-se-á da segunda lei da termodinâmica, alei da dissipação de energia, e do conceito de entropia, ele propõe a existência de sistemas abertos que, diferente dos sistemas fechados propostos e descritos pela termodinâmica clássica, necessitam do fluxo de matéria e energia extraídas dos ambientes que o cercam para se autoperpetuarem e autorregularem. (SILVA, 2006.p 46)

Sistemas fechados: quando há permuta de energia (ganho e perda), mas não de matéria. O planeta terra pode ser considerado como um sistema não isolado fechado, pois recebe energia solar e também a perde por meio da radiação para as camadas extra-atmosféricas, mas não recebe nem perde matéria de outros planetas ou astros, a não ser em proporção insignificante, quase nula. O ciclo hidrológico representa outro exemplo. Os processos relacionados com as passagens para os estado sólido, líquido e gasoso, alem de representar troca de energia, representa uma

transferência muito grande dessa energia entre a superfície terrestre, como das regiões quentes para as temperadas. Entretanto, o volume de água no globo permanece constante.

Sistemas abertos: são aqueles nos quais ocorrem constantes trocas de energia e matéria, tanto recebendo quanto perdendo. Os sistemas abertos são os mais comuns, podendo ser exemplificados por uma bacia hidrográfica, vertente, homem, cidade, indústria, turismo, animal e muitos outros. (CHRISTOFOLETTI, 1999.p.6)

No entanto, Von Bertalanfy não conseguiu finalizar seus estudos e explicar como os sistemas abertos se mantêm afastados do equilíbrio proposto nos sistemas clássicos fechados. Aquele autor propõe um termo em Alemão que traduzido segundo Capra (1996, p. 55) significa “equilíbrio fluente” fato que foi testado e comprovado por Ilya Prigogine décadas mais tarde pelo conceito de estruturas dissipativas.

Bertalanfy identificou corretamente as características do estado estacionário como sendo aquelas do processo do metabolismo, o que o levou a postular a autorregulação como outra propriedade chave dos sistemas abertos. Essa ideia foi aprimorada por Prigogine trinta anos depois por meio da autorregulação de estruturas dissipativas. (CAPRA, 1996.p. 55).

Importante ressaltar segundo (SILVA, 2006.p.48) “que a noção do todo não é a soma das partes, como as partes são uma fração do todo, organizadas a fim de complementar as funções do todo, e cuja complexidade raramente é alcançada no processo de análise”. E acrescentar que:

A primeira e fundamental complexidade do sistema é associar em si a ideia de unidade, por um lado, e a de diversidade e multiplicidade do outro, que, em principio, se repelem e se excluem. O que é preciso compreender são as características da unidade complexa: um sistema é uma unidade global, não elementar, já que ele é formado por partes diversas e inter-relacionado. É uma unidade original, não original: ele dispõe de qualidades próprias e irredutíveis, mas ele deve ser produzido, construído, organizado. É uma unidade individual, não indivisível: pode-se decompô-lo em elementos separados, mas então, sua existência se decompõe. É uma unidade hegemônica, não homogênea: É constituído de elementos diversos, dotados de características próprias, que ele tem em seu poder. (MORIN, 2002.p.135)

Corroborando suas ideias Capra acrescenta que a concepção sistêmica observa o mundo em termos de relação e de integração. E afirma que os sistemas são unidades integradas impedidas de serem reduzidas a unidades inferiores, e que em vez de concentrar

em elementos ou substâncias básicas, a visão sistêmica enfatiza em princípios básicos de organização. (CAPRA, 1982, p.260).

Entretanto, quando se conceituam os fenômenos como sistemas, uma das principais atribuições e dificuldades está em identificar os elementos, seus atributos (ou variáveis) e suas relações, a fim de delinear com clareza a extensão abrangida pelo sistema em foco. Praticamente, os sistemas envolvidos na análise ambiental funcionam dentro de um ambiente, fazendo parte de um conjunto maior. (CHRISTOFOLETTI, 1999.p.5).

Outra observação consta do nível de inter-relação, interligação, interdependência, integração dentro do sistema. Existe grande dificuldade para encontrar elementos como atributos, relações e níveis de abrangência. Pode-se dizer que todo esse arcabouço de limites se deve em grande parte ao modelo cartesiano-mecanicista como alertado por Capra (1982.p.279), “A visão sistêmica dos organismos vivos é difícil de ser apreendida a partir da perspectiva da ciência clássica, porque requer modificações significativas de muitos conceitos e ideias clássicas”.

Já o conceito de escala que é fundamental para delimitação do sistema a ser observado. Deve atender os objetivos propostos e a finalidade da análise. Ser objetiva ou subjetiva de acordo com a pesquisa, aplicação e disciplina a ser estudada. A análise deve privilegiar os elementos e unidades presentes dentro da área delimitada. Os componentes externos devem ser considerados, mas não tem prioridade analítica.

Mesmo que o recorte venha a sugerir uma posição contrária a visão sistêmica, aparentemente mais condizente com a proposta mecanicista-cartesiana, que vem dominando a ciência nos últimos três séculos, ele se faz necessário para definição dos elementos ou unidades que serão analisadas e facilitarão a definição dos níveis hierárquicos. Na verdade o recorte é a representação de um subsistema e a busca deve dirigir-se à compreensão da complexidade, da inter-relação e da abrangência dos elementos ou das unidades que o compõem, bem como sua função em sistemas maiores e ou mais abrangentes. Ou seja, para compreensão dos elementos ou unidades que compõem um sistema é imprescindível a questão da discussão e da escala de análise de modo que o recorte seja realizado. (SILVA. 2006.p.50)

Segundo Mario Beni (2002) “a estrutura do sistema é constituída pelos elementos e suas relações, expressando-se através do arranjo de seus componentes. O elemento é unidade básica, e a escala é importante quando se quer caracterizá-lo”. (p.33)

Em determinado nível de tratamento, as unidades dos sistemas são indivisíveis e consideradas entidades. Quando se deseja mudar o nível de tratamento, passando para outra escala analítica, a unidade anteriormente discernida pode passar a ser um sistema particular em que se devem estabelecer seus componentes e suas relações... Conforme a escala que se deseja analisar, deve se ter em vista a categoria dos fenômenos em outro nível de abordagem (ou elemento) estabelecendo-se interpenetração e alinhamento hierárquico. (BENI, 2002. p. 33)

A partir desse escopo inicial analítico e teórico podemos entender a complexidade como sendo um dos ramos da ciência que pode oferecer uma consistência paradigmática acerca dos problemas da sociedade. Tendo em vista que o paradigma sistêmico e o sistema pode possuir um caráter natural ou social como aponta (SILVA, 2006.p.50) "organizado para cumprir uma função determinada e passível de sofrer modificações, funcionais, estruturais e organizacionais a partir do fluxo de matéria e energia que adentrem o sistema através dos elementos ou atributos que o compõem". Sem olvidar que análise não poderá ser levado a cabo de maneira isolada sob o risco de uma análise falha ou pouco consistente do nível de inter-relação e interdependência ligadas ao nível de abrangência imposta pelo sistema.

Assim, o importante é compreender os níveis de inter-relação e interdependência estabelecidos dentro dos componentes do sistema. Isso fortalecerá a medição das mudanças ocorridas com a possível entrada de fluxos de energia e matéria, e a monitorar sua organização e equilíbrio dinâmico. Partindo de uma análise da atividade turística enquanto sistema pode-se mensurar sua capacidade dinâmica de inter-relação e interdependência o que se fará na discussão seguinte com a condição sistêmica do turismo.

1.2 ANÁLISE DA ATIVIDADE TURÍSTICA A PARTIR DA TEORIA GERAL DOS SISTEMAS: A CONDIÇÃO SISTÊMICA COMO PARADIGMA.

O Turismo é indubitavelmente uma das disciplinas que mais se revela imprecisa enquanto elemento conceitual da ciência. É uma disciplina altamente complexa e que possui aproximações com diversas outras áreas do saber, o que eleva seu nível de discussão e concomitantemente de compreensão enquanto fenômeno social. Outro fato de

relevância extrema é a imensidão de definições e uma só pergunta: O que é Turismo. Certamente nesse bojo se estabelece uma crítica ao estudo do turismo e sua compreensão.

Especialmente autores como De Arrilaga; Molina; Jafar-Jafari; Macintosh; Gunn; Fletcher e Cooper; Krippendorf, Mills e Morrison, além de Cuervo e instituições como o Observatório para o Turismo da OMT para a América Latina e o IMIT¹⁵ tem ao longo dos anos oferecido e contribuído com e para o estudo do turismo no mundo, a partir de uma visão fenomenológica ou sistêmica do Turismo com seus conceitos e enfoques sobre o que se tem do turismo (MARTINEZ, 2005.p.109).

No entanto explicar o Turismo e responder a questão elaborada no primeiro parágrafo desse subitem é tarefa das mais árduas, tendo em vista, que as reflexões que se propõe a estudar o turismo, por vezes o veem de maneira especializada e fragmentada e não como elemento complexo e que necessita de uma abordagem integradora de seus processos e que enfoque definitivamente os elementos da abordagem para sua compreensão.

A transversalidade dos estudos e a falta de definições universais como aponta Martinez (2005), são um dos principais entraves a ser ultrapassados para que se possa representar de maneira adequada e com maior clareza os contornos do fenômeno e permitam abordar o objeto com maior eficácia e de modo mais integrado.

Para: Dann; Nash; Pearce (1988, p.14), “não conhecemos até o momento sequer quais elementos combinar para fazer um dimensionamento sensível”. Os autores citados ainda apontam para os estudos do Turismo afirmando que são efetuados de maneira comparativa ajuntando diferentes aspectos das sociedades a partir de metáforas e de maneira análoga sem, contudo, explicar o que é turismo.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) os estudos sobre turismo e teorias explicativas sobre a atividade avançaram um pouco nos últimos anos entre a década de 1960 e os anos 2000, embora, teorias que utilizem de analogia como método explicativo pouco se desenvolveram. Ainda segundo a OMT (1995, 1996,1997) “em razão da natureza da atividade turística, é muito difícil à definição e categorização absoluta, motivo que

¹⁵ Instituto Mexicano de Investigaciones Turísticas.

explica a presente inexistência de uma descrição universalmente aceita sobre o Turismo”. Soma-se a isso a imaturidade do Turismo como área de estudo. (WTO, 1997.p.6).

Pela natureza da atividade, os especialistas em Turismo, enfrentam um paradoxo para abordar a realidade: carecem, por um lado, das ferramentas para a generalização (a conceituação integral) e buscam refugio na especialização, obtendo com isso, uma visão fragmentada e tangencial do fenômeno que, reproduzida nas escolas e universidade. Serve apenas para reciclar as dificuldades de compreensão integral do fenômeno. (MARTINEZ, 2005.p. 110).

Isso aos poucos acaba dificultando o entendimento do todo. É uma forma de reducionismo científico o que observamos, ainda que não sejamos contrários a essa forma de explicar o mundo como vemos em Christofolletti (1999.p.4).

Torna-se inadequado que haja oposição entre as perspectivas reducionistas e holística. Elas se complementam e se tornam necessárias aos procedimentos de análise em todas as disciplinas científicas. O fundamental é sempre estar ciente da totalidade do sistema abrangente, da complexidade que o caracteriza e da sua estruturação hierárquica. A abordagem reducionista vai focalizando elementos componentes em cada nível hierárquico do sistema, mas em cada hierarquia também se pode individualizar as entidades e compreende-las em sua totalidade. Sob uma concepção reformulada, substitui a antiga concepção de analisar parte por parte e, depois, realizar a síntese.

Não se pode negar, no entanto, que o reducionismo encontrado nos estudos do Turismo cada vez mais tem dificultado a interação com outros especialistas e pesquisadores de diferentes áreas da ciência, resultando em uma infinidade de incompreensões que polarizam as posturas e que em nada ajudam a compreensão integral da atividade. (MARTINEZ, 2005.p.110).

Acredita-se que a partir da Teoria Geral dos Sistemas (TGS) que tem em Ludwig Von Bertalanfy seu teórico inicial e que atualmente sofre influencia de diversos outros autores como: Newmann; Morgenstern; Wiener; Rapaport e ainda, que fizeram consideráveis contribuições como (Johansen, 2000 e De La Reza, 2001 *apud* Martinez 2005), possamos apontar para uma leitura da totalidade do Turismo.

Por diferentes razões recorreremos a TGS como ponto de partida para compreender o fenômeno turístico, a partir do que acreditamos ser fundamental nesta análise, elaborar-se á um modelo de representação que auxilie numa perspectiva diferente de como sistema

turístico se inter-relaciona e interage e buscaremos aplicá-lo no mundo real definindo os componentes, limites, coerência e operação.

Segundo Leiper, (1995.p.22) *apud* Martinez (2005.p.115) “é provável que tenha sido o Mexicano Raymundo Cuervo, o primeiro a utilizar a TGS para interpretação do Turismo. Sua formulação não teve repercussão por ter sido aplicada a um problema de designação de rotas de convênio entre México e Estados Unidos”. Também por ter usado uma descrição matemática na elaboração do modelo a partir de uma análise operacional e da engenharia de sistemas, limitando a audiência e a compreensão na época.

Esse modelo teria se perdido se Leiper não o tivesse utilizado para construir seu próprio modelo anos mais tarde. Mathieson e Wall vão a partir de seu modelo, identificar um sistema turístico a partir de elementos dinâmicos, estáticos e resultantes, sendo o elemento dinâmico relacionado à demanda turística de todo tipo que estão suscetíveis os turistas, no entanto, levando em consideração os elementos estáticos. Apontam para os elementos estáticos como sendo relacionado com características dos turistas (socioeconômico tipo de atividade, nível de utilização, duração da estadia, satisfação). Como com as do destino (processos ambientais, organização e estrutura social, nível de desenvolvimento turístico e estrutura econômica) culminando na construção do destino.

A isto podemos ajuntar os índices de pressão apontados nos destinos ao longo de vários anos de estudos de impactos ambientais ocasionados pela atividade turística, o que vai se traduzir em mecanismos de redução como as técnicas de capacidade de carga. São vistos ainda como impactos provocados pelo sistema turístico e são caracterizados como físicos, sociais e econômicos. Contudo, é sabido o papel do poder público na concepção e implementação de políticas que melhorem os mecanismos de controle, planejamento e gestão.

A Geografia se utiliza da abordagem sistêmica desde a década de 1970, o que tem contribuído para a compreensão da questão ambiental incluindo segundo Silva (2006.p.51) “a discussão e análise da sociedade e sua relação com a natureza”. A partir da utilização da TGS os trabalhos que fazem uso desse método de análise têm produzido contribuições que possibilitam a construção de um paradigma particular e muito próximo das ideias da ciência Geográfica.

A Geografia é a disciplina que estuda as organizações espaciais. Com base em seu objeto de análise, pode-se esquematizar as relações com os fenômenos analisados em diferentes disciplinas. Englobando a estruturação, funcionamento e dinâmica dos elementos físico, biogeográficos, sociais e econômicos constituem os sistemas espaciais da mais alta complexidade. Sob a perspectiva sistêmica, dois componentes básicos entram em sua estruturação e funcionamento, representados pela característica do sistema ambiental físico e pelas do sistema socioeconômico. (CHRISTOFOLETTI, 1999.p.41).

No Brasil a obra mais importante de análise da atividade turística pela concepção sistêmica é do Prof. Dr. Mario Carlos Beni e estudo o sistema turístico de maneira detalhada. É sem dúvida um dos maiores avanços da literatura do Turismo brasileira na busca de um paradigma particular de análise. Para Beni (2002) “O sistema turístico é aberto, realiza troca com o meio que o circunda, e por extensão, é interdependente, nunca autossuficiente”, o que significa que é influenciado pelo meio onde ocorre de diversas maneiras e influencia igualmente sua organização espacial.

No caso do Turismo isso é fundamental afirma Sérgio Molina (2001) e acrescenta que é vital¹⁶ para o entendimento do fenômeno turístico conceber em primeiro lugar que o sistema turístico não pode se expandir indefinidamente e, em segundo lugar, que o crescimento do sistema turístico é função de uma série de variáveis, uma das quais foi citada anteriormente, a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais.

Von Bertalanffy apud Molina (2001.p.144) estabelece que uma das características mais importantes dos sistemas abertos consiste nos intercâmbios que mantém com o meio circundante. Os intercâmbios se referem à energia, aos materiais e a informação. No turismo pode-se observar com facilidade no sistema tendo em vista os contínuos e constantes processos de intercambio do entorno: sem alguns deles nem ao menos sobreviveria.

- **Intercambio energéticos:** ingresso de combustíveis fosseis ou de outra natureza, para operar as unidades produtivas.

¹⁶ Entende-se a partir das afirmações de Molina (2001), que o turismo em diversos destinos tem, teve e terá seu ciclo finito. No entanto, esse pensamento se deve a uma série de fatores, por exemplo, em Cuba se deve aos fatores climáticos (Ver SALINAS 1998; 2000; 2012). Em destinos de massa como Foz do Iguaçu - PR e Bonito – MS, que são destinos de Natureza, pode se dever a maneiras equivocadas de Planejamento e Gestão, mais ou menos avançadas nestes últimos dois exemplos. Cabe entender que futuro ter-se á para esses destinos, sem a devida intervenção.

- **Intercambio de materiais:** ingresso de equipamentos para a produção de serviços. Saída de resíduos poluentes.
- **Intercambio de informações:** entrada de normas e regulamentos emitidos pelo suprassistema. Saída de informação referente as experiência ocorridas na pratica do turismo, suscetíveis de serem aplicadas fora do contexto exclusivamente turístico.

O modelo de sistema aberto – interação entre os componentes e o meio circundante pode ser empregada de maneira profícua no turismo, tendo em vista, a maioria das ciências poder empregá-lo, com exceção daquelas que se utilizam da ciência clássica. Podemos considerar sua utilização no turismo como sendo fundamental no sentido de obter um conhecimento integrado e totalizado do fenômeno, já que emprega ferramental adequado, capaz de explicar as diversas relações que nele ocorrem independentemente da origem de seus componentes e das forças que o impulsionam.

Alias, é difícil saber por que no turismo essa doutrina não é frequentemente incorporada às análises, sendo, antes, tratada de forma casual. Daí advém o escasso entendimento do sistema, qualquer que seja o nível em que se pretenda estudá-lo, compreendê-lo e explicá-lo. (MOLINA, 2001.p.145)

A fragilidade dos estudos sobre o fenômeno turístico a partir desse breve estudo pode ser entendida a partir da escolha do método analítico. Enquanto os métodos não sistêmicos oferecem uma visão fragmentada do objeto, a concepção de análise a partir da Teoria Geral dos Sistemas pode oferecer uma visão do todo. “Ao descartar ou desdenhar o paradigma sistêmico, o turismo se dimensiona como um macrocosmo, quando, na realidade é o contrário: um microcosmo operando em uma entidade maior, afetado por ela” (MOLINA, 2001.p.145).

Ainda que defendamos aqui sob a perspectiva sistêmica de análise, um maior grau de confiabilidade nos estudos sobre turismo entendendo que o turismo esta imbuído de alto nível de complexidade e possui ligação com outras áreas do conhecimento, é importante notar alguns requisitos fundamentais para a abordagem sistêmica no turismo. Para Faria e Carneiro (2001.p.30) deve se atentar a alguns elementos identificáveis durante o processo de análise.

- Determinar se a região em estudo é ou não um sistema turístico e em qual local há maior fluxo interno de energia;

- Estabelecer os níveis de abrangência e quais são seus limites;
- Definir os limites do sistema, o que inclui identificar a capacidade de suporte da área de estudo;
- Conhecer a dinâmica do sistema, seus processos de interação e a temporalidade das variáveis que nele atuam;
- Entender as conexões do sistema com outros;
- Identificar os níveis de tolerância às atividades que se pretende realizar, o que envolve o conhecimento da capacidade de resiliência.

Para Martinez (2005) existem algumas características que independente da escala de abordagem devem identificar o sistema turístico e são: possuir entropia, processos de retroalimentação, homeostase, isoformismo, sinergia e recursividade. Essas condições ocorrem devido a relações mantidas entre núcleos receptores e emissores, e são determinantes em aspectos como julgamento da viagem e repercutem diretamente no sistema, além de manterem um elevado grau de inter-relação entre si.

Isomorfismo pode ser traduzido como a existência da equivalência idêntica entre diferentes escalas. No turismo, relaciona-se com a capacidade de encadeamento e particularidades da atividade turística, esta contida em todas as escalas do sistema turístico. Sua influencias são equivalentes, embora, os processos sejam qualitativamente diferentes, já que o sistema é visto em níveis diferentes.

A sinergia no sistema turístico é facilmente observada a partir da soma de efeitos produzida pelas interações dos diferentes atores no processo que se identificam em diferentes níveis: esta soma é geradora de impactos e novas situações que podem ser identificados como processos sinérgicos do sistema turístico. Ou seja, os efeitos negativos da turistificação marcam de maneira significativa um destino a partir do entendimento das ações de uma única atividade econômica e social.

A recursividade pode ser entendida como aquilo que pode ser reproduzido e repetido em diversas escalas. São objetos que invariavelmente assumem a posição de objeto sinérgico, elemento independente, ou seja, pode ser aplicado a sistemas dentro de um sistema maior. Possui funções e conduta, próprias de sistemas únicos, que se assemelham aos sistemas maiores.

Pode-se dizer que o turismo se enquadra dentro de evidências que o apontam para, obviamente a partir de escalas definidas, um sistema sinérgico e recursivo, tendo em vista que suas características individuais apontam quase sempre para o todo, alternando-se entre subsistema e hipersistema, escalonados e proporcionalmente ligados até os setores superiores.

Entende-se o processo de retroalimentação caracterizado pela causalidade, demandadas por características positivas e negativas. Podem ser entendidas também como as ações que dão prosseguimento ao sistema turístico, tendo em vista seu ciclo de desenvolvimento, Com respostas que resultam de estímulos anteriores, que podem ocorrer de varias maneiras e em momentos distintos. Resulta em grande parte da tipologia de turismo proposta, do trade, da comunidade e do setor público (SILVA, 2006.p.54).

No sistema turístico o turista é um dos elementos da retroalimentação. Ou seja, a partir do momento em que ele inicia o processo de avaliação da viagem realizada e busca julgá-la, seu processo de julgamento pode ser positivo ou negativo da experiência turística. A diferença entre o que foi planejado, e o que foi vivido, é o que forma esse juízo de valor e conseqüentemente alimenta o subsistema, ou o sistema de forma positiva ou negativa.

Homeostase é definida como “o mecanismo dos sistemas abertos para manter o equilíbrio, a estabilidade” (JOHANSEN, 2000.p.118 *apud* MARTINEZ, 2005. p.131). É considerada um principio de organização, tendo em vista os sistemas permanecerem em certo equilíbrio. O equilíbrio entre as restrições do entorno e a resposta seletiva do sistema.

Todo o sistema mantém forças de equilíbrio estruturais e dinâmicas vinculadas entre si de tal forma que a alteração de uma afeta a outra, conduzindo a algum tipo ou grau de regulação compensatória do sistema. A compensação busca manter a estrutura fundamental do sistema frente a efeitos perturbadores externos. (DE LA REZA, 2001.p. 91 – 92 *apud* MARTINEZ, 2005.p.131).

O processo homeostático¹⁷ se localiza no elemento receptor e depende das particularidades desse âmbito e da escala do sistema (MARTINEZ, 2005.p.131) Interveem nesse processo os controladores do sistema formado por estados, municípios e pela união,

¹⁷ Mecanismos de controle que representam a busca de equilíbrio do subsistema (sistema) específico.

e os atores da indústria turística que terão uma grande parcela na condução dos subsistemas que decorre da relação estabelecida com os destinos emissores e receptores¹⁸.

Entropia por sua vez remete dentro da Teoria Geral dos Sistemas a “mudança de estados mais ordenados e organizados, para estados menos ordenados e organizados”. Pode ser entendida dentro do turismo como a depredação advinda da turistificação de destinos receptores, que ao longo do tempo apresentam uma série de impactos negativos, tendo em vista ser o *locus* de saída (*output*) do sistema. Os impactos podem ser encarados como sendo entrópicos, o que geraria uma desorganização do sistema que *a priori* teve o planejamento previamente estabelecido e incorporado às ações desenvolvidas. Esta relacionado também a comunicação, tendo em vista, esta ser um ponto central no turismo, e também aos canais de comunicação social, que veiculam mensagens e matérias de um ponto (emissor) sobre destinos (receptor), e sabe-se que a mensagem enviada raramente chegará intacta ao próximo receptor, a entropia do processo é a tendência à desorganização da informação.

Para que haja possibilidade do turismo acontecer em determinado território é necessário o envolvimento de todos os atores que serão beneficiados pela atividade turística. Apesar de poder ser definido como um “mar de incertezas” a aposta no turismo a partir das capilaridades hipotéticas dos destinos escolhidos para o turismo, seja em recursos naturais, culturais, históricos é apenas no nível de expectativa, que pode ser satisfatória, ou pode trazer frustração aos envolvidos.

Todo o arranjo do território passa a ser reconhecido e lhe são atribuídos valor¹⁹, funções, que em alguns casos eram desconhecidas de todos os atores, no entanto, por ocasião de uma notícia veiculada em programas de televisão como foi discutido anteriormente passa a povoar o imaginário daqueles que querem vir (turistas), e também daqueles que querem se beneficiar economicamente desse potencial (*trade*, governos, etc).

¹⁸ Segundo Martinez (2005) “Uma modificação na frequência de transporte (maior ou menor) entre determinada origem e destino (quer dizer, um subsistema específico) levará a reações dos componentes do sistema turístico (governo, empresários, intermediários, etc) para se adequarem as novas condições sejam com o estímulo a novos investimentos, se necessários, ou mesmo com a pressão para a restituição da frequência que restabeleça o equilíbrio da oferta e demanda no subsistema”.

¹⁹ O valor é uma qualidade que confere às coisas, aos feitos ou às pessoas uma estimativa, seja ela positiva ou negativa. A axiologia é o ramo da filosofia que estuda a natureza e a essência do valor.

A modernidade trouxe consigo os ideais da globalização. Hoje o turista e o visitado atuam quase que simultaneamente em suas funções pré-estabelecidas. O visitante consome tudo que lhe é oferecido no lugar, o exótico, aquilo que não é usual, cotidiano, no entanto que já lhe foi apresentado por revistas, sites, produções cinematográficas, entre outros veículos especializados em países como o Brasil. Já o visitado vai reestruturar seu cotidiano, esse sim da vida real, mas que desconhece as escalas geográficas onde atua. Vai criar consciente ou não espaços da globalização, que não lhe são estranhos, muito pelo contrário ele irá mais tarde ao ligar seu *tablet*, *notebook*, celular, ou ainda em tempo real acompanhar suas transações com seu interlocutor.

O avanço da tecnologia é com certeza um fator de expansão do turismo na modernidade. Vemos que o turismo é um fruto das diversas épocas em que as sociedades, e seus indivíduos atravessaram em especial à sociedade industrial. É sabido que o turismo tem auxiliado o homem a enfrentar o *stress*, por exemplo, reconhecidamente uma doença da modernidade auxiliando o indivíduo a se “desligar” do mundo do trabalho e a buscar uma harmonização entre corpo e mente, através do contato com os indivíduos citados no parágrafo anterior, que podem estar na Sérvia, em instalações do regime Nazista da segunda guerra mundial na Alemanha, na Toscana, em Paris, ou em uma aldeia no interior da Amazônia brasileira. Segundo Wainberg (2003.p.11) *apud* Silva (2006.p.57) “daí a importância de se estudar o Turismo, bem como suas relações e seus processos de interdependência – fato permitido pela análise sistêmica”.

De certa maneira o Turismo enquanto prática ocorre apoiado por diversos fatores desde o momento da escolha, onde o praticante vai observar a si mesmo, suas características, seus medos, e decidir para onde vai, até mesmo fatores externos do tipo infraestrutural, como hospedagem, meio ambiente, transporte, segurança, que invariavelmente se inserem em dimensões maiores, como sociocultural, ambiental, econômica, numa relação complexa e interdependente.

Com base nesses preceitos é possível afirmar, categoricamente, que o Turismo é um sistema não isolado e aberto, cuja complexidade atual, não pode ser explicada por análises isoladas ou lineares. O Turismo depende de inter-relações e fenômenos diretos e indiretos, muitas vezes não materializados no espaço onde ocorre graças ao emaranhado de relações existentes entre o núcleo emissor e o núcleo receptor na prática turística. (SILVA, 2006.p.58)

Para Beni (2002) o Turismo é um sistema aberto e não se caracteriza por funções estáticas, isto porque se relaciona de maneira intensa e carregada de interdependência e dialética com o entorno que o circunda. Ou seja, o Turismo influencia, e é influenciado por diversos elementos dos seus subsistemas e por outros. Vide o exemplo da crise econômica mundial desencadeada em meados de 2008, diversos destinos “perderam” turistas, em virtude de uma série de fatores econômicos que influenciaram diretamente na escolha de destinos que “ganharam” turistas, o Brasil se inseriu como ganhador.

Para Beni, o Sistema Turístico é composto por três conjuntos básicos ou subsistemas: o subsistema da organização estrutural, formado pela superestrutura e pela infraestrutura; o das ações operacionais, regulado pelo mercado, que inclui a oferta e a demanda, a produção, o consumo e a distribuição; e o subsistema das relações ambientais que agrega os aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais, os quais permitem, ou não, em muitos casos, a existência da atividade turística. No subsistema das relações ambientais manifestam-se, concomitantemente, as ações operacionais e a organização estrutural necessária para o desenvolvimento do Turismo. (SILVA, 2006.p.58)

Compreende-se, que a complexidade dos processos inter-relacionais constantes na atividade turística exigem uma análise a partir da complexidade. Ou seja, a concepção sistêmica é, de fato, de suma importância no reconhecimento e no dimensionamento do Turismo enquanto uma microcosmo extremamente dependente de entidades maiores para que haja uma troca de energia constante no processo entre os níveis hierárquicos que o compõe. (SILVA, 2006)

Para Silva (2006.p.57) “O sistema turístico é um núcleo receptor e deve ser visto analisado, prioritariamente, como um conjunto de relações ambientais representado em diversos níveis, pelos subsistemas que o compõem: o sociocultural, o econômico-político, e o Geossistema”. Ou seja, onde ocorrem as relações que determinam a existência, ou não, da atividade turística. É da integração, da inter-relação, e do nível de interdependência que vai se estabelecer entre os atores que surgirá a dimensão ambiental dos destinos turísticos.

Acredita-se que a partir da análise e da compreensão dos componentes dos subsistemas do sistema ambiental, é possível estabelecer um marco sobre o estudo de potencial turístico em destinos e núcleos receptores. Em algum nível buscaremos detalhar e conceituar os conceitos de subsistemas e subsistema ambiental

1.3 CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS SUBSISTEMAS AMBIENTAIS.

A Geografia desde as décadas de 1960 e 1970 tem na abordagem sistêmica de análise uma proposta metodológica de análise. Deve-se a isso a perspectiva sistêmica estar aliada ao estudo mais profundo das estruturas dinâmicas e de organização dos sistemas, e também na possibilidade de observação dos impactos antrópicos na organização do Turismo. Em relação ao Turismo praticado em ambientes naturais, essa preocupação precisa ser constante, tendo em vista, em muitos destinos receptores os aspectos econômicos se sobreporem as diretrizes de conservação e preservação.

Definir os elementos que compõem os subsistemas do sistema ambiental em destinos que dispõem de recursos naturais aptos ao desenvolvimento da atividade turística segundo Silva (2006.p.60) “possibilita a compreensão de sua organização e dá subsídios para sua caracterização a partir do conhecimento das características desses elementos na perspectiva de compreender as inter-relações e os processos de interdependência existentes no Sistor”

Para tanto, caracterizar o subsistema sociocultural é um exercício de complexidade, tendo em vista, o mesmo ser de extrema relevância para os demais componentes do Sistor e possuir um nível diminuto de controle ou monitoramento nos destinos receptores. Ou seja, suas ações segundo Silva (2006.p.61) envolvem elementos “de valores sociais, elementos tecnológicos, fluxos de capitais, desigualdades sociais, mobilidade social, aspectos psicossociais”. Alguns desses elementos é que dão ao Turismo a insígnia de ser uma atividade econômica de alto impacto negativo, tendo em vista o destino receptor receber o ônus do processo turístico em relação ao destino emissor, vide o caso da prostituição, por exemplo, muito comum em destinos da América do Sul, e do Brasil mais especificamente, o é entre nós incentivada²⁰, enquanto o destino emissor está temporariamente livre dessa moléstia.

Entretanto, de maneira positiva o Turismo se utiliza de aspectos socioculturais para se desenvolver, entende-se esse aproveitamento e utilização de tudo aquilo que representa

²⁰ Vide campanhas de divulgação de destinos como os do Nordeste e Sudeste do Brasil

a ação humana nos destinos receptores. A organização espacial da sociedade receptora vai refletir suas peculiaridades no Geossistema em longo prazo, sendo assim, quanto mais singular, mais representativa será sua capacidade de “recurso material ou imaterial” para o Turismo.

Especificamente o município de Jardim na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, dentro do contexto da dimensão sociocultural teve sua construção e organização espacial ligada às tentativas de expansão e desenvolvimento da região centro-oeste do país, e historicamente esta atrelada aos conflitos militares do século XIX entre Brasil e Paraguai. Seu território emerge sobre as marcas deixadas pelo conflito, e em território originalmente paraguaio, assim como todo o território Sulmatogrossense. Diversos costumes e características do povo Jardimense apontam para essa direção, como o consumo do *tereré*, os ritmos do *chamamé*, e a culinária fortemente representada pela culinária do vizinho país sul-americano e também a fronteira Bolívia.

A análise e a compreensão do subsistema sociocultural das destinações turísticas devem ocorrer sob uma perspectiva temporal, histórica e espacial. Por meio da compreensão das modificações ocorridas no subsistema sociocultural torna-se possível entender como o Turismo é capaz de modificar o cotidiano de uma localidade e impor novas relações que vão, paulatinamente, proporcionando uma nova organização espacial, e novas territorialidades. (SILVA, 2006.p.62)

Em relação ao Geossistema onde estão os componentes naturais de um destino receptor e que podem servir ao Turismo destacam-se aspectos físicos representados por elementos bióticos e abióticos. Segundo Silva (2006.p.63) “o clima, a flora, a fauna, a geomorfologia, a geologia, os solos, etc...” Esse arcabouço recursal é fator resultante na construção e organização espacial do território para o Turismo. Certamente a qualidade e o estado de preservação encontrados definirão o resultado final.

O fato de haver recursos naturais não é *a priori* garantia de haver Turismo. Entretanto, sua existência vai nortear a partir da função econômica, a existência de uma demanda específica por consumir recursos naturais turistificados. Essa demanda que gera deslocamentos vai dotar o que antes era apenas recurso, de conotação turística, e tipicamente social, podendo gerar, ou não, impactos positivos ao destino receptor.

Em Jardim, os componentes do Geossistema garantem ao território a existência de um potencial dos recursos naturais voltadas ao Turismo de Natureza. A existência de recursos hídricos pouco ou quase totalmente livres de poluição como: o rio da Prata, o rio Perdido, o rio Miranda, proporcionam um conjunto de belezas cênicas turistificadas. Alguns dos atrativos turísticos que funcionam nestes rios são voltados à comunidade local como o balneário municipal, outros, servem prioritariamente ao Turismo elitizado como, por exemplo, a lagoa misteriosa. O rio Perdido ainda depende da abertura do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PARNA BODOQUENA) para vir a ser utilizado como sítio turístico.

Segundo Troppmair apud Silva (2006) “Geossistema é definido como um sistema natural com características complexas e integradas, que permitem a circulação de energia e matéria, inclusive aquelas advindas das ações humanas”. O que se entende é que o Geossistema poderá ser alterado em algumas de suas características, no entanto, não poderá ser descaracterizado, nem extinto. Segundo (SILVA, 2006.p.64) “as alterações manifestadas na forma de impactos ambientais locais, atingem o funcionamento do Geossistema em micro – escala o que é fundamental para a análise do impacto gerado pelo Turismo no meio natural”.

Já para Christofolletti (1999) “existe uma clara separação entre os componentes do Geossistema, e afirma que o mesmo é composto por elementos tipicamente naturais como: clima, solo, águas, relevo, vegetação, o que favorece a identificação das características iniciais e dos impactos gerados, assim como as tipologias turísticas associadas a elas”. As observações do autor auxiliam a compreensão da relação ainda que dicotômica entre Natureza e sociedade e de que maneira externalidades sociais podem influenciar o Geossistema em suas estruturas de origem.

A principal conexão do Geossistema é a conexão da natureza com a sociedade, pois embora os Geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais influenciando sua estrutura e particularidades especiais são levadas em consideração durante a análise. (SOTCHAVA, 1977. sp. Apud CHRISTOFOLETTI, 1999.p.42).

E acrescenta que: “os Geossistemas são sistemas dinâmicos, flexíveis, abertos e hierarquicamente organizados, com estágios de evolução temporal, numa mobilidade cada vez maior sob a influência do homem” principalmente quando olhamos para a tipologia do

Turismo na Natureza, percebemos a importância das características do Geossistema na definição do que será designado ao desenvolvimento do Turismo em ambientes naturais. Ou seja, para Silva (2006) “a caracterização do Geossistema é fundamental para a determinação da potencialidade turística de um destino receptor, assim como necessária para a mensuração, acompanhamento, e implementação de medidas para favorecer o controle dos impactos negativos ocasionados pela implementação do Turismo”.

Sobre o subsistema político-econômico é fundamental apresentar algumas reflexões que necessariamente vão nos guiar a ideia de que o Turismo enquanto indústria se desenvolve pelo viés econômico, e para tanto, deve ser organizado pelas diversas esferas de governança. Segundo (SILVA, 2006.65) “sua análise envolve a compreensão dos processos produtivos, políticos e legais, que favorecem, ou não, o seu desenvolvimento, e que podem se desenvolver em diversos níveis escalares: local, regional, nacional e global”.

A condição econômica do Turismo é regulada pelas leis de mercado validas para qualquer atividade industrial. Gera dependência da economia nas suas diversas escalas de atuação, é gerador de renda e se manifesta de maneira continua e produtiva, enfim, a condição econômica é fundamental é condicionante para sua análise.

Em ultima análise a condução política da atividade turística a partir da elaboração de programas, planos e projetos de implementação do Turismo em destinos receptores no Brasil, vem de encontro ao estabelecimento do sistema político democrático com a elaboração e aprovação da nova constituição do Brasil em 1988²¹. O Estado tem a função principal de fomentar a atividade turística, e indicadores como aumento da renda, empregos, qualidade de vida, permeiam esse subsistema.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1999) instaura elementos democráticos na gestão das políticas públicas, que sugerem um novo desenho das políticas sociais no Brasil, fundamentados nos princípios da descentralização, municipalização e participação da sociedade civil em todo o processo. Estabelece que as políticas sociais sejam desenvolvidas de modo democrático, em que a sociedade, via órgãos representativos, participe dos espaços de deliberações das diretrizes das políticas, do

21 No capítulo seguinte frisaremos a análise do subsistema político-econômico no desenvolvimento do Turismo brasileiro.

planejamento, da execução, do controle e da supervisão dos planos, programas e projetos. (BRASIL, 1999. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Pode-se frisar a partir da leitura do fragmento acima três diretrizes que são fundamentais ao subsistema político-econômico, a descentralização, a municipalização e a participação. Brevemente faremos alguns apontamentos acerca do modelo de política comumente adotada pelos governos das esferas políticas no Brasil

A diretriz da descentralização se desdobra em alguns pressupostos democráticos de concepção e implementação das políticas para o Turismo no Brasil, e se divide segundo Tullia Faletti em: administrativa, fiscal e política.

A descentralização administrativa pode acarretar a transferência da autoridade na tomada de decisões sobre essas políticas, mas esta não é uma condição necessária. Se receitas são transferidas do centro para cobrir os custos de administração e provisão de serviços sociais, a descentralização administrativa é financiada e coincide com a medida de descentralização fiscal. Se os governos subnacionais financiam esses custos com receitas próprias preexistentes, a descentralização administrativa não é financiada.

As políticas descentralizadoras fiscais podem assumir diferentes formas institucionais, tais como o aumento de transferências do governo central, a criação de novos impostos subnacionais ou a delegação da autoridade para cobrar impostos anteriormente cobrados pela esfera federal.

A descentralização política transfere autoridade política ou capacidades eleitorais para atores subnacionais. Exemplos deste tipo de reforma é a eleição por voto popular para prefeitos e governadores que, em períodos constitucionais anteriores, eram indicados; a criação de assembleias legislativas subnacionais, e reformas constitucionais que fortaleçam a autonomia política dos governos subnacionais.

A participação é essencial para o estabelecimento de uma sociedade autônoma na perspectiva decisória coletiva. Sem a participação democrática, sem vozes e brados dos indivíduos que constituem uma sociedade o que sobra, é a manipulação e a bestialidade baseada em fatos como os episódios de eleições fragmentadoras da opinião, cada vez mais

repulsiva e corroída dos preceitos da palavra democracia que sequer foram estabelecidos democraticamente.

O processo de municipalização pode ser defendido como o reconhecimento do município como uma instância decisiva para enfrentar o desafio de especificidades como a identificação de oportunidades de investimento no Turismo para o setor privado, a preparação de programas e projetos voltados à consolidação da oferta turística local e a participação em campanhas de promoção para o mercado nacional ou internacional, entre outras tarefas que podem ser incorporadas as preocupações da população autóctone.

Cumprir frisar que, diferentemente do que possa vir a sugerir a discussão apresentada, o desenvolvimento desses subsistemas em função do Turismo não ocorre de forma estática; ao contrário ele é conflituoso e dinâmico. Por ser um fenômeno de profundo valor simbólico, muito ativo e com diversos níveis de abrangência espacial, o sistema turístico acaba por estar em constante adaptação, criando níveis de inter-relação e dependência a todo o momento, o que é fundamental para sua continuidade. (SILVA, 2006.p.67)

O sistema político-econômico cumpre uma função regulatória como subsistema ambiental, o processo de planejamento passa invariavelmente por essa dimensão, e pode, ou não, ser decisivo para o ciclo de vida de um destino receptor. É responsável pela organização dos elementos facilitadores da atividade turística, no entanto, não deve segundo Silva (2006.p.67) “ser privilegiado em detrimento dos outros subsistemas. Caso isso ocorra haverá um descompasso entre a entropia do sistema e a homeostase, condição que pode levar a uma diminuição do ciclo de exploração turística”. Isto é encontrado em destinos que buscam privilegiar em curto prazo, questões puramente econômicas, o que compromete a sustentabilidade, em longo prazo, dos recursos que originalmente possibilitaram a existência, ou a, novidade do Turismo.

Buscar-se a no segundo capítulo, um detalhamento dos aspectos que entendemos possuírem relação direta com o subsistema político-econômico no Turismo, principalmente em Mato Grosso do Sul, que afetam diretamente o município de Jardim. Para discutirmos esse capítulo se buscara delimitar os caminhos das políticas públicas no Brasil, como foram concebidas e de que maneira impactam no território estudado. Entretanto continuamos a analisar o contexto da relação sociedade e Natureza no Turismo.

1.4 O TURISMO NA NATUREZA, OUTRAS “SOCIEDADES” OUTRAS “NATUREZAS”.

Desde o surgimento da sociedade, que quase dois terços da terra se converteram em “arena” da atividade do homem. A população cresce de maneira constante. O progresso técnico científico amplia a possibilidade da atividade do homem sobre a natureza. Isso vai conduzir uma transformação radical das paisagens naturais. Esse processo vai se desenrolar com muito mais rapidez do que a capacidade de se manter naturalmente as paisagens. O modelo de turismo debatido neste subitem pode ser entendido como um processo de reaproximação, de retorno, de romantismo, porém não deixa de ser importante. O turismo na natureza é hoje um dos principais vetores da economia do turismo. Como se deu esse crescimento e sua amplitude atualmente é o que buscaremos compreender.

O turismo na natureza deve ser encarado como um momento de (re) descoberta e (re) valorização por parte do homem, como afirma Milton Santos (1997) “a presença do homem na natureza leva a sua descoberta, com a passagem da ordem vital a ordem racional, com o natural cedendo lugar ao artefato e a instrumentalização”. Portanto, natureza, meio ambiente, rios, praia, paisagem, e o próprio turismo são conceitos, abstrações humanas. (CORIOLANO, 2007, p. 22) ou ainda “é com base na representação da natureza como paisagem, e como cenário para as ações humanas, que se institui o seu consumo para o turismo” (SERRANO, 1997, p.15)

Costuma-se dizer que a natureza é matéria prima do turismo nos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, desta forma, a natureza esta cada vez mais transformada em atrativos naturais para o turismo. Disso derivam-se algumas questões. Por exemplo, dos ambientalistas mais radicais que defendem que toda intervenção na natureza é negativa. Diegues (2002) “refere-se ao mito da natureza intocável, pois ela precisa e pode ser utilizada. Como utilizá-la de forma equilibrada, respeitando os ciclos de vida dos recursos renováveis em um modelo que transforma tudo em mercadoria, é a grande questão”.

A natureza ao contrario dos homens, não tem subjetividade, dizem. Portanto, pode ser estudada objetivamente, e a compreensão de suas leis, dos seus processos, da ordem que a governa deve servir de ponto de referência para uma sociedade racional, livre das paixões, das ideologias

e da subjetividade típica dos homens. (PORTO GONÇALVES, 1990.p. 51)

De fato, os movimentos do naturalismo e do romantismo vêm à baila quando se busca uma reflexão sobre o turismo de natureza, tendo em vista, que ambas as correntes filosóficas primavam pelo discurso da natureza muito além de recurso meramente. A fundamentação é contrapor o ideário da razão. Segundo Silva (2006, p. 72) “a base da contestação apoia-se nos problemas derivados do pragmatismo e do utilitarismo impostos pelo racionalismo, principalmente no que diz respeito à relação do homem com a natureza após a revolução industrial, problemas, que atualmente são denominados impactos ambientais”.

O movimento do Romantismo iniciado a partir da metade do século XVI perduraria até meados do século XIX. Vislumbrou o resgate de elementos culturais e tradicionais vinculados ao orgulho nacionalista, sentimentalismo, individualismo e pluralismo. Procurou destacar valores humanísticos frente à implementação do racionalismo científico. O elemento subjetivo passa a ser concebido enquanto “um olhar otimista” do homem com a natureza. A contemplação, a valorização da natureza como fonte de vida primária, o empirismo, elementos até então inconcebíveis dão uma nova conotação e destaque a natureza. Silva (2006)

Surgido na forma de uma reação ao sistema capitalista nascente e a uniformidade pragmática racionalista, o Romantismo tratava da natureza que circundava a sociedade e da natureza interna ao homem. Este deveria refletir sobre como os aspectos naturais o influenciavam e sobre a capacidade dos mesmos em contribuir com os sentimentos e a interioridade humana. Tinha-se, assim, um homem capaz de livrar-se dos condicionantes impuros presentes na sociedade. O indivíduo romântico, dessa maneira refletiria a individualidade orgânica da natureza e a individualidade singular do ser humano. (SILVA, 2006. p.72)

A corrente do Naturalismo ao contrário vislumbrou sua formulação apartada do ideário subjetivo. Mantendo um “olhar pessimista” (p.73) sobre a natureza. Essa proposta em parte apregoava um convívio pacífico do homem com a natureza, no entanto a partir de um cuidado que privilegiava aspectos que circundavam as cidades na busca de estabelecer um comportamento harmônico e menos degradante que os mensurados até então. Tal condição elevou a natureza a uma categoria dogmática. Ou seja, a priori deveria ser

recebida como dádiva, como um bem recebido do criador, e, portanto, algo significativo num contexto religioso.

Esta corrente nascida na Inglaterra vitoriana passou a afetar, circunstancialmente, a pesquisa científica elaborada nos séculos XVIII e XIX, sob um novo prisma: a natureza passou a ser estudada sob a ótica da finitude e da erradicação. Incorporou-se, na abordagem científica, os ideais preservacionistas e conservacionistas, condição até então incompatível com a visão racionalista dominante. A visão naturalista passou a indicar e a demonstrar que as relações do homem com a natureza causavam situações e problemas não condizentes com o estabelecimento de um *equilíbrio harmônico*. A sociedade humana passou a ser vista como parte integrante de um todo muito maior, cujos limites extrapolavam a área *civilizada* circundante. O homem passou a ser visto como agente responsável pelos desequilíbrios e cabia só a ele buscar caminhos para a mudança. (SILVA, 2006, p. 74)

Certamente os diversos conceitos de turismo na natureza estão visceralmente ligados às concepções racionalista, romântica e naturalista. Desde o *trade local*, passando pelo discurso das entidades representativas, da academia, todos enfatizam a necessidade de se transformar bens naturais em recurso, de se conservar e preservar os ambientes naturais para as próximas gerações, a ciência baseada nas universidades prospecta estudos científicos sobre o tema e os turistas carregados de Romantismo buscam encontrar áreas intactas, livre da “ação do homem”.

O senso comum considera paisagem uma pintura, um campo visual, um espetáculo, um aspecto visível e perceptível do espaço, que implica a existência de um observador que o contemple. No caso de pessoas que se deslocam, sobretudo para admirar praias, florestas, belezas naturais denominam-se de turista-colecionador de paisagens. Alguns não retornam aos lugares visitados, buscam outras paisagens capturadas pelas máquinas fotográficas. A paisagem, portanto, seria uma vista panorâmica e não poderia existir sem um contemplador. (CORIOLANO, 2007, p. 26)

Dessa forma o mercado composto pelo *trade* turístico que é representado na grande maioria das vezes por integrantes dos diversos equipamentos turísticos do lugar, membros do poder público, e universidade, designa de que maneira os bens naturais assegurados por legislação específica (Unidades de conservação em sua maioria) serão elevados à categoria de recurso, para fins turísticos. Para o Instituto Brasileiro de Ecoturismo, *por exemplo*:

O ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem estar das populações

envolvidas (IEB - INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL, 1996).

E é definido segundo a OMT como aquele que:

Atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida. (OMT *apud* DIAS, 1993).

As políticas públicas, muitas vezes não são concebidas e implementadas nos lugares turísticos, a partir de discussões com o trade turístico, que elegerá a partir de critérios específicos os espaços turísticos mais ou menos atrativos. Segundo Silva (2006, p.75) “valorando as atividades que serão desenvolvidas e incorporando a lógica de mercado valores muitas vezes intangíveis, até a instalação em uma determinada área”. E acrescenta: “Quanto mais singulares e complexos forem os processos naturais presentes em uma área e quanto menor a influência humana sobre ela, maior será sua capacidade de atratividade, maior sua relevância mercadológica”. Essa ideia é corroborada no texto de Santos (1992) Que: “constatou que a natureza deixou de ser algo que funciona apenas segundo as leis da natureza, para ser comandada pelas leis do mercado. Assim, a praia, o sol, a paisagem, as áreas preservadas, os rios, tudo passa a ser mercadoria, a ser vendável”.

Portanto, paisagem na representação do turista é diferente de paisagem geográfica. Esta é muito mais do que cenário, e o resultado da dinâmica da natureza e da sociedade, existe sem espectador, basta que haja sua produção, e não é apenas natural, pode ser urbana. Não é neutra, é política. A paisagem natural pressupõe a não ação humana, ou pouca interferência do homem, mas, como a natureza foi socializada, a ação do homem chegou a todos os lugares naturais, aos mais distantes do planeta. Essa natureza intocada, talvez não mais exista, pois se o homem não chegou lá, seus impactos certamente o precederam (CORIOLANO, 2007.p.26).

Esses ambientes como afirma a autora anteriormente citada, dificilmente serão encontrados, no entanto, é esse cenário carregado de aspectos do Romantismo e do Naturalismo que povoa o imaginário do turista. Esse ideário irá levá-lo a dispor em alguns casos de significativas quantias na perspectiva de satisfazer seus anseios. Esse aspecto é ressaltado pelo cotidiano específico do turista que certamente vai influenciá-lo inclusive nas escolhas dos lugares a serem visitados. Essa busca é destacadamente influenciada pela busca de um mundo selvagem Silva (2006) “cujo imaginário criado lhes permite sair do

ethos da modernidade e, com isso resgatar algo que, na verdade, nunca tiveram, criando-se, assim, um *neomito* natureza” (p.76).

O chamado “turismo ecológico”, realizado em parques e reservas está também imbuído desse neomito de natureza intocada e selvagem. Ao contrário, no entanto, dos objetivos dos primeiros parques norte-americanos, o turismo ecológico é ainda mais elitista, reservado aos que podem pagar tarifas especiais. (DIEGUES, 1996.p.62)

A natureza como recurso, passa a fazer parte do rol de produtos a serem consumidos em médio-longo prazo por turistas de lugares que não mantêm uma relação cotidiana com áreas pouco antropizadas, e em equilíbrio, devido à baixa alteração de seus processos naturais. São grupos sociais que tem sua *práxis* invariavelmente na metrópole. Essa prática quase sempre virá carregada de aspectos subliminares que comporão as diversas concepções de natureza atualmente imbricadas em uma diversidade de anúncios de rádio e televisão, em peças publicitárias, outdoors, etc. Fortemente ligadas aos movimentos do Romantismo e do Naturalismo²² percorridos anteriormente no texto, e, ainda, com ideias de sustentabilidade, baixo impacto, entre outras que vem a galope nos movimentos ambientalistas do século XX. Silva (2006)

Os segmentos do Turismo que mais incorporarão práticas turísticas ligadas ao turismo de natureza serão, portanto, aqueles que excluem o convívio direto com ambientes urbanos, os quais, muitas vezes, irão servir somente de aporte por meio do oferecimento de serviços de hospedagem, alimentação, ou agenciamento, necessários para o seu desenvolvimento. A oferta turística original, bem como, a potencialidade turística, resulta diretamente do ambiente natural. (SILVA. p. 77)

O conceito de turismo na natureza está em construção. Se pouca ou quase nenhuma importância é dispensada ao turismo no Brasil, os estudos para aclarar as divergências em torno dos conceitos é ainda menos problematizado. No entanto, há uma certeza, a importância de se debater aspectos relativos à natureza no turismo e suas bases de sustentação na sociedade (SILVA, 2006.p.77).

Em tese a exploração de atrativos naturais de uso turístico deveria ser constante, já que se constituem um subsistema fundamental, ao redor do qual se aglomeram os demais. Teoricamente o sistema teria de explorar seus atrativos turísticos, de modo que, a uma

²² Certamente os praticantes do turismo na natureza são movidos por ideais Românticos, de retorno à natureza, de intocabilidade, de original. De certo modo, as artes atualmente têm cumprido seu papel, assim como a internet e todos os seus recursos disponíveis na velocidade de um *click*.

degradação dos mesmos, por seu uso turístico, correspondesse uma força oposta imprimida pelo homem de caráter conservador ou regenerador, para assim garantir a vigência do sistema em longo prazo.

Na prática as forças que podem possibilitar essa limitação da exploração entendida como conservação ou regeneração esta atrelada a maneira como, por exemplo, o município lida com suas questões ambientais. Certamente isso é capaz de mostrar a importância que é despendida ao subsistema: atrativos naturais turísticos. “A natureza da força dos demais subsistemas nesse caso é bastante variável e obedece a interesses econômicos sobre os ecológicos, esquecendo que ambos subsistem da raiz “eco” e que dar ‘olhar’ ao ecológico pode em longo prazo ser beneficiário ao econômico”.

Este esquecimento, ou confusão conceitual, quando é consciente, esta muito ligada à instabilidade dos sistemas políticos, econômico e sociais dos países Latino-americanos, que os obriga a estruturar a recuperação dos investimentos turísticos no menor prazo possível, sem maior consideração com outras preocupações como, por exemplo: físico – ambientais. (MOLINA, 2001.p.146).

De fato, o turismo de natureza é uma possibilidade para os recursos naturais existentes em diferentes municípios do Brasil. No entanto, não é nada fácil definir sua conceituação. De um lado o turismo de aventura, de outro, o ecoturismo, ambos possuem características e utilização semelhantes dos recursos naturais, e como inicialmente dito, de difícil definição. O que faremos nas próximas linhas é tentar aproximar e dirimir algumas dúvidas sobre o que chamamos de turismo na natureza, em relação ao turismo de aventura e ecoturismo.

1.5 TURISMO DE NATUREZA, ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES.

A prática turística vem ocupando cada vez mais um lugar de destaque na vida das pessoas. Com a expansão durante alguns anos da economia e o acesso e incentivo por parte dos governos ao consumo do turismo, o mesmo tem se expandido e torna-se muito mais

que uma simples atividade de lazer, e sim uma ferramenta de desenvolvimento de destinos brasileiros e se desenvolve em diversos segmentos²³. O turismo globalizado é alçado à necessidade humana de fuga do cotidiano em busca de tranquilidade, principalmente para indivíduos que vivem em grandes centros urbanos, para eles, as áreas naturais nesse sentido representadas pelos segmentos de turismo na natureza, ecoturismo e turismo de aventura ganham destaque, e constrói um imaginário que possibilita o encontro com a “natureza” que é muito pouco frequente nesses centros, uma espécie de “elo perdido”. Esse segmento de turismo no Brasil cresce vertiginosamente reproduzindo o turismo de massa da dos anos 1970, porém com algumas capilaridades que buscaremos compreender e distinguir enquanto categorias de um turismo.

Um das categorias do Turismo mais difundidas no cenário nacional é o Ecoturismo. A partir da crescente busca por espaços naturais permeados por belezas cênicas e com baixo nível de antropização. Tendo em vista, a dificuldade de interpretar o que seja Ecoturismo em relação às demais categorias que utilizam a Natureza como “matéria prima”, recorrer-se á definição da (EMBRATUR, 1994) como sendo:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Fica claro que para ser considerado uma atividade de ecoturismo, esta precisa estar vinculada a princípios de sustentabilidade, além de cumprir conforme Soldateli (2005.p.517) “o enfoque prioritário no contato e interpretação do ambiente natural”. Ainda segundo aquele autor, o ecoturismo está implicitamente ligado a diretrizes de mínimo impacto ambiental.

Podemos afirma que as demais atividades turísticas que fazem uso da natureza, nem sempre estão imbuídas de princípios sustentáveis. Muitos dos que praticam o turismo de aventura, por exemplo, estão em busca de interação com a natureza, com os riscos, com a superação de seus medos, obviamente isso não é um impedimento para a incorporação pessoal de técnicas de mínimo impactos, de sustentabilidade etc. Ou seja, é certo que nem todas as atividades que fazem uso da natureza apresentam as preocupações do ecoturismo.

²³ Negócios, sol e praia, eventos, rural, aventura, natureza, etc...

Outra constatação segundo (SOLDATELI, 2005.517) “É que na prática do mercado, a expressão *ecoturismo* tem forte apelo comercial, e, conscientemente ou não, é vendida, na maioria das vezes, sem que o produto, ou serviço oferecido corresponda conceitualmente a sua definição teórica”.

Nesse condição, o ecoturismo vai se robustecer de um arcabouço conceitual orientado sempre na direção de uma atividade reconhecida como possível de ser desenvolvida de maneira sustentável. Isso vai emergir no turismo da década de 1990 principalmente como um apelo a sustentabilidade no turismo, ao passo que ele, o ecoturismo é nesse período enquadrado e reconhecido como o turismo sustentável.

Para Ceballos-lascurain (1993) “ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com manifestações do passado e do presente que possam existir – e que, ao mesmo tempo, promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais”.

Para tanto o desenvolvimento da atividade deve buscar reduzir ao máximo os efeitos negativos seja no ambiente natural, no valores culturais, representado pelo patrimônio material e imaterial presente nas localidades e regiões atingidas. Nesse sentido algumas considerações segundo Pires (2005.p.485) devem ser atendidas:

- Redução do consumo direto e indireto de recursos naturais;
- Adoção de estudos e monitoramento das atividades e de seus impactos;
- Adaptação dos turistas aos destinos no sentido comportamental e de consumo;
- Adequação e harmonização da infraestrutura (acomodações, transporte, equipamentos) ao ambiente natural e cultural dos destinos;
- Disseminação em pequenos grupos e com operações em pequena escala.

Em verdade o que sobra enquanto dúvida conceitual acerca do ecoturismo enquanto categoria de turismo na natureza, é que o mesmo hoje se encontra aberto a todo tipo de exploração do mercado. Também justificado em diversas plataformas políticas, principalmente em municípios que desenvolvem esse atividade, ou a querem em seu território, e também, como uma excelente oportunidade de negócio para empresas privadas

que o tem, como uma *eco* - oportuna alavanca expansionista e capitalizante. (PIRES, 2005.p.487)

Em relação ao turismo de aventura, podemos inicialmente destacar a origem do mesmo, o ecoturismo. No entanto por ocasião da segmentação do turismo, decidiu-se que para atenção ao mercado, alguns elementos caracterizariam e diferenciariam essas duas categorias de turismo na natureza. Ou seja, o turismo de aventura pode ser definido como: “Uma atividade de lazer realizada em um local não usual, remoto, exótico, ou de vida selvagem, envolve algum meio de transporte não convencional, e tende a ser associado a níveis de risco elevados da atividade”.

Segundo Ramos (2005.p.470) “o turismo de aventura implica em atividades de lazer e viagens que são contratadas na esperança de produzirem uma experiência de aventura recompensadora”, que poderá ser de natureza intensiva e envolverá as emoções do turista que a pratica a atividade... Resultará em riscos e desafios físicos... E ajunta que esses desafios vão além da natureza física, pois, durante uma situação de risco, o participante enfrentará e terá que decidir partir de suas habilidades técnicas, intelectuais e sensitivas.

Swarbrooke comenta em seus trabalhos sobre ecoturismo e turismo de aventura, e com maior cuidado para o último que: “incerteza é um dos fatores determinantes de um desafio, ela pode ser criada de inúmeras formas. A presença do perigo que por sua vez gera o risco assegura a imprevisibilidade do resultado”. (SWARBROOKE, 2003). Os turistas que buscam essa categoria de turismo buscam entre outros fatores exclusividade, pois quase sempre são pequenos grupos, às vezes amigos, buscam também pouco conforto, pois entendem que o contato com o meio físico, as instabilidades climáticas, e outras privações fazem parte do desafio e exigem um alto nível de planejamento das atividades por parte das operadoras.

O que tem se observado é que algumas operadoras, assim como no ecoturismo anteriormente citado, acabam comercializando roteiros que deixam de lado as características citadas no parágrafo anterior e que identificam a categoria de turismo na natureza proposta. Ou seja, acaba oferecendo conforto exagerado aos praticantes, o que se entende não ser o que se busca. Entende-se que tanto turismo de aventura como ecoturismo

quer em seu bojo conceitual aproximar os praticantes do meio visitado, e não o inverso. “Os turistas devem experimentar novas sensações, quebrar paradigmas, romper barreiras psicológicas, sociais, interpessoais, entre outras”. (RAMOS, 2005.p.475)

Como proposta fundamental dessa conceituação prévia do que se entende por ecoturismo e turismo de aventura cabe ressaltar o que Ramos (2005.p.475) afirma ser essencial: “a motivação e o enfoque da atividade”, quanto menos intensa e não exigir muito esforço e mais educativa no sentido de interpretação do ambiente visitado, mais próxima à atividade estará do ecoturismo. Por outro lado, quanto mais intensa, imersiva, incerta, de risco e de adrenalina, mais próximo do arcabouço conceitual que se refere à aventura. Contudo esse exercício conceitual é muito primário e exige a reflexão de que, não estamos, com essa classificação, querendo excluir as demais. A figura abaixo representa um pouco desse debate conceitual

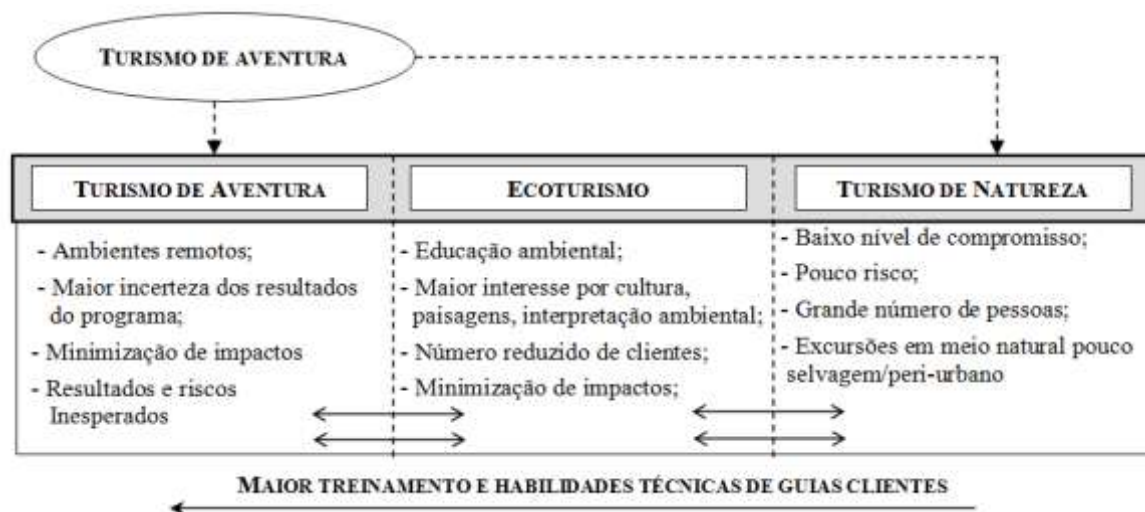


Figura 1: A velha nova concepção do turismo na natureza
 Fonte: SILVA. Charlei Aparecido da (2005, P.475).

Pode - se a partir das constatações bibliográficas e de experiências empíricas que Ecoturismo e Turismo Aventura seriam subprodutos cada qual com seu significado, significância e apelo mercadológico ou como defende PIRES (2005) um sub-segmento advindo do conceito de Turismo de Natureza. Não nos interessa esse debate, no entanto, ainda segundo aquele autor “O Ecoturismo, então, deriva do Turismo na Natureza, ou dele faz parte”... “Assim como o Turismo de Aventura, embora ambos adquiram identidade própria a partir de seu desmembramento da vertente “natureza””.

No Ecoturismo, as principais motivações são a contemplação e a observação das características naturais e dos recursos culturais a ela relacionados nos seus destinos, enquanto no Turismo de Aventura a motivação principal é, antes de tudo, o exercício físico e a experimentação de situações desafiadoras no ambiente natural, em áreas remotas ou de difícil acesso (PIRES, 2005. P 487)

Resta-nos ainda aproximar o texto daquilo que convencionamos chamar de turismo na natureza e inicialmente aportamos os conhecimentos de Ramos (2005p. 475) que cita o turismo na natureza como sendo: “a exigência de menor logística, somada a menor habilidade específica requerida e menor necessidade de segurança na atividade”, mais próximos estaremos do turismo na natureza, em que se imaginam turistas com menos preocupação e compromisso com as atividades e ainda baixa preocupação ambiental.

A clareza necessária no debate tipológico-conceitual que os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Natureza trazem, é que sua utilização para o marketing e divulgação de destinos turísticos, principalmente a primeira, é que a ideia de sustentabilidade que o segmento carrega, tem forte apelo comercial, e propositalmente ou não para mercado e turista, é o que se vende, e não necessariamente há o consumo do produto ou serviço inicialmente oferecido, ou que correspondam às definições teóricas propostas nos conceitos vigentes no Turismo brasileiro.

A proposta de aproximar as diferenças entre Ecoturismo e Turismo de Aventura de um modelo de Turismo na Natureza que considere: conservação, proteção, impactos, tipologias, advém de articular um termo mais apropriado e a possibilidade de entender de maneira criteriosa o desenvolvimento do Turismo em ambientes naturais em determinada localidade, sua classificação, e que ao mesmo tempo auxilie como referencia na determinação se o Turismo realizado em uma área se adéqua ou não ao Ecoturismo, por exemplo. (SILVA, 2006.p.86)

O Turismo de Natureza conceitualmente pode abarcar genericamente todos os segmentos que promovem as chamadas “viagens à natureza”. Segundo Soldateli (2005.p.518) Inevitavelmente isso acarreta consequências negativas em maior ou menor intensidade para a correta correlação com os usos dos recursos naturais de interesse turístico e também quanto aos impactos provocados pelo Turismo na Natureza.

O termo Turismo de Natureza parece ser o mais adequado. Pouco utilizado o termo não nega a existência de impactos ambientais e concebe que a base da motivação turística e o deslocamento dos fluxos turísticos das áreas emissoras para as receptoras ocorrem predominantemente, a partir de aspectos da natureza. (SILVA, 2006.p.86)

A procura de uma consistência conceitual analítica deste trabalho esta impregnada da necessidade de compreensão da realidade da tipologia turística no município de Jardim – MS. A construção do conceito tem diversas facetas. Com a crescente expansão do segmento no cenário nacional do Turismo, surgem algumas iniciativas políticas no sentido de dar legitimidade e facilitar a gestão descentralizada e integrada do segmento de turismo em ambientes naturais, se destaca entre elas, o programa de normalização em turismo e seu caráter voltado a padronização e certificação, no intuito, de propor melhores práticas para o segmento brasileiro

1.6 NORMALIZAÇÃO NO SEGMENTO DE TURISMO NA NATUREZA.

O Turismo de Natureza brasileiro nos últimos anos tem sido estrategicamente pensado para atingir níveis de qualidade internacionais. A Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) sistematicamente tem incentivado os atrativos turísticos que atuam no segmento de Natureza a se capacitarem e a seus colaboradores através do Programa Aventura Segura (PAS) em parceria com o Ministério do Turismo (MTUR) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT²⁴) e os resultados apontam para avanços significativos.

O PAS tem como principal finalidade enquadrar os atrativos em processos de formação que vai desde o atrativo como um todo com a Norma Técnica de Sistema de Gestão da Segurança (SGS), até os condutores de atrativos de Turismo de Natureza. O

²⁴ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais Temporárias (ABNT/CEET), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

aceite por parte dos atrativos se dá de maneira voluntária, e a partir daí a ABETA inicia os processos no atrativo.

Existem normas diversas desde: Condutores de Rafting, de Espeleoturismo (Turismo em cavernas) Rapel, Tirolesa, Mergulho, entre outras tipologias que são definidas em parcerias firmadas entre a ABETA e o atrativo, de acordo com seu perfil de atuação. Existem diversas normas em fase de estudo, outras já estão em operação. Segundo a ABETA, dos mais de 130 atrativos cadastrados no sistema CADASTUR (cadastro de empreendimentos turísticos) do MTUR, mais de 90 implantaram alguma norma em seus domínios e tipologia de atuação, elevando o compromisso desses atrativos com seus clientes, os turistas.

Assim, uma norma de sistema de gestão da segurança pode ser uma referência para toda organização envolvida com a prestação de serviços que incluam atividades de turismo de aventura, ou seja, pode ser utilizada por operadoras e por aqueles que recebem os turistas nos destinos, que devem também estar envolvidos no esforço da segurança nas atividades de turismo de aventura. (ABETA, 2005.p.V)

Basicamente, o processo de normalização em Turismo de Aventura e Ecoturismo, segue os padrões internacionais de Normas Técnicas implantado originalmente na Nova Zelândia. Em 2003, uma missão brasileira visitou o país e trouxe as boas práticas para o Brasil iniciando em 2006 com o PAS, um novo momento para esse segmento do Turismo que mais cresce no mundo.

Inicialmente foram priorizados 17 destinos brasileiros sendo realizado um trabalho em 13 unidades de federação. Existem atualmente dois produtos que reforçam a necessidade de tornar cada vez mais segura essa prática turística no Brasil, o Programa Aventura Segura: concepção, metodologia e resultados, e o Relatório de Impactos do Aventura Segura, ambos os documentos servem como um referencial para o Turismo na Natureza do Brasil.

Com 28 normas técnicas publicadas e um processo de certificação em Ecoturismo e Turismo de Aventura com acreditação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), o Brasil tem sido apontado como

referência mundial nestes segmentos. As empresas são certificadas conforme a ABNT NBR 15331:2005 - Sistemas de Gestão da Segurança²⁵ – Requisitos.

O objetivo do programa é qualificar empresas e profissionais do Ecoturismo e Turismo de Aventura e auxiliá-los na implementação do Sistema de Gestão da Segurança (SGS), tendo como referência Normas Brasileiras publicadas pela ABNT. Ao todo, o programa mobilizou mais de 100 municípios e mais de 600 empresas.

As organizações envolvidas com as atividades de turismo de aventura vêm procurando sistematizar e controlar as suas atividades, inclusive incorporando práticas de gestão de riscos, de maneira a proverem atividades de turismo de aventura de forma responsável e segura. Por si só essas iniciativas de sistematização e controle podem não ser suficientes para proporcionar a uma organização a garantia de que seu desempenho em termos de segurança não apenas atenda, mas continue a atender, aos requisitos legais e aos de sua política. Para que sejam eficazes, é necessário que estes procedimentos sejam realizados dentro de um sistema de gestão estruturado e integrado às atividades gerais de gestão. (SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA, 2005.p.v).

A gestão de riscos, especificamente, é notadamente reconhecida como parte integrante e fundamental de um sistema de gestão da segurança. Nesse sentido, a adoção e implementação, de forma sistemática, de um conjunto de técnicas da gestão de riscos podem contribuir para a obtenção de resultados ótimos para todas as partes interessadas. Contudo, somente a adoção deste conjunto de técnicas de gestão de riscos por si só não garantirá resultados de segurança ótimos.

Sendo assim, a norma NBR 15331 - SGS (Sistema de Gestão da Segurança) especifica os requisitos de tal SGS do turismo de aventura. Foi redigida de forma a aplicar-se a todos os tipos e portes de organizações turísticas que trabalham com sítios de Turismo de Aventura, de Natureza e Ecoturismo e para adequar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais desses espaços.

O sucesso do SGS *a priori* depende do comprometimento de todos os níveis e funções na organização, em especial da direção. Um sistema deste tipo permite que uma organização estabeleça e avalie a eficácia dos procedimentos, desenvolva uma política e objetivos do nível de segurança desejado, e ainda atinja a conformidade em relação aos

²⁵ A ABNT NBR 15331 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Turismo (ABNT/CB-54), pela Comissão de Estudo de Gestão da Segurança (CE-54:003.02). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 09, de 30.09.2005, com o número de Projeto 54:003.02-001.

demais destinos e atrativos demonstrando o resultado das ações ao público alvo, ao Estado e a terceiros. A finalidade geral desta Norma é assegurar, de maneira sistemática e consistente, a prática segura e responsável de atividades turísticas nos destinos de Aventura, Natureza e Ecoturismo.

Como se baseia em um processo de planejamento dos atrativos é recomendável que vários destes requisitos sejam abordados simultaneamente ou reapreciados a qualquer momento, tendo em vista os processos de planejar, implementar, agir, corrigir e sucessivamente, numa tentativa de prever as variáveis recorrentes dessa atividade turística.

É evidente que esse processo de normalização do Turismo na Natureza em andamento reforça a análise sobre o subsistema político-econômico realizada nesse capítulo e que será mais detalhadamente debatida no capítulo seguinte, onde trataremos dos estratagemas do Estado enquanto centralizador das políticas do Turismo no Brasil.

Analisar as sociedades frente às leituras de suas relações com a natureza é um exercício deveras necessário ainda hoje. A sociedade contemporânea é em grande parte levada a acreditar que o avanço sobre o natural é necessário para a manutenção do modelo atual de consumo e uso insustentável dos recursos naturais. No entanto, a observação do “*modus operandi*” e da “*práxis*” das sociedades “antigas” em nada se diferencia do hoje. Hoje estamos repassando o ônus de nossas necessidades à natureza. Sabemos que o uso também (in) sustentável da natureza para a prática do Turismo é passível de impactos de toda sorte, e sendo o Turismo uma indústria, pode provocar alterações, como toda e qualquer indústria, entretanto investir num modelo de desenvolvimento local, regional, tendo como fator de agregação a atividade turística está sendo, e pode ser ainda mais uma alternativa a indústria tradicional, poluidora e causadora de impactos irreversíveis, do qual o Turismo não faz parte.

Para tanto, no próximo capítulo trataremos dos aspectos que organizam a atividade turística de modo a torná-la sustentável. As políticas, em suas diversas escalas e alcance, com suas concepções e implementação, ora acertadas, ora equivocadas ao longo das décadas analisadas.

CAPITULO II

CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS

2. CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O TURISMO NO BRASIL.

Pode-se traçar no Brasil, um paralelo das políticas públicas por parte do Estado como sendo: altamente centralizado; aliado a ajustes fiscais a partir da década de 1930 com o governo Vargas; e alinhado a criação dos direitos trabalhistas. Isso tornou o trabalhador contexto e retrato da tentativa de promoção do Estado baseado na intervenção do próprio Estado. Entre os diversos estudos que apontam esse caminho, Emir Sader afirma que dessa forma: “Criam-se as condições, tanto da personalização do poder, quanto da aparição da própria imagem da soberania do Estado” (SADER, 1998, p.100).

Nesse sentido muitos países, principalmente na América do Sul se utilizaram desses conceitos de política pública para promover tentativas de regulação em sua economia visando um equilíbrio financeiro, baseado em um modelo de ajustamento fiscal. “Esse formato de Política pública baseado, no aperto fiscal, se propalaria nas relações de trabalho dessa sociedade capitalista, onde ainda segundo Sader, (1998, p.73)” O Estado precisa corresponder às necessidades de reprodução das relações de produção, e a busca frenética pela mais valia representa e aprofunda a desigualdade.

Com isso, passou a ser evocado com facilidade dentro dos governos o termo políticas públicas quase que de forma messiânica. De fato, o interesse por parte dos gestores se fundamenta, por ser este um modelo atrativo de condução política, que refletirá sim, de sobremaneira em reeleição e manutenção das relações de poder.

Segundo Celina Souza (2007), essa perspectiva nas últimas décadas ressurgiu e elevou a importância das políticas públicas no cenário do conhecimento científico, assim como nas instituições que estabelecem suas regras, modelos e regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Dentre o que autora aponta destacamos que o processo de decisão sistematiza alguns fatores que contribuiram para dar visibilidade a essa área do conhecimento e, por conseguinte auxilia na compreensão de sua concepção e avaliação em países como o Brasil (SOUZA, 2007).

- Adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial aqueles em desenvolvimento.
- Substituição das políticas Keynesianas do pós-guerra, por políticas restritivas de gasto.

Cabe ressaltar, ainda segundo Souza, (2007), que muitas definições de políticas públicas apontam-na como importante ferramenta de resolução de problemas, outras as colocam como embate no campo das idéias superando aspectos racionais e procedimentais. Já Laswell *apud* Souza, (2007), “afirma que decisões e análises sobre as políticas públicas implicam responder as seguintes questões: Quem ganha o que? Por quê? e que diferença faz?”.

Souza, (2007), argumenta que “A intervenção do Estado na economia acabou transformando as políticas de universais em focalizadas”. Um exemplo de focalização das políticas públicas (PEREIRA, 2008, p.64) eram as “*Workhouses Inglesas*, onde pobres capazes ao trabalho, ou os mendigos fortes eram postos a trabalhar e em contrapartida, recebiam o “direito” de acessar bens e serviços”. Esse modelo de política apresenta suas intenções de controle social caracterizada a partir de sua implementação por parte do sistema de governo vigente. Vale, porém lembrar que nesse contexto, todavia, não havia Estado.

Por conseguinte, Célia Lessa Kertenetsky, (2006) ²⁶, aponta quatro cenários, “ideais típicos”, onde, por exemplo, descreveu uma análise sobre o formato de intervenção estatal Norte Americano, que vai demonstrar aspectos de uma concepção fina, de mínima proteção social, ou seja, o Estado acaba por incentivar o setor privado a oferecer os serviços para a sociedade e busca dessa forma um incremento fiscal a partir da geração de impostos, por meio de uma concepção fina de justiça, baseada na proteção individual e libertária frente ao Estado.

Contrapondo o modelo Norte americanista ainda segundo (KERTENETSKY, 2006, p 572), o modelo de proteção social Escandinavo visa promover uma concepção mais espessa de justiça social, baseada na Universalização dos direitos e o acesso irrestrito por parte da população, o que remonta o Bismarquismo, que na Alemanha (apresentado acima no texto), trouxe avanços significativos para a época, apesar de ser segundo (PEREIRA, 2008, p.60) apenas “Um socorro paliativo aos pobres, mesmo que se restringisse a um grupo estrategicamente específico, o trabalhador”.

Com isso, o Estado centralizador brasileiro se aproximaria do modelo de Otto Von Bismarck na Alemanha oriental, o chamado “Bismarquismo”, baseado em uma avançada forma de seguro social que se diferenciava das existentes na época e pretendia oferecer uma amplitude da cobertura estatal a uma maior parcela da população. Pode-se traduzir como uma tentativa explícita de manutenção e validação do poder do Estado.

²⁶ (1) concepção *fina* com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde básicas — como parece ser a experiência inglesa; (KERTENETSKY, 2006, p. 572)

(2) concepção *espessa* com ênfase na focalização: alocação redistributiva de recursos para geração de oportunidades sociais e econômicas para os grupos sociais em desvantagem relativa — cenário hipotético, porém plausível (IDEM).

[...] de fato, a legislação do seguro social iniciada por Bismarck, nos anos 1880, indicava, implicitamente, o reconhecimento das autoridades públicas de que pobreza no capitalismo era produto do próprio desenvolvimento predatório desse sistema que, para ser preservado, exigia que o Estado protegesse o trabalhador contra a perda de renda advinda de doenças, acidentes, envelhecimento, mortes prematuras, entre outras contingências sociais. (PEREIRA, 2008, p. 60)

Essa tentativa Alemã de oferecer uma forma de seguridade a uma parcela da população específica, que é o trabalhador, foi comemorada na época, por ser considerada segundo Pereira (2008) “Um avanço significativo, na história da política social caracterizada, com um paliativo aos pobres [...] inaugurando uma prática conhecida até hoje, de tratar a política social com instrumento de poder dos governos e sindicatos para com os trabalhadores”.

Dessa maneira pode-se ousar dizer que o pensamento de Marx, aponta as políticas públicas como forma geral de controle social. Isso acarretou a criação de oportunidades políticas fundadas nas relações econômicas e de voto. Devido à divisão classista da sociedade os políticos por vezes teciam redutos eleitorais nas diversas porções territoriais no país, criando uma dispersão. Para Sader “A necessidade do Estado, faz com que ele só tenha sentido, quando supera essa dispersão” (SADER, 1998, p. 80).

[...] o período ditatorial no Brasil traduziu esse modelo de centralidade estatal iniciado a partir do fechamento do Congresso Nacional em Novembro de 1937 e a promulgação de “Nova Constituição” Por Getulio Vargas, iniciando assim o que se denominou chamar de “Estado Novo”. Esse regime político é segundo Wanderley Messias da Costa “Marcadamente autoritário e Centralizador” (COSTA, 1997, p.45)

A partir desse modelo de Estado centralizador inicia-se uma evidente tentativa de controlar as ações das unidades da federação e dos municípios, onde o governo certificava-se através de indicações e critérios subjetivos de lealdade pessoal e política, o que mais se mostrava conveniente no arranjo político de determinada localidade, e por consequência, o que mais fosse agradável ao governo central.

[...] o presidente nomeava os interventores em cada estado, segundo, evidentemente, critérios de lealdade pessoal e política e também de conveniências em termos de arranjo política e também de conveniências em termos de arranjos da política e local que beneficiasse o governo central. Os interventores, por sua vez, nomeavam os prefeitos, além de controlar os seus gastos e limitar a sua ação administrativa. Por esse mecanismo, é de certa forma mantido o coronelismo no meio rural, já que

os proprietários de terras, em geral, apoiam e se beneficiam do sistema de nomeações (COSTA, 1997, p.46).

Essa centralidade permeava o avanço político ruralista fortalecido pelos governadores, que se mantém até os dias atuais firme, e ainda, em alguns casos reproduzem sua força nas diversas esferas do poder. Isto se traduz no que aponta Sader “Se a república consolida o poder da burguesia, abala seus fundamentos sociais, já que há uma cobrança frente às classes subjugadas, sem outras mediações” (SADER, 1998, p.76).

Ressalte-se, que desde os primórdios da República brasileira até a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional, os governadores dos estados foram às principais vozes da República Velha. Esse período, que se estendeu de 1899 a 1930, caracterizou-se pela chamada “Política dos Governadores”, devido ao surgimento de um sistema federal altamente descentralizado, em que os governadores dos estados mais poderosos - São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - dominavam a política do País (SAMUELS, 2004: 70 *apud* FALETTI, 2006 p.46)

Isso evidencia como se dava o entendimento das relações que eram mantidas com as oligarquias subnacionais mandatárias no Brasil desde a República Velha (1930-1945). Tendo em vista, serem estes alguns dos problemas evidenciados na “Era Vargas”, com o advento da Nova República, houve tentativas de desmantelamento desse “poder paralelo”, que foi mais tarde, novamente centralizado nas mãos do Estado. O ponto fundamental dessa constatação era a capacidade de descentralização demonstrada por governos subnacionais no período “Pré-Vargas”.

2.1 DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS

A sequência de reformas descentralizadoras pósdesenvolvimentistas começa com a primeira administração que afasta o Estado da intervenção direta na economia e em direção às reformas econômicas pró-mercado. Ocorrida, segundo Faletti (2005) durante o governo militar, de João Figueiredo (1979-1985). “Ao estudar a realocação de autoridade para as esferas subnacionais, muito se pode ganhar de uma taxonomia clara da descentralização

com base no tipo de autoridade transferida, que agrega três categorias” (FALETTI, 2005. P. 51).

- A descentralização administrativa engloba o conjunto de políticas que transferem a administração e a provisão de serviços sociais como educação, saúde, assistência social e moradia, aos governos subnacionais.
- A descentralização fiscal se refere ao conjunto de políticas desenhadas para aumentar as receitas ou a autonomia fiscal dos governos subnacionais.
- A descentralização política é o conjunto de emendas constitucionais e de reformas eleitorais desenhadas para abrir novos espaços – ou acionar espaços existentes, mas não utilizados ou ineficazes – para a representação das sociedades subnacionais.

A partir dessas questões surgem algumas teorias que tentam explicar o processo de descentralização, a partir da reforma do Estado. Algumas delas estão dispostas abaixo apresentadas por Faletti (2006, p. 48).

- Uma possível explicação das consequências da descentralização no grau de alteração no equilíbrio intergovernamental do poder vem da teoria do federalismo de *Riker* (1964) *apud* Faletti (2005 p. 48), que argumenta que o grau de autonomia dos governantes subnacionais, após a implementação de reformas descentralizadoras, pode ser explicado pela estrutura interna dos partidos políticos.
- Outra afirma que o grau de mudança nas relações intergovernamentais, trazida pela descentralização, decorre do tipo de divisão territorial de governo estabelecido constitucionalmente. Uma vez que as Constituições Federais confeririam autonomia para as unidades subnacionais, esta garantia deveria levar a níveis mais elevados de transferência de poder do que aqueles experimentados por estados unitários (DAHL, 1986 *apud* FALETTI, 2005, p.48).
- Argumenta-se também que as condições iniciais determinam o grau de poder transferido para as esferas subnacionais. Isto significa que os países que são mais centralizados no começo do processo. Faletti (2005p. 48).

A descentralização administrativa pode acarretar a transferência da autoridade na tomada de decisões sobre essas políticas, mas esta não é uma condição necessária. Se receitas são transferidas do centro para cobrir os custos de administração e provisão de serviços sociais, a descentralização administrativa é financiada e coincide com a medida de descentralização fiscal. Se os governos subnacionais financiam esses custos com receitas próprias preexistentes, a descentralização administrativa não é financiada.

As políticas descentralizadoras fiscais podem assumir diferentes formas institucionais, tais como o aumento de transferências do governo central, a criação de novos impostos subnacionais ou a delegação da autoridade para cobrar impostos anteriormente cobrados pela esfera federal.

A descentralização política transfere autoridade política ou capacidades eleitorais para atores subnacionais. Exemplos deste tipo de reforma é a eleição por voto popular para prefeitos e governadores que, em períodos constitucionais anteriores, eram indicados; a criação de assembleias legislativas subnacionais, e reformas constitucionais que fortaleçam a autonomia política dos governos subnacionais.

Em outras palavras, segundo Faletti (2006) “pode-se dizer que existe um limite máximo para o grau de mudanças que a descentralização pode trazer para as relações intergovernamentais, ou um limite para a devolução de poder para as esferas subnacionais, abaixo do qual um país não pode situar-se”.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: DA CENTRALIZAÇÃO DITATORIAL À (DES) CENTRALIZAÇÃO “DEMOCRÁTICA”.

O aspecto centralizador do Estado Brasileiro perpetuou todo o período ditatorial brasileiro que subsistiu entre os anos de 1964 até a nova Constituição Federal em 1988 e resiste em alguns aspectos até a contemporaneidade a partir dos embriões de desenvolvimento “gestados” durante o regime. Conseqüentemente, os modelos de desenvolvimento das políticas públicas, em geral, seguem uma tendência centralizadora. Em alguns casos, esse modelo se apresenta pré- definido. Bob Jessop, alerta sobre a “necessidade de se discutir o modelo ideal de Estado a partir das necessidades da sociedade e não pela aceitação de um Estado pré – definido” (JESSOP, 2007, p. 15).

Segundo o arcabouço constitucional, os elementos democráticos estão sugeridos e devem permear desde a concepção até a implementação das políticas públicas no Brasil, baseada na descentralização, municipalização e participação da sociedade civil em todo o processo como segue:

[...] a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1999) instaura elementos democráticos na gestão das políticas públicas, que sugerem um novo desenho das políticas sociais no Brasil, fundamentados nos princípios da

descentralização, municipalização e participação da sociedade civil em todo o processo. Estabelece que as políticas sociais sejam desenvolvidas de modo democrático, em que a sociedade, via órgãos representativos, participe dos espaços de deliberações das diretrizes das políticas, do planejamento, da execução, do controle e da supervisão dos planos, programas e projetos. (BRASIL, 1999. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Esses pressupostos democráticos vão subsidiar ainda que em alguns textos de maneira subliminar, por vezes, o processo de concepção e implementação das políticas públicas no Brasil. Enquanto que no período histórico compreendido pela nova república o governo era hegemônico em suas aspirações e ações, o momento democrático sugere uma maior participação das camadas representativas da sociedade, o que torna o Estado, ator em prol da sociedade, e não mais uma forma indissolúvel de poder e atuação a priori.

[...] a democracia direta expressa nas diretrizes da descentralização e participação social, que apontam para um novo desenho de políticas públicas, principalmente na sua gestão social, tem enfrentado restrições e redirecionamentos postos pelas reformas das políticas sociais, iniciadas na década de 1990, que desnudam os limites do alcance da luta pela democracia, dentro dos aparelhos do Estado capitalista. (TOLEDO, 1994, p. 39 e 196).

Cabe ressaltar que essa democratização do Estado brasileiro já a partir da década de 1980, em seus primeiros atos, mostrou-se estar visceralmente atrelada ao período ditatorial no Brasil. A esse momento a autora Tulia Faletti nomina de “modelo econômico desenvolvimentista ditatorial” e que ainda não levava em conta as dimensões territoriais e demográficas do Estado nação brasileiro. Isso coloca em suspeição o processo de descentralização democrática proposto na Constituição.

Considerando que, tanto em termos territoriais quanto populacionais, o Brasil é o quinto maior país do mundo, não é de surpreender que, com o término do modelo econômico desenvolvimentista e da ditadura militar (1964-1985), o país assumisse a descentralização do governo como parte do processo de redemocratização. Os resultados da descentralização, contudo, são extremamente intrigantes. (FALETTI, 2006, p.46).

Com o advento do Estado democrático, no entanto, novamente o Brasil passa a desenvolver suas políticas públicas baseadas no ajuste fiscal, tal qual, na Era Vargas. Novos planos são pensados, na tentativa de (re) estruturar a política econômica do país, dentre eles o Plano Collor que ocasionou desdobramentos diversos na sociedade brasileira.

A partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, inicia-se um período de focalização das políticas públicas no Brasil que é caracterizado pela tentativa de redistribuição de renda iniciada no governo de FHC e que tem seu ponto alto no governo Lula, onde o modelo provedor de Estado se consolida e promove o acesso a uma série de direitos sociais basicamente ligados à tributação de uma parcela social do país. Dessa maneira, o Estado assume a responsabilidade pela inserção social do cidadão através das políticas de garantia de renda.

Contudo, esse modelo de regulação estatal ainda que centralizador pretendeu proporcionar um Estado com mais igualdade, oferecendo um modelo de proteção com um aparente ideal de redistribuição de renda a partir do Estado.

Partiu-se na elaboração da primeira parte do capítulo, de uma análise Histórica das políticas públicas no Brasil. Pretendeu-se observar a importância das políticas públicas no cenário Político e estratégico do desenvolvimento, adotado por Governos do Sul, em especial os que atravessaram grandes períodos sob o jugo ditatorial como o Brasil. Mostrou-se importante neste contexto, compreender como esses governantes adotaram como agenda Política a elaboração e implementação de políticas públicas de seu interesse, que se basearam por vezes em ajustes e focalização, dentre elas os ajustes fiscais, político, e econômico e a focalização no acesso aos mais pobres. Vai-se agora apresentar um panorama das políticas de turismo especificamente, e com isso, perceber os traços de centralização e (des) centralização que as compõem desde a concepção, até a implementação.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: MULTIPLICIDADE DE ESCALAS E TEORIAS

[...] a conscientização, a sensibilização, ao estímulo e a capacitação dos vários Monitores Municipais, para que despertem e reconheçam a importância e dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo, como resultado, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (DIRETRIZES DO PNMT, EMBRATUR, 1999,p.9)

A procura de um fator explicativo único guiou as pesquisas tanto teóricas quanto empíricas em matéria de desenvolvimento ao longo de toda a segunda metade do século XX. Enquanto disciplina, a economia parece incapaz de reconhecer que tal fator não existe “Que uma política de desenvolvimento requer uma compreensão mais complexa dos sistemas, que combinam instituições econômicas, sociais, culturais e políticas, cujas interações mudam ao longo do tempo (Boyer 2001, p. 14-39)”.

As teorias, modelos e definições são modificadas, evoluem e são geograficamente inseridas no contexto da sociedade. Um exemplo é o conceito de “desenvolvimento” que nesse sentido apresenta – se como complexo, e compreendê-lo requer um pensamento a partir da diversidade e capilaridade da natureza do termo. Ou seja, seus aspectos normativos, para que serve, e o que deveria ser. Nesse sentido apresentam-se algumas considerações a seguir.

È fato que após décadas de estagnação e declínio das políticas de desenvolvimento pelo Estado brasileiro, temas como o desenvolvimento regional ocupam grande espaço nas agendas de estudiosos em desenvolvimento e organismos interessados no assunto como subsidio para a formulação de políticas publicas.

Este fato segundo Leite (2004, p.2) pode ser creditado à combinação de um conjunto de fatores, especialmente: crescente percepção das dificuldades e incapacidade do Estado brasileiro em equacionar o histórico problema das desigualdades regionais; maior difusão e visibilidade das experiências internacionais bem sucedidas, especialmente os distritos industriais da chamada Terceira Itália; e a emergência, não planejada, de economias regionais dinâmicas em vários pontos do território nacional.

Cruz (2002) afirma que, na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ao acaso, isto é, ao sabor de iniciativas e interesses particulares e não da sociedade como um todo. Portanto, as políticas públicas são muito importantes, pois fornecem uma estrutura na qual são tomadas decisões coletivas e individuais, que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades ligadas ao turismo, em uma destinação ou região turística, tendo o papel de propiciar um desenvolvimento harmônico do setor.

A retomada ou ressurgimento deste tema no Brasil tem se expressado, por exemplo, no crescente uso das noções de cluster, arranjos e sistemas produtivos locais, polos de

desenvolvimento de base local, agropolos etc. Uma característica comum a estas noções é a ideia de que a aglomeração geográfica de atividades econômicas de um mesmo setor, ou de setores correlatos, é capaz de produzir efeitos bastante dinâmicos para as economias regionais.

Na escala econômica mundial, assistiu-se ao longo de diversas décadas principalmente após a segunda grande guerra a criação de blocos econômicos mundiais caracterizando geopoliticamente condições para além da produção, mas também fortalecendo as relações de interdependência e de competição. Isso só vai se acentuar com o advento da Globalização em suas várias etapas.

Pires (2007) aponta que o efeito deste ambiente transformado pela Globalização mostra que a representação da estrutura do espaço geográfico é hoje, bem mais complexa. Teorias como da polarização de crescimento de Perroux (1967) e do desenvolvimento territorial endógeno com frequência são utilizadas para explicar e embasar planos e programas na tentativa de “turistificar o país”. Ainda que insipiente, em alguma escala o estudo do turismo enquanto atividade com grande significado econômico aponta para a modificação e inserção de novas dinâmicas produtivas em detrimento a indústria pesada no país, no entanto, compreende-se, por exemplo, a dificuldade de fundamentar a discussão do desenvolvimento do turismo por tais teorias, tendo em vista, em geral os polos de crescimento, por exemplo, designarem o desenvolvimento pela indústria tradicional. Gerando uma força motriz em torno de uma ou mais firmas.

Apesar de pantanoso esse modelo de desenvolvimento por polos pode ser verificado nos programas de desenvolvimento regional do turismo, que captura e transforma essa atratividade e conduz ao seu redor outras atividades decorrentes principalmente do poder de consumo que o turismo estabelece. Entretanto existem experiências como o turismo de base local, que se contrapõem ao desenvolvimento regional do turismo baseado nos polos de crescimento e fundamentalmente buscam suprir suas necessidades no “*locus*” valorizando e adequando seus recursos internos e mais do que isso, estabelecendo suas próprias estratégias de gestão e controle de desenvolvimento, estruturado pelos próprios atores.

Comparativamente segundo Silva (2006) esses dois modelos de crescimento regional: o do polo de crescimento; e o territorialista e endógeno, atuam tendo como pano de fundo o modelo que vem sendo adotado no Brasil a partir da década de 1990, centrado na implantação de “polos turísticos” regionalizados no país. O modelo do polo de crescimento, que inspira os “polos turísticos” concebido no Plano Nacional de Ecoturismo de 1994, privilegia os aspectos vinculados à função de especialização regional, no caso o turismo. Sua implementação acontece a reboque de investimentos exógenos que não utilizam, numa escala otimizada, recursos produtivos de base local.

No modelo de desenvolvimento turístico prevalecente no Brasil, focado na constituição de “municípios turísticos indutores das políticas” regionalizados, considera-se que o papel do Estado no planejamento desse desenvolvimento tem deixado a desejar, quando se considera o efetivo grau de endogeneização dos seus resultados.

Levando-se em conta que o planejamento deve ser considerado uma atividade endógena, aliado à complexidade envolvida na tentativa de se estimular o desenvolvimento regional e tendo-se o turismo como função de especialização, desde quando é marcado por um elevado nível de territorialidade, o Estado assume relevante função nesse processo.

Segundo Leite (2004, p.8) se partirmos da constatação de que o crescimento não ocorre de forma espontânea e simultânea em todas as regiões, caberia ao Estado o papel de 'redistribuir' o crescimento, dotando as regiões mais 'atrasadas' de condições, principalmente infraestrutura, semelhantes às das regiões mais 'avançadas'.

Ao se privilegiar a função e se implementar o processo à mercê de decisões e investimentos exógenos aos âmbitos local e regional, se relega o território e todos os elementos que o integram, particularmente os ambientais e sociais, a um plano secundário. Por consequência, acarreta-se uma diversidade de custos para a sociedade e o território, mitigando-se os impactos positivos e os benefícios socioeconômicos derivados do desenvolvimento turístico, pela não utilização, em escala otimizada, dos recursos de base local da região objeto do processo de planejamento.

Baseado nessa constatação, a política de regionalização do turismo passa a prescrever largamente a criação de municípios indutores das políticas de desenvolvimento turístico, através da turistificação do entorno de cidades e municípios turísticos. São

segundo o Ministério do Turismo “consagrados” os exemplos de Foz do Iguaçu (PR), Rio de Janeiro (RJ), Bonito (MS) e Salvador (BA) que foram instituídos como sendo municípios indutores (polos) das políticas públicas do Estado. Segundo Leite (2004) Os governos nacionais são considerados, portanto, os atores centrais e o planejamento (nacional) o instrumento chave para atenuar os desequilíbrios territoriais do desenvolvimento. De maneira geral, estas políticas consistiam em pesados investimentos públicos, ênfase na urbanização e grande indústria (turismo) e atração de capital estrangeiro. No entanto, essas políticas são propostas estritamente de cima para baixo. Entende-se que essa construção e (re) construção da economia é histórica e se dá a partir da dinâmica existente e propiciada pelo próprio território. Não se dá por decreto (PECQUEUR, 2005)

Ao analisar os desdobramentos da política de planejamento que se constituiu através dos municípios-polo indutores de crescimento turístico é possível destacar que ela sofre basicamente os mesmo efeitos daquelas pensadas originalmente inspiradas nos anos 1950 e 1960 por (Myrdal 1960, Hirschman 1961 e Perroux 1967) e destacadamente analisadas em Guimarães (1988) *apud* Leite (2004, p. 8) os "modestos resultados" das políticas de planejamento regional devem ser avaliados considerando, entre outros critérios, o grau de prioridade que assumiam no conjunto das políticas governamentais. Em muitas situações não passaram de retórica, e mesmo quando foram levadas a sério, não receberam os recursos suficientes para contrabalançar os efeitos dos mecanismos de mercado e das políticas de maior prioridade. Apesar de remeterem ao final da década de 1980, início da década de 1990, essa análise é uma repetição do que vemos a partir da ideia de regionalização do turismo. No entanto antes de regionalizar, o turismo foi proposto de maneira local, a partir dos programas: de municipalização do turismo, e de desenvolvimento integrado e sustentável (PDITS e PNMT respectivamente) como veremos abaixo no texto.

2.3.1 PDITS - Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável

O Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável - PDITS é um instrumento do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento do turismo, para permitir a exploração racional dos recursos turísticos, em respeito ao meio ambiente

natural e construído e à identidade cultural das populações residentes onde o turismo se desenvolve. O Estado de Mato Grosso do Sul, foi dividido em cinco áreas turísticas às quais correspondeu a elaboração dos respectivos PDITS, sendo elas:

- Costa Leste, formada pelos municípios de Três Lagoas, Mundo Novo, Bataguassu e Aparecida do Taboado;
- Região Norte, formada pelos municípios de Costa Rica, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso e Alcinópolis;
- Campo Grande, formada por um único município, de mesmo nome, capital do Estado;
- Pantanal, formada pelos municípios de Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti e Miranda; e
- Serra da Bodoquena, composta pelos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim.

Nesse contexto essas divisões do estado acabaram mostrando de alguma maneira, para onde se direcionava o olhar do estado na perspectiva do desenvolvimento pelo turismo. Ficou evidente principalmente na divisão do que se convencionou chamar de PDITS – Serra da Bodoquena, composto pelos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim. Foi definitivamente um programa que sucumbiu aos aspectos regionais em detrimento do local. O que se pretende aqui é apontar os pontos fracos de um programa que se encerrou antes mesmo de se reconhecer seus objetivos e metas.

2.3.2 PDITS - Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável Serra da Bodoquena.

O PDITS/ Serra da Bodoquena, elaborado em 2001, tem como objetivo original proporcionar o desenvolvimento do turismo regional por meio de estratégias e ações definidas com envolvimento das instituições responsáveis pela gestão do turismo no Estado e nos municípios envolvidos, em busca de mecanismos eficazes e adequadas parcerias para a sua implementação, contemplando também a efetiva contribuição da iniciativa privada e dos diversos segmentos que compõem a realidade local.

Para a implementação das estratégias específicas do PDITS foram realizadas reuniões com representantes do poder público, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim para discussão dos temas focados

no Programa, com ênfase para: atração de demanda, diversificar e qualificar a oferta dos produtos turísticos, proteger os recursos naturais, minimizar a sazonalidade, estruturar e operar a gestão compartilhada do turismo e promover a inclusão da sociedade local no negócio turismo.

Abandonado o PDITS foi rapidamente substituído por uma proposta reconhecidamente local de tentar transformar o turismo em uma indústria propulsora de desenvolvimento, geração de emprego e renda. Não foi muito aproveitado e deu lugar cedo ao programa de Regionalização do Turismo em 2003. No entanto, o PNMT tem suas contribuições para análise, e é o que veremos abaixo.

2.3.3 Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT, 1993-2002).

O turismo de mercado foi introduzido no Brasil por volta de 1920. Superada essa fase nos idos de 1950, projetos liberais orientados pelo marketing começaram a aparecer no país ainda nos governos militares, a partir de 1966, mas não deslancharam. Um novo processo chegou ao país calçado na Constituição Federal de 1988, que imprimiu o ideal de participação e descentralização das políticas públicas baseada na municipalização – a emergência do poder local.

Essa nova fase foi inaugurada no governo Fernando Collor de Mello, que pressionado pelo mercado mundial e devido à emergência de um projeto político e econômico que se via modernizador, mergulhou o país definitivamente no processo de globalização através da adoção de um desenvolvimento orientado por organismos internacionais, promovendo a captação de investimentos turísticos de considerável aporte financeiro, que passaram a ser implantados no âmbito do Prodetur - Programa de Desenvolvimento do Turismo. São mega-projetos que se caracterizam pela concentração de esforços empresariais e governamentais em suprir uma região de infraestrutura (aeroportos, vias, resorts, etc...), cujo planejamento fica centralizado nas mãos de atores que atuam na macro-política nacional e global. Nos princípios e objetivos dos mega-projetos, a maioria da população local está excluída do planejamento, da produção e dos benefícios gerados pelo turismo.

Outra estratégia político-econômica surgiu no final de 1993 com a instituição do PNMT, que foi concebido e inserido baseando-se nos princípios de descentralização trazidos na Constituição Federal de 1988, que inicialmente passou a estimular a criação de novos municípios e (re) significou o papel dos mesmos e de suas populações num novo pacto federativo. O PNMT apostava na descentralização como estratégia para a solução de problemas municipais que impediam o turismo como alternativa de sustentabilidade local.

Rodrigues (2002, p. 12-13) acrescenta que o Brasil a partir do Governo Collor e através das políticas dos sucessores Itamar Franco e FHC “ingressa definitivamente no processo de globalização em que o turismo constitui um dos elementos fundamentais”. A autora destaca e define o perfil dos dois principais programas daquela década.

Criado a partir do Governo Collor, em 1990, o Prodetur - Programa de Desenvolvimento do Turismo era um modelo adaptado às regiões Nordeste, Centro-Oeste e à Amazônia, baseado na experiência mexicana de Cancun. O Prodetur era extremamente centralizado no governo federal, sendo seu principal objetivo identificar e controlar regiões interessantes à expansão do capital através de megaprojetos turísticos. Adiante, em 1993, o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi instituído legalmente no final do Governo Itamar, através da Portaria n/ 130 do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e passou a buscar o fortalecimento municipal, conformando uma planificação na elaboração e na gestão de projetos locais, o que induzia, a priori, admitir que fosse viável uma descentralização democrática e politicamente sustentável. Para Rodrigues (2002, p. 13), “o Prodetur contempla as verticalidades do domínio hegemônico global enquanto o PNMT pretende reforçar as horizontalidades e as especificidades dos lugares”. O PNMT atendeu à Constituição Federal de 1988, que estimulou veementemente a criação de novos municípios e (re) significou o papel dos mesmos num novo pacto federativo à medida que, através do seu artigo 18, capítulo I, estabeleceu que o município é um ente autônomo. Foi também nessa Constituição que o turismo, pela primeira vez, ganhou maior destaque. Combinando os ideais de descentralização do poder político com o projeto de redemocratização do país, o PNMT apostou na municipalização e interiorização como estratégia para a solução de problemas locais que impediam que o turismo fosse uma alternativa de desenvolvimento e sustentabilidade. Em 1994, então, criou-se o Comitê Executivo Nacional com a função de expandir a implantação do PNMT e, assim, promover a descentralização da gestão do turismo no Brasil.

O PNMT assimilou os ideais difundidos pelo Relatório Brundtland “Our Common Future” (Tradução livre: “Nosso Futuro Comum”). No mesmo ano, em Brasília, entre 12 e 16 de dezembro, a EMBRATUR promoveu o Seminário de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Na ocasião, três consultores de experiência internacional foram contratados: Nikolai Kostiaiev, Arturo Crosby e Maria Rosário Partidário. O objetivo geral do PNMT era “fomentar o desenvolvimento turístico dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política”. (PNMT, 2002, p. 34).

Para desempenhar tal empreitada, o Comitê designou agentes multiplicadores e moderadores. Os agentes multiplicadores foram divididos inicialmente em dois grupos: nacionais e estaduais. Os agentes nacionais que eram técnicos preparados por especialistas indicados pela OMT orientaram os agentes estaduais e esses foram responsáveis pela implementação do programa no âmbito estadual, nesse caso, com atribuição também de acompanhar o treinamento e atividades dos agentes multiplicadores e monitores municipais, durante as Fases II e III. Esse treinamento tecnocrático e hierárquico caracterizou a verticalidade mencionada ao ocorrer de cima para baixo.

Na Fase I, através do repasse de informações e de vivência de técnicas de participação, os agentes multiplicadores nacionais, estaduais e os monitores municipais foram sensibilizados e preparados para retornarem às suas funções administrativas e respectivas regiões com a missão de “sensibilizar suas respectivas comunidades sobre a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico-social”. (PNMT, 2002, p. 50). Na Fase II, o objetivo foi “capacitar e qualificar” os monitores municipais a criar o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo, que eram instrumentos básicos de operação do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. (PNMT, 2002, 40).

O Comitê supunha que “o sucesso da implantação do PNMT é diretamente proporcional à eficácia da ação de seus agentes multiplicadores”. Verifica-se então que o sucesso dependia fundamentalmente de instrumentos técnicos e de um planejamento burocraticamente bem realizado. Quando bem executado durante as oficinas, o treinamento proporcionaria aos agentes multiplicadores uma capacidade para superar as dificuldades

pré-existentes, no sentido de fazer do turismo um eixo importante de desenvolvimento local. (PNMT, 2002, p.31).

Quanto aos monitores municipais, “são pessoas selecionadas nos quadros das prefeituras municipais ou nos segmentos representativos da comunidade. Têm a responsabilidade de apoiar o desenvolvimento do turismo local, após o processo de capacitação”. Afinal, “são os agentes locais que melhor conhecem as particularidades da região onde vivem e que podem, quando devidamente capacitados, encontrar soluções viáveis e que atendam os interesses de suas populações”. Há nessa concepção uma dose de subjetividade, pois se imputa teoricamente uma valorização ao saber local. Que saber é esse? Um saber prático e objetivo, necessário ao método tecnocrático do planejamento participativo em questão. Não cabem nele reflexões críticas às complexidades próprias do turismo. (PNMT, 2002, p. 22).

Um texto publicado em 1998, no Brasil, pela OMT, intitulado “Desenvolvimento de Turismo Sustentável: manual para organizadores locais”, que foi adotado pela EMBRATUR no formato de um “Manual de Municipalização do Turismo” consagrou-se então como a principal referência utilizada pelo PNMT. Ou seja, o PNMT era uma política de descentralização orientada pela OMT, assim, absorvendo os conceitos que o tornariam um programa nacional de bases internacionais. Dentre os seus ideários, sobressaia o interesse de aproximação entre os territórios locais e o inevitável fenômeno da globalização, desejo afeiçoado ao famoso mote reproduzido pela OMT: “pensar globalmente, agir localmente”, ideários esses perseguidos nos países emergentes através da descentralização das políticas nacionais, inclusive de turismo que, em parte, conspira à desregulamentação de mercado. Num primeiro momento, verifica-se claramente que os formatos do Prodetur e do PNMT eram bastante diferentes. Entretanto, Rodrigues (2002, p. 13) sutilmente induz a pensar que tanto o Prodetur quanto o PNMT eram “peças do mesmo processo (...) como num jogo de xadrez” moderno em que o domínio hegemônico global quer submeter territórios em pequena escala, numa trama que supõe valorizar o turismo municipal ao afirmar o fortalecimento do lugar, do local. Estrategicamente diferentes, os dois programas tinham idênticas finalidades: a expansão do capital transnacional através do mercado de turismo nos países emergentes.

Conclui-se que o PNMT complementava o Prodetur e ambos eram componentes de um projeto maior de hegemonia. Enquanto o Prodetur vendia no atacado, o PNMT atuava no varejo. Becker (2002, p. 190) argumenta que estratégias como o Prodetur e o PNMT ocorrem quando o governo federal busca definir seu papel no processo de implementação do turismo, o que a autora denomina de “descentralização controlada ou seletiva”. No Prodetur, a decisão quanto às regiões de implementação ficava a cargo do Governo Federal, acossado pelas lideranças estaduais e pelos seus interesses e de seus próprios membros. E o PNMT, em que se baseava para selecionar o município? Avaliando a existência de “vocação turística”. Para o PNMT (2002, p.22), alguns exemplos de voca o turística se verificam nos atrativos naturais preservados; nas tradi es culturais, que muitas vezes dependem de serem revigoradas através de um calendário; na existência de conjuntos históricos e manifesta es artísticas. Ressalta-se que o interesse em ingressar no PNMT só podia partir do município.

[...] descentralizar significa buscar solu es para os problemas locais sem perder de vista a realidade global. Significa repartir responsabilidades a fim de melhor integrar-se em um contexto sócio- econômico maior. É preciso pensar globalmente e agir localmente. (...) A a o de descentraliza o consiste em transferir, para os governos locais, parte das decisões políticas que tradicionalmente são tomadas pelo governo federal. É preciso que os problemas sejam resolvidos na própria localidade, por pessoas que vivenciem na prática as dificuldades da região. (PNMT, 2002, p.21-23).

Tal princípio dependia da existência de desejo local e de algum consenso político para viabilizar o turismo, conforme previsto nas proposi es do PNMT (2002 p. 21):

[...] a simples existência de atrativos turísticos não é suficiente para que o turismo se desenvolva por si mesmo. [...]   necessário que o município realize um processo de planejamento e gestão, para que o exercício da atividade resulte em benefícios concretos para sua comunidade. [...] através de um consenso entre autoridades e a comunidade local.

Enfim, de acordo com a Delibera o Normativa n  417/2000 e com o RINTUR - Roteiro de Informa es Turísticas existem no Brasil 1.529 “municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo”, número esse quantitativamente significativo, divididos em dois grupos, a saber: Municípios turísticos – “são aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capazes de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente”. Municípios com Potencial Turístico “são aqueles possuidores de recursos naturais e

culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes, para seu desenvolvimento socioeconômico”. (PNMT, 2002).

2.3.4 Macroprograma: Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil.

Em síntese, o Macroprograma de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil (MRTRB) a partir do ideal de descentralização buscou uma nova configuração da política de turismo brasileira na tentativa de aproximar municípios com recursos potenciais para o turismo, dessa forma, saindo da escala local que se configurava o PNMT e partindo para o regional. Supostamente deveria haver uma interação entre os municípios que compõem as regiões turísticas pré-estabelecidas pelo Macroprograma.

Tentou-se com isso limitar que os municípios agissem individualmente em seus territórios, e sim, integrassem seus territórios a região turística. Nesse contexto o município orientado por princípios de integração regional precisava intervir e modificar, em alguns casos sua estrutura de gestão pública, seus gestores da atividade turística, seu modelo de gestão, de planejamento, execução e avaliação de suas ações (BRASIL, 2008, p.154)

Obviamente empreender uma tentativa como esta de regionalizar o turismo exigiu um arcabouço significativo de formulação de novas políticas, não mais tendo o município como centro da atividade turística, mas, o desafio de promover um desenvolvimento de cunho regional, que atendesse as demandas de turistas, comunidade e *trade*. Certamente esse desafio é digno de análise, que é o que tentaremos realizar nas linhas que se seguem.

Esse novo modelo de programa se deparou com a necessidade imediata de agrupar em torno da atividade turística de diversos municípios, lideranças comunitárias, agentes econômicos, mercado e gestores públicos.

Esses atores, em conjunto, poderão propor ações e gerar melhorias nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer, artesanato, turismo, trabalho, energia elétrica, comunicações, meio ambiente, saneamento, habitação, crédito, escoamento da produção e mercado, dentre outras. Além dessas podem surgir outras propostas, criadas a partir de debates ocorridos durante o processo de planejamento e execução de determinadas ações. (BRASIL, 2008, p. 154)

Todo esse arcabouço político necessita de um forte embasamento cooperativo entre os municípios que serão alvos da ação do Estado. Essa “descentralização” proposta precisa estar em conformidade com um sistema de gestão pública coordenada, integrada, fundamentada em princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional. Essa sinergia deve ser alcançada como forma de ampliar a atenção estatal sobre os municípios que compõem a regionalização. Brasil (2008).

2.3.5 Contextualizando as políticas públicas para o turismo em Mato Grosso do Sul.

As políticas para o desenvolvimento da atividade turística no Estado do Mato Grosso do sul, tiveram início logo após a divisão do Estado de Mato Grosso, com a criação da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL), vinculada ao Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico. Em 1980, através do Decreto nº418, foi alterada a sigla da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul, de TURISUL para MSTUR, mantendo-se as mesmas competências da primeira. Em 1981 foi extinto o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico, sendo alterado para o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo. Em 1990 foi extinta a MS-TUR e criada a Diretoria Geral de Fomento ao Turismo, com Departamentos de Operação e Turismo e de Promoção e Divulgação, vinculada a Secretaria de Indústria e Comércio. Em 1991, a Secretaria de Indústria e Comércio passa a ser denominada como Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio, permanecendo a mesma estrutura organizacional no que se refere ao turismo. No dia 1º de janeiro de 1999, o então governador do Estado, José Orcírio Miranda dos Santos, assina o Decreto-lei nº 1.940, alterando a estrutura básica do Poder Executivo. A partir da nova organização, a atividade turística passava a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável. No dia 14 de novembro de 2001, foi instituída a Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Decreto nº 10.552. Em 2002 foi criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região sul do Mato Grosso do Sul - PRODETUR/SUL como sintetiza o quadro 1 abaixo

1977	O Presidente Ernesto Geisel assina no dia 11 de outubro a LC nº 31 dividindo o Estado de Mato Grosso e criando o Estado de Mato Grosso do Sul.
------	--

1979	Criada a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – TURISUL, vinculado ao Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico, através do Decreto Nº 132.
1980	O Decreto Nº 418 Substitui a sigla da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul, de TURISUL para MSTUR..
1981	A Lei Nº 218 Extingue o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico e cria o Sistema Executivo para o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo, ficando a MSTUR, vinculada a esse.
1990	Decreto Nº 5439 Dispõe sobre a dissolução da MS TUR. Decreto Nº 5.542 cria a Diretoria Geral do Fomento ao Turismo.
1999	Decreto Nº 442 Institui o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável - PDTUR e dá outras providências.
2001	Lei Nº 2.307 Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
2002	Decreto Nº 10.680 Cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região sul do Mato Grosso do Sul - PRODETUR/SUL.
2003	Lei 2.652 O Governo de MS sanciona a lei que institui o Fundo para Desenvolvimento do Turismo no Estado, o qual tem como finalidade apoiar as ações da Fundação de Turismo.
2004	Decreto Nº 11.680 Transfere competência da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo para a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário.

Quadro 1: Cronologia do Turismo no MS

Fonte: Adaptado de www.fundtur.ms.gov

A Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR é órgão gestor oficial do turismo no Estado de Mato Grosso do Sul, vinculado a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR. É responsável pela viabilização da exploração econômica dos seus recursos e pela promoção e divulgação do destino Mato Grosso do Sul. Suas finalidades estão assim definidas no texto da Lei nº. 2.307 de 09/10/2001:

- Fomentar, incentivar e promover a exploração do turismo no Estado;

- Identificar, selecionar e divulgar oportunidades de investimentos turísticos no território estadual;
- Viabilizar a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e divulgar seus atrativos;
- Induzir o desenvolvimento e a implantação de serviços de infraestrutura em área de interesse turístico;
- Dar assistência técnica aos empreendimentos turísticos no Estado.

Em especial as funções da SEPROTUR e da FUNDTUR, é assegurar que ao final dos processos de elaboração das políticas públicas para o turismo, ou seja, já durante a implementação, se leve em conta todos os aspectos de diferencial apresentado pelos municípios Sulmatogrossenses com reconhecido potencial turístico, ou então, apoiar municípios que almejam tal proposta de desenvolvimento.

Dentre os momentos políticos e instrumentos de gestão do Turismo e do Território analisados a partir da concepção, implementação e avaliação das Políticas de Turismo e da organização do setor, podemos afirmar, que o Turismo nunca teve seu real potencial acolhido pelos governos em escalas nacional, e regional, no entanto, se observa que o modelo de gestão proposto pelo PNMT, frente a uma gestão compartilhada e local foi em que pese os demais um dos planos de maior destaque e de menor continuidade, tendo duração de 10 anos. Essa perspectiva do desenvolvimento do Turismo revisada e ampliada, nos leva a crer que a base local deve ser incentivada, e que as decisões que devem ser de consenso sobre o território, apenas quem o conhece e sofre os usos e desusos do cotidiano, as relações de poder, e se reflete enquanto lugar de identidade deve participar e apontar quais dos seus recursos quer revelar a outrem.

Até agora nas reflexões que foram trazidas para esse texto desde a primeira linha, tem a ver com os aspectos da ação e da reação no território. O ser humano age sobre a natureza e lhe infringe em diversas épocas como apontamos no primeiro capítulo, seus anseios, expectativas, medos e desejos mais profundos, e é essa práxis que conferiu até os dias atuais um caráter de subjetividade a essa relação, todavia, os processos de concepção, implementação e avaliação das políticas públicas do Estado é que vão delimitar o avanço sobre o subjetivo a partir da relação sociedade - natureza.

Os processos de concepção e implementação de políticas públicas sugerem um nível de organização da atividade no Brasil. Ao longo de décadas de regime ditatorial tivemos um severo retrocesso nessa área, principalmente por sempre haver sido o Turismo uma atividade marginal diante de outras atividades econômicas desenvolvidas no território brasileiro. Cabe a nós a tarefa de avaliar o “estado da arte” atual das políticas de Turismo no Brasil e em especial as demandas do município de Jardim, na porção sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul e assim o fizemos. Cabe agora uma análise do território, dos recursos ambientais, do geossistema e assim propor avanços no arranjo político-cultural, ambiental e econômico do município a partir do desenvolvimento pelo território, do desenvolvimento pelo Turismo.

No capítulo próximo, o que se pretende definir que recursos são esses e espacializá-los de maneira que se identifiquem no território as possibilidades e os conflitos existentes na região, em relação ao desenvolvimento para o Turismo. Sendo assim o capítulo trará os resultados do mapeamento temático realizado com o auxílio de softwares SIGs fundamentais na atualização de informação a partir de dados Georreferenciados.

CAPITULO III

MATERIAIS E MÉTODOS

3. A SOCIEDADE DE RISCO E SUA PRÁXIS NO SÉCULO XXI.

O processo de transição entre os anseios das *sociedades* trouxe consigo diversos desafios a serem enfrentados a partir do reconhecimento da existência de um modelo de sociedade, a atual, contemporânea, em crise. A crise a qual nos referimos data dos processos de apropriação dos recursos naturais por parte de grandes conglomerados de empresas internacionalistas, ou até mesmo, do processo de degradação e *impacto ambiental* desses recursos naturais para a vida.

Se ousarmos afirmar que os impactos ambientais advêm das relações entre homem e natureza, teremos que situar que o são a partir do choque de interesses direto ou indireto entre as partes. Podem ser caracterizados como positivos ou negativos diretos ou indiretos, ocasionais ou permanentes, locais ou globais. Exemplos: queimadas, desmatamento,

erosão, mau uso do solo, agrotóxicos, resíduos sólidos, etc. Essas são algumas das perspectivas e incertezas dos estudos ambientais e também dos estudos do Turismo no Brasil e no mundo.

Frente a esse conflito a resolução do Conselho nacional do Meio ambiente de 1986 no apresenta o conceito de impacto ambiental como sendo:

Art. 1 Para efeito dessa resolução considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem estar da população;

II – as atividades sociais e econômicas;

III – a biota

IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente

V – a qualidade dos recursos ambientais

Frente aos elementos que compõem o fragmento da legislação acima citada fica o seguinte questionamento, podemos reconhecer o processo de impacto ambiental sem reconhecer as dinâmicas que o causam, e que são anteriores. Segundo Berté (2009, p126) os elementos constituintes do impacto ambiental são:

- Relações dinâmicas entre os processos sociais e os ecológicos;
- Estrutura dos indicadores de primeiro, segundo e terceiro níveis;
- Aspectos ecológicos e socioeconômicos.

Ora, a ideia central propalada durante décadas sobre a não finitude dos recursos naturais provocou uma inércia até pouco tempo inabalável pela racionalidade de políticas e movimentos políticos afirmando que a sociedade não podia ser punida pelo mau uso de ontem vide conferências das nações unidas sobre o desenvolvimento em Estocolmo (1972) e no Rio de Janeiro (1992) e ainda mais recente a batizada de Rio + 20 em referência a 1992 a primeira durante a crise do petróleo enfrentada na década de 70 e a segunda frente ao avanço da destruição da camada de ozônio pelos países industrializados ambas com foco de discussão muito claros, bem diferente do fiasco consentido durante a conferência

do Rio + 20 em 2012 também no Rio de Janeiro onde as potencias poluidoras se recusaram a assinar e ou produzir qualquer documento que as proibisse ou limitasse a continuar elevando os padrões de poluição que vemos atualmente.

Ora as relações entre o homem e a natureza apesar de serem em alguma medida controversa nem sempre ocasionavam fenômenos como os que estamos presenciando neste século, soavam quase que como uma retórica do homem, frente ao desconhecido, ao mito, ao sagrado, ao transcendente “tendo em vista o tempo lento da natureza se contrapor ao tempo rápido da sociedade” (MENDONÇA, 2004.p.188).

Em sua maioria, os problemas ambientais do presente parecem decorrer do esgotamento e extinção das bases naturais à vida humana, e que pertencem à dimensão biótica e abiótica da realidade e da materialidade do universo, fato que coloca a sociedade em condições de risco e vulnerabilidade, quando a dinâmica dos processos naturais é bruscamente alterada pelas atividades humanas (MENDONÇA, 2004.p.188).

Os problemas ambientais da sociedade no século XXI, ainda que a noção de problema seja algo puramente humano e não da natureza, ou seja, a natureza não tem problema, estão invariavelmente ligados ao desconhecimento da real situação dos processos ao qual ela mesma, a sociedade, se insere e contribui. Essa realidade vai ao encontro com a definição de Carvalho e Scotto (1995) que apontam problema ambiental, como sendo; “situações onde há risco, e ou, dano social, ambiental, mas não há nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil face ao problema”. Podemos acrescentar os lixões a céu aberto, a poluição dos rios e lençóis subterrâneos, contaminação dos solos por agrotóxicos, desmatamento, poluição do ar, resíduos sólidos domésticos e industriais, entre outros processos de apropriação dos recursos para a vida existente e em algum nível antropizados.

As dinâmicas socioambientais como apontadas no parágrafo anterior estão inseridas em uma lógica de distribuição de riscos, ou seja, os desafios dessa sociedade são de compreender o atual momento em que ela se encontra, e criar as condições necessárias para reduzir o preocupante e agravante quadro de riscos ao qual desigualmente ela se expõe.

Nesse sentido, se entendemos que há no decurso da transição dessa sociedade, a partir de uma ruptura, de uma crise ambiental, e do paradigma em construção atualmente, o da sustentabilidade, a busca por um novo modelo de sociedade, nos aproxima de uma reflexão consistente sobre a *práxis social*, no sentido, e em direção ao que Ulrich Beck (1994) vai chamar de “paradigma da sociedade de risco” quando aponta para a necessidade de avançarmos nas práticas sociais, na busca pela ampliação dos direitos a informação, educação ambiental, sempre de maneira inter-relacionada, interconectada e integradora, esse “movimento” deve proporcionar a acessibilidade à informação, de modo, que o acesso seja igual a todos e que transparência na abordagem de problemas ambientais proporcione um rearranjo nas relações de poder entre atores sociais diversos.

Cabe salientar que nessa “escala” de exposição de riscos segundo Pedro Jacobi (2004. P.170) “Cotidianamente a população, em geral, a de mais baixa renda, está sujeita aos riscos das enchentes, da contaminação do solo, dos resíduos tóxicos, da mineração, dos agrotóxicos” a junta:

Não há como negar a estreita relação entre os riscos urbanos e a questão do uso e ocupação do solo, que entre as questões determinantes das condições ambientais da cidade, é aquela onde se delineiam os problemas ambientais de maior dificuldade de enfrentamento e, contraditoriamente, onde mais se identificam competências de âmbito municipal. (JACOBI, 2004. P.170)

O sentido de âmbito municipal deve ser destacadamente refletido, tendo em vista, a ordenação territorial. São no município e adjacências que se desdobram os riscos urbanos e os problemas ambientais, principalmente relativos a uso e ocupação do solo, ou seja, o que doravante nesse texto será tratado como dinâmicas socioambientais.

O processo de uso e ocupação do solo em grandes metrópoles tem ocasionado e elevado os riscos ambientais, onde se observa a ineficácia das políticas de organização territorial, disso deriva a baixa qualidade de vida encontrada em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro no Brasil e ainda segundo Jacobi (2004.p.171) “também reflexo do descuido e da omissão dos próprios moradores, inclusive nos bairros mais carentes de infraestrutura, colocando em xeque aspectos de interesse coletivo”.

No geral esse cenário de desinteresse social pela dimensão ambiental de interesse coletivo vai trazer consigo a ideia de normalidade sobre essa prática, ou seja, pode-se jogar lixo no rio, fazer uso de agrotóxicos indiscriminadamente, inclusive de aspecto proibido e a partir de descaminho e contrabando, e essa contribuição é muito presente em Estados de fronteira com o Paraguai, por exemplo, em Mato Grosso do Sul.

O uso de agrotóxico, em especial, pode ser encarado como um dos maiores danos ambientais e também deve ser elevada a categoria de risco socioambiental em municípios Sulmatogrossenses. O Estado que é um dos maiores expoentes do agronegócio brasileiro, principalmente com criação e abate de gado de corte, “despeja agrotóxicos” também por lavouras de soja, milho e trigo, além da cana de açúcar.

É imperativo analisar que proposta de desenvolvimento encontra-se por trás dessa realidade em Mato Grosso do Sul. O Estado tem se transformado e se intensificado nos últimos anos em um grande laboratório a céu aberto para indústrias internacionais que aqui se instalam. De indústrias de papel e celulose em Três Lagoas a lavouras de transgênicos, os impactos se sucedem, e por ocasião das políticas do Estado, os resultados, sejam eles positivos ou negativos tem pouca replicação em melhorias da qualidade de vida do Sulmatogrossense, ao contrário, as suspeitas recaem em contaminação de nascentes e rios, até danos a saúde da população autóctone por intoxicação.

Ambientes cada vez mais desagradáveis e insalubres são mantidos ao custo da proposta desenvolvimentista meticulosa expandida pelos governantes que se sucedem assim como suas políticas de fazer vista grossa aos problemas cada vez mais visíveis. É sabido que os problemas socioambientais urbanos demandam, para sua solução, perspectivas que sigam a direção de debates na contramão de propostas puramente economicistas. O ambiente nas cidades pode, e deve ser acolhedor e capaz de ser um lócus de vida para o homem e a sociedade como um todo. É o que buscaremos analisar no contexto de um pequeno município do sudoeste Sulmatogrossense, onde a partir de uma proposta de mapeamento temático explicitaremos as potencialidades do Geossistema e as fragilidades dos conflitos existentes. Um dos aspectos de relevância é a elaboração cartográfica com o uso de softwares de Sistema de Informação Geográfica (SIG), que

detalhadamente oferece solidez as análises do território, sejam de uso das terras, geologia, geomorfologia, hidrografia, etc.

3.1 USO DOS SIG SPRING 5.6 E ARC GIS COM FINS DE MAPEAMENTO TEMÁTICO DO MUNICÍPIO DE JARDIM, MS.

A curiosidade do homem desde os primórdios o levou a uma busca de perspectivas frente ao mundo novo e real que a ele se apresentava. A confecção dos mapas vai materializar esse propósito, principalmente para fins de navegação. Na medida em que as habilidades humanas se mostram capazes de utilizar a percepção do que ele observa e registra sobre fenômenos geográficos de uma área ou da terra como um todo, ele demonstra toda sua capacidade evolutiva.

Os mapas especiais ou temáticos surgem a partir do século XVII (MENEZES; FERNANDEZ, 2011.p.2) “afirma que eram destinados a navegação, tendo entre outros, informações sobre ventos dominantes e linhas de costa”. Os autores ainda refletem que: “Os primeiros mapas geológicos surgiram no início do século XVIII, por volta de 1817. Surgiu um mapa climático de isotermas para o hemisfério norte”. E finalizam:

Em meados do mesmo século, na Europa, foram utilizados círculos de diferentes tamanhos para classificar cidades, áreas sombreadas para densidade populacional e mapas de pontos para mostrar a incidência de doenças, estabelecendo, já então, um domínio para a Cartografia Temática. (MENEZES; FERNANDEZ, 2011.p.2)

Fundamental, para que um fenômeno seja representado em um mapa, é a existência da distribuição espacial ou geográfica. Ou seja, deve ser conhecida e perfeitamente definida a sua ocorrência sobre a superfície terrestre. Esta é uma característica essencial para efetuarmos a ligação entre o fenômeno e o mapa. Dessa forma, qualquer fenômeno que seja espacialmente distribuído, pode ter representado a sua ocorrência sobre a superfície terrestre através de um mapa. Um fenômeno dito assim está Georreferenciado, sendo, portanto, possível de representação através de um mapa. (MENEZES; FERNANDEZ, 2011.p.3)

A técnica de mapeamento temático trata muitas vezes de fenômenos que não necessitam de um posicionamento preciso, seja pelo tipo de ocorrência do fenômeno, exemplo, um mapa de tipos de solos. É preciso, porém, se preocupar com a exatidão na apresentação da ocorrência da sua distribuição, sendo necessário para isso de uma base cartográfica com precisão compatível às suas necessidades. Os mapas temáticos produzidos sobre o município de Jardim, MS puderam seguir essa conceituação a partir dos softwares utilizados e da busca por um trabalho padronizado e relatado nesse texto.

Sendo assim, os procedimentos e a técnica do mapeamento temático iniciaram-se com a busca de um padrão de imagens de satélite *LANDSAT* solicitada diretamente ao *United States Department of interior*, mais especificamente ao site *United States Geological Surveys (USGS) – Global Visualization Viewer (GLOVIS)*, na tentativa de encontrar as cenas 225_75, e 226_76, bandas 03, 04,05, que caracterizam o território estudado. Nesse sentido foram encontradas imagens padronizadas nas folhas coletadas pelo satélite Norte-americano nos meses de Junho e outubro do ano de 2010.

A partir da definição das imagens foi efetuado um cadastramento junto ao referido site que confirmou o contato e o cadastro mediante utilização para fins de pesquisa em nível de Pós Graduação em Geografia no laboratório de Geoprocessamento - LABGEO da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

As imagens solicitadas foram liberadas no tempo de uma semana. Imediatamente as imagens foram agrupadas no *software spring* e recortadas sobre a base 1:350.000 já existente e cedida pelo LABGEO e que compõe o banco de dados dessa pesquisa. Posteriormente o software *Arc Gis* foi utilizado para o processo de mapeamento temático por oferecer uma clareza superior de análise frente ao *spring 5.6*. Cabe ressaltar que ambos os softwares possuem licença no LABGEO.

Dentre as bibliografias utilizadas para justificar os elementos apresentados no processo de mapeamento temático destaca-se os manuais de Geologia e Geomorfologia do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística disponíveis *online*. Finalizadas as etapas pré-mapeamento ou de criação e fortalecimento do banco de dados utilizados, vamos aos Sistemas de Informação Geográficos ou simplesmente SIG.

Em princípio a concepção dos SIG toma forma para auxiliar a construção de mapas, no entanto esses *softwares* vêm incorporando funções que possibilitam uma completa revolução nas ciências. Permitem o acesso a mecanismos sofisticados de manipulação e análise espacial de dados o que pôde permitir visualizar os dados a partir do que eles representam intuitivamente em face ao observado até então em artigos, relatórios, gráficos, análises, etc.

As variações de SIG utilizadas foram de *software* livre como no modelo (Sistemas de Processamento e Informações Georreferenciadas) *Spring* 5.6, que é de propriedade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, e está disponível para *download no site* da instituição, até o Arc Gis de propriedade da empresa Norte-americana ESRI com sede na Califórnia (EUA) e pode ser utilizado mediante licença paga. Neste caso recorreremos o LABGEO que detém por parte da Universidade Federal da Grande Dourados licença para ser utilizado.

A partir da criação do projeto intitulado “Jardim” condição inicial para o desenvolvimento e garantia da segurança do banco de dados e dos produtos, além das categorias pretendidas, ou seja, os temas a serem mapeados a partir do retângulo envolvente criado para o município pesquisado. Na ocasião foram criados mapas temáticos para: Uso das Terras, Geomorfologia, Geologia, Hipsometria, Declividade, Hidrografia e Limite Municipal, com e sem junção de rodovias estaduais e federais entendidas como importantes para a análise posterior.

A partir da criação do “*PIs*” ou planos de informação no *Spring* 5.6 e a visualização das informações relevantes para a pesquisa, os dados foram exportados para um *software* mais moderno e conseqüentemente com mais recursos para a produção final dos mapas que é o *Arc Gis*.

O processo de finalização dos produtos cartográficos se deu no *software Arc Gis*. O resultado é uma qualidade final que pode ser observada a partir da impressão que será na qualidade mínima solicitada de 600 dpi em papel A3 e irá favorecer as análises de uso da

terra, geologia, geomorfologia entre outros como suporte Geofísico do turismo de natureza no município de Jardim – MS.

3.1.1 Uso das Terras e ação antrópica relativo às atividades econômicas.

Mudanças globais estão quase sempre relacionadas a ações humanas, como exemplo disso podemos citar o processo de desmatamento crescente no Brasil e que em algumas regiões geográficas possui multi-variações para sua prática que aliadas ao processo histórico de uso e ocupação das terras podem oferecer de maneira interligada as inter-relações para sua compreensão.

Alguns autores apontam para características como a expansão agrícola, aliada a extração de madeira e ainda ao aumento da infraestrutura em áreas urbanas como sendo causas das consequências que se seguem (Ver figura 2). Por outro lado, o modelo de desenvolvimento proporcionado pelo Estado pode desencadear uma visão expansionista e economicista que certamente irá deflagrar impactos de toda ordem no território e na região.

3.1.2 MAPA DE USO DAS TERRAS

(FIGURA 2)

No município de Jardim, por exemplo, incentivado pela política do Estado de Mato Grosso do Sul, a economia está pautada nos setores primários e terciários, sendo as principais atividades o comércio e a pecuária. O Município de Jardim possuía mais de 200.000 cabeças de gado em 2010 (IBGE, 2010).

Por possuir características que formam vales aplainados são os locais destinados ao cultivo de cereais, em especial a soja, o girassol e o milho, além de pastagens artificiais, visto a facilidade de mecanização. Estas atividades têm aumentado sua área consideravelmente nos últimos anos, devido ao avanço da fronteira agrícola e à alta fertilidade dos solos, que atraiu agricultores de forma rápida e intensiva para a região (DIAS, 2000; HARRIS *et al.*, 2006). O Censo 2010 (IBGE, 2010) informa ainda que são produzidas no município, oficialmente: 1.800 toneladas de carvão vegetal e 1.500 metros cúbicos de madeira.

Vale lembrar que no Brasil entre os anos de 2000 e 2005 foram desmatados o equivalente a uma área de 31 mil quilômetros quadrados, o que equivale a 74% da área desmatada para toda a América do Sul que foi de 42 mil quilômetros quadrados Ferreira *et al* (2007).

Esses números reforçam uma tendência histórica. O Brasil buscou nos últimos séculos um fortalecimento da sua economia a base de exploração maciça dos seus recursos naturais, pautado no desmatamento. O desmatamento movimenta a economia através da exploração madeireira e abertura de áreas para pastagens, lavouras, ou núcleos urbanos (NORMANDES, 2008.p.23).

Os dados acima reforçam o embate significativo provocado pela estratégia de uso e ocupação das terras em regiões de biomas frágeis como o cerrado e que ocasionaram degradação ambiental ao longo dos anos, aliado a um ideal de crescimento econômico desenfreado e que se pauta na proposta de um conjunto de recursos naturais infinitos, o que cada vez mais se mostra equivocado.

Pode-se considerar que a região em estudo passa por um processo de conversão dos *habitat* naturais, outrora contínuos, para uma paisagem composta por fragmentos de cerrados, campos e floresta, imersos em uma matriz antrópica, predominantemente representada por pastagens plantadas.

Em relação à questão fundiária, na zona urbana, a posse dos lotes não está totalmente regularizada, sendo que muitos proprietários ainda possuem apenas notas e recibos de compras. Já a zona rural do município é caracterizada pela presença de médias e grandes propriedades, onde a regularização fundiária é maior.

De acordo com os levantamentos realizados para o presente Plano Municipal de Meio Ambiente (PMMA) Jardim, as áreas ocupadas com pastagem somam 144.222 ha, o que equivale a 65% do município. As áreas com agricultura somam 5.373 ha, equivalente a 2% do município enquanto as áreas cobertas com vegetação nativa somam 68.523 ha, correspondendo a 31% da área do município. A área urbana ocupa 1.581 ha, menos de 1% da área total do município.

O turismo de natureza frente a esse cenário se desenvolve nas áreas remanescentes de vegetação nativa e de recursos hídricos, este último que será debatido neste capítulo mais adiante, tem seu público basicamente agenciado por agências localizadas em município vizinho e se destaca pelos atrativos: buraco das araras, recanto ecológico rio da Prata, e lagoa misteriosa, todos estes localizados em Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), o que nesse destino, e em destinos que tem no segmento de natureza seu envolvimento é comum. Cabe discussão a forma como essas áreas são transformadas em recurso turístico, no entanto, não faremos nesse trabalho por entender que o assunto merece uma amplitude de debate específico e criterioso, e para além, cabe ressaltar a proximidade dessas áreas naturais particulares, com outras unidades de conservação existentes no território jardinense e que podem ser consideradas cênicas, é o caso do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PARNA Bodoquena), implantado na década passada, no ano de 2000, está com grande parte de sua área em litígio com proprietários de fazendas no interior da delimitação proposta pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), Até o ano de 2010 segundo o ICMBio apenas 10% da área havia sido desapropriada pelo órgão, o que tem atrasado o zoneamento e a liberação do uso público, conseqüentemente o Turismo nessa unidade de conservação (UC) importante para o desenvolvimento da região.

Principalmente o “olhar” sobre a região sugere a incorporação dos recursos para o Turismo aos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena. Tendo em vista as políticas de

Turismo hoje desenvolvidas e implementadas pelo governo federal junto ao aval da esfera estadual, e local, principalmente voltada a Regionalização do Turismo, e ainda a estruturação dos municípios citados, imagina-se que Bonito ficará a frente dessa “distribuição” dos sítios, tanto oriundos de belezas cênicas, quanto os apontados como geossítios pelo Geopark Bodoquena-Pantanal.

3.1.3 Geologia e Geopark Bodoquena-Pantanal em Jardim, MS.

Em Mato Grosso do Sul ocorrem três unidades geotectônicas: plataforma Amazônica, Cinturão metamórfico Paraguai-Araguaia e Bacia Sedimentar do Paraná. Jardim localiza-se entre as duas últimas formações e está inserido na região denominada de Depressão do Miranda. A altitude varia entre 250 a 600 metros nas duas formações montanhosas: a Serra de Maracaju e a Serra da Bodoquena. Na Serra da Bodoquena as formações cársticas são responsáveis por belezas cênicas que atraem cada vez mais visitantes à região, formando rios de labirintos subterrâneos e cavernas de alta relevância científica.

Essas excepcionalidades da geologia do município vão compor a formação do Geopark Bodoquena-Pantanal em vias de implementação junto a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a *Global Geopark Network* – Rede Global de Geopark (GGN).

Esses recursos em breve estarão expostos ao público em geral, a partir da formalização pela UNESCO do Geopark Bodoquena-pantanal. A identificação Geopark é uma marca atribuída pela UNESCO a uma área onde ocorrem excepcionalidades geológicas que são protegidas e aproveitadas como elementos indutores de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável.

A região da Serra da Bodoquena e Pantanal, além de belíssima do ponto de vista fisiográfico e envolver importantes e frágeis ecossistemas de grande interesse turístico, no seu substrato rochoso existem particularidades geológicas e paleontológicas que precisam ser preservadas, uma vez que são registros de fundamental importância para o entendimento da evolução da geologia e da vida na Terra, em escala global (Dossiê Geopark Bodoquena Pantanal, 2010.p.8).

Devido a sua localização o município de Jardim compõe o eixo de municípios que foram contemplados com a demarcação de geossítios entre eles se destacam no segmento de atrativos naturais: o buraco das araras, a lagoa misteriosa, o recanto ecológico rio da Prata e ainda o buraco das abelhas, e o buraco do japonês.

O município de Jardim apresenta rochas do Período Pré-Cambriano, Complexo Rio Apa e Grupo Corumbá (Formação Cerradinho com sedimentos clástico-carbonatado e Formação Bocaina). Do período Quaternário Pleistoceno (Formação Xaraiés, formada por tufos calcários travertinos e conglomerados calcíferos, geralmenteossilíferos); Rochas do período Carbonífero, Super Grupo Tubarão - Grupo Itararé (Formação Aquidauana) e Período Jurássico Grupo São Bento (Formação Serra Geral - domínio de basalto, constituídos por rochas de cores verde e cinza-escuro. A presença de arenitos intertrapeados, sugerindo origem eólica, às vezes subaquosas, é evidenciada com certa frequência ao longo da faixa de domínio do basalto e Formação Botucatu, Arenitos finos a muito finos, apresentando feições evocativas de “micropontamentos”, o que, muitas vezes, caracteriza processo de abrasão eólica). (SEMAG, 2009.p.272).

Dentre as diversas unidades geológicas encontradas no município de Jardim chama a atenção para o Turismo três delas especialmente, a formação Cerradinho, Bocaina e Xaraiés. A primeira delas, pela alta composição carbonática encontrada na região, que oferece ao visitante - turista dessas áreas, um caráter de unicidade ao Geossistema regional.

Já a formação Xaraiés cuja maior incidência se dá ao longo dos cursos d'água que drenam a Serra da Bodoquena é identificada pela alta concentração e deposição de tufas no ambiente serrano. É favorecida pela predominância de águas autogênicas, que ao circularem pelos calcários supersaturados em carbonatos, os dissolvem e se enriquecem neste elemento, que, em parte, acaba precipitando-se novamente e se incrustando por onde as águas passam, em decorrência de uma ação combinada com a abundante flora aquática desenvolvida nos cristalinos cursos d'água da região. As tufas da Serra da Bodoquena ocorrem tanto no Planalto da Bodoquena quanto na Depressão do Rio Miranda e do Rio da Prata. No entanto, o mais expressivo registro de tufas calcárias da América do Sul está localizado na Serra da Bodoquena, nos depósitos sedimentários quaternários (SALLUN FILHO *et al.* 2009). Encontram-se exemplos dessa formação nos atrativos: recanto ecológico rio da Prata e lagoa misteriosa, dois dos atrativos que demandam maior fluxo de

visitantes na região e se localizam no município de Jardim (Dossiê Geopark Bodoquena – Pantanal, 2010.p.31).

Com a formação Bocaina se destaca a supersaturação em carbonato de cálcio e a ausência de siliciclásticos nas rochas calcárias que são responsáveis pela extrema limpidez dos cursos d'água que brotam na serra da Bodoquena. “Podemos citar o rio Perdido, que brota no PARNA Bodoquena e tem em parte de seu curso a existência de diversos ‘sumidouros’ e cachoeiras, além de ser um recurso para a prática de atividades de aventura como o rafting a canoagem e o bóia-cross, além de mergulho e flutuação.

Podemos destacar a capacidade dessa formação em colaborar com limpidez que permite que os raios solares atinjam o leito dos rios, possibilitando o desenvolvimento de uma espetacular e abundante flora aquática (algas), que além de curiosa e bela, é fonte de alimentos à fauna e, numa ação combinada com as águas carbonatadas, permite que se formem magníficas tufas calcárias. Como resultados formam-se aquários naturais e cenários de impressionante beleza, que atraem turistas do mundo todo. Essas rochas sustentam grande parte da serra da Bodoquena com configuração morfológica de relevo bastante acidentado, em parte, sob a forma de planalto escarpado. (Dossiê Geopark Bodoquena – Pantanal, 2010.p.26).

Constitui se numa feição propicia a que o complexo sistema de águas subterrâneas dos terrenos calcários esteja ainda hoje a ampliar muitas das espetaculares e grandes cavidades que existem na região, a exemplo do Abismo Anhumas. Esse fato, aliado às características composicionais das rochas, fazem da serra da Bodoquena uma das mais magníficas feições cársticas do Brasil, tanto pela beleza cênica, quanto pelo seu sistema hídrico superficial de águas incrivelmente cristalinas e revestidas por tufas calcárias, as quais aparecem edificando belas e curiosas corredeiras, cachoeiras, piscinas e esculturas naturais. (Dossiê Geopark Bodoquena – Pantanal, 2010.p. 27).

A Depressão do Miranda é constituída, na parte leste, por rochas terrígenas e carbonáticas (principalmente dolomíticas) dos grupos Corumbá e Cuiabá deformadas da faixa Paraguai. No quadro 2 abaixo e no mapa da geologia (Figura 2) a seguir, podemos compreender a importância da formação geológica de Jardim, tendo em vista, as características de cada unidade representada no território.

3.1.5 MAPA DE GEOLOGIA

(FIGURA 3)

3.1.6 Jardim - Principais rios

O município está sob influência do sistema fluvial da Bacia do Rio da Prata, sendo que o mesmo pertence à Bacia do Alto Paraguai e sub-bacias do Rio Miranda e do Rio da Prata. Apresenta uma rica rede hídrica e suas principais sub-bacias são as seguintes:

- Rio Miranda: a Bacia Hidrográfica do Rio Miranda ocupa 90,3% do território do município, perfazendo mais de 1.988 km². O Rio Miranda faz divisa entre os municípios de Guia Lopes da Laguna e Jardim, possui extensão total de 318 km. O Rio Miranda é responsável pelo abastecimento de água no município de Jardim e Guia Lopes da Laguna. Afluente pela margem esquerda do rio Paraguai. Bacia do rio Paraguai. São aproximadamente 200 km de navegação possíveis, de Miranda até a foz na altura do distrito de Albuquerque (Corumbá).
- Rio Perdido: Importante afluente do Rio Apa. Parte de seu curso está inserido na área do PARNA Serra da Bodoquena. Apresenta sumidouros no seu percurso (daí a origem do seu nome), de formação calcária o que lhe imprime beleza cênica e grande potencial turístico.
- Rio da Prata: As nascentes do Rio da Prata estão localizadas na área do entorno do PARNA Serra da Bodoquena, sendo o curso do rio divisor dos municípios de Jardim e Bonito. Representa um importante corredor ecológico conectado com o PARNA a sudoeste e com o Rio Miranda a oeste, do qual é afluente.
- Rio Roncador e Rio dos Velhos: Representam duas das três principais nascentes formadoras do Rio Miranda no território de Jardim.
- Rio Verde: Importante afluente do Rio da Prata.

3.1.7 MAPA PRINCIPAIS RIOS (FIGURA 4)

3.1.8 Formas de relevo jardinense.

As formas de relevo do município de Jardim dividem-se em quatro Regiões:

1. Região dos Planaltos da Borda Ocidental da Bacia do Paraná, com a unidade geomorfológica Planalto de Maracaju;
2. Região da Depressão do Alto Paraguai, com as unidades: Piemontes da Serra de Maracaju, Depressão de Aquidauana-Bela Vista e Depressão de Bonito;
3. Região da Bodoquena e Morrarias do Urucum-Amolar, com a unidade, Serra da Bodoquena;
4. Região do Pantanal Mato-Grossense com a unidade Pantanal do Apa-Amonguija-Aquidabã. (SEMAC, 2010.p.272)

No município de Jardim, segundo o quadro 3 abaixo e o mapa de geomorfologia do município apresenta as feições Modelados Planos-P, relevo plano, geralmente elaborado por várias fases de retomada erosiva; Modelados de Dissecação - D, com relevos elaborados pela ação fluvial, Modelados de Acumulação fluvial - Af, áreas planas resultante de acumulação fluvial sujeita a inundações periódicas e Modelados de Inundação - Ai. Área plana ou embaciada, Zonal, argilosa e/ou arenosa, sujeita a inundações Periódicas, ligadas ou não à rede de drenagem atual.

3.2 Formas de relevo (Figura 5)

3.2.1 Leitura da hipsometria do município.

Analisando as informações obtidas a elaboração do mapa, observa-se que as altitudes variam de aproximadamente 150 a 600 metros em relação ao nível do mar. É na porção extremo noroeste do território de Jardim que encontramos as áreas com maiores altitudes com picos de 600 metros, onde se localiza a porção Jardimense da Serra da Bodoquena.

A porção territorial mais ao centro do município é caracterizada por relevo plano e suave ondulado, sendo a área próxima ao rio Miranda com a incidência de altitudes menores chegando a 150 metros. Finalmente na porção extremo-sul podemos determinar um padrão relacionado à porção central, que é relevo suave-ondulado, com altitudes que variam de 250 a 450 metros (PLANO DIRETOR MUNICIPAL, 2009.p.71).

3.2.2 MAPA DE HIPSOMETRIA (Figura 6)

3.2.3 Análise da declividade de Jardim, MS.

A análise da declividade vem ao encontro dos dados de hipsometria, confirmando as características do relevo São elas: Na região da Serra da Bodoquena existem as mais altas declividades, ultrapassando 30 graus; Na região central existe a área mais plana do município, com declividade próxima de zero; No restante do município encontram-se declives condizentes com relevos suave ondulados, de aproximadamente 10 graus.

3.2.4 MAPA DE DECLIVIDADE (Figura 7)

3.3 PLANEJAMENTO AMBIENTAL E TURISMO NA NATUREZA.

“Conhecer, para planejar”, essa deveria ser a máxima de localidades que pretendem obter retorno sustentável da atividade turística. Conhecer o meio físico, suas limitações naturais, suas potencialidades, seus elementos de diferenciação nas dimensões cultural, social, econômica, aspectos da região, contextualizadas no sistema turístico ao qual se pretende inserir. Planejar no intuito de evitar conflitos, distúrbios, impactos ambientais negativos Tudo isso é elementar.

Essa leitura do “estado da arte” local, regional ou global, pode ser decisiva no intuito de um uso sustentável de recursos naturais, por exemplo, analisar e avaliar os recursos existentes no território além de avaliar os impactos positivos e negativos existentes, advindos das atividades econômicas seja quais forem pode ser fator determinante no processo decisório da viagem, ou seja, nenhum turista de natureza vai empreender deslocamento a destinos reconhecidamente poluidores, ou destinos que por sua característica de exploração agrícola desmatem áreas próximas a sítios turísticos.

Assim, podemos afirmar que qualquer forma de desenvolvimento econômico necessita de um esmero no intuito de atingir objetivos e metas traçadas, sejam implícitos ou explícitos, em médio e longo prazo.

O planejamento de qualquer atividade econômica ou social que implique no uso e ocupação do solo necessita do conhecimento adequado do meio físico, de suas aptidões e limitações naturais. A atividade de planejamento implica não somente numa reflexão sobre as condições econômicas, política, culturais e sociais, mas exige também uma análise acurada das condições ambientais, no seu sentido mais amplo. (EMBRATUR, 1992. p13)

Caracterizar o meio físico como debatido no capítulo anterior é fundamental, no entanto, entender que esse meio além de proporcionar possibilidades para a atividade turística também possui limites, onde entendê-los é parte fundamental do planejamento. Para tanto é fundamental conhecê-lo, como sendo parte do controle de ações a fim de assimilar ou absorver aspectos da antropização nesse sistema.

O planejamento e o zoneamento ambiental podem ser entendidos como: “o início e a execução de atividades para dirigir e controlar a coleta, a transformação, a distribuição e a disposição dos recursos sob uma maneira capaz de sustentar as atividades humanas com um mínimo de distúrbios nos processos físicos, ambientais e sociais” (CHRISTOFOLETTI, 1999.p.62).

Planejamento pode ser categorizado como sendo estratégico ou operacional e distingue-se em diferentes escalas (local, regional, nacional) além de poder ser voltado ao urbano, ao rural, ambiental que é foco dessa análise, econômico.

- **Planejamento estratégico:** relaciona-se com as tomadas de decisão, a médio e longo prazo, envolvendo geralmente um conjunto de pesquisas e discussões, acessórias e negociações. As atividades que servem como base as tomadas de decisões podem ser categorizadas em dois grupos: a organização do próprio processo de tomada de decisão e a produção dos resultados tangíveis, na forma de planos, programas e projetos. Esses dois aspectos no planejamento estratégico geralmente são referenciados como sendo processual e substantivo. O planejamento processual produz a infraestrutura organizacional e a tomada de decisão, na qual os planejadores substantivos podem produzir relatórios de pesquisa, relatórios de políticas, material informativo, e eventualmente, planos oficiais, planos de reformulação, programas de implementação e delineamento de projetos.
- **Planejamento operacional:** as iniciativas e atividades de controle que se encontram conectadas com a implementação dos planos a serem executados. Esse aspecto do planejamento envolve o julgamento de aplicações e autorizações, com respeito ao desenvolvimento, construção e instalações. Mas também inclui a monitoria e o controle de programas em andamento.
- **O planejamento ambiental:** envolve-se com os programas de utilização dos sistemas ambientais, como elemento condicionante de planos nas escalas espaciais do local, regional, nacional, ou de atividades setorializadas como uso do solo urbano, uso do solo rural, execução de obras de engenharia e planejamento econômico.

São oferecidas pelos autores BRAAT e LIEROP (1987) apud CHRISTOFOLETTI (1999.p.162) em função das categorias de planejamento delineadas, nove classes de conflitos políticos que podem se relacionar com planejamento ambiental que são:

- a) Questões ligadas com a política ecológica:
 - Classe1 – Impactos ecológicos do uso de recursos;
 - Classe2 – Impactos ligados com a poluição e distúrbios;

Classe3 – manejo para conservação dos ecossistemas;

b) Questões ligadas com a política econômica:

Classe4 – Impactos econômicos de uso de recursos;

Classe5 – Impactos econômicos da poluição e distúrbios;

Classe6 – manejo para a otimização econômica;

c) Questões ligadas com a integração econômico-ecológica:

Classe7 – Uso sustentável dos recursos;

Classe8 – Uso sustentável dos serviços ambientais;

Classe9 – Zoneamento do sistema total.

O planejamento ambiental pode ser uma ferramenta importante momento, tendo em vista que segundo Silva (2006,p.92) ele refere-se: “a um processo de pensar e estruturar possibilidades que levem ao gerenciamento de conflito de diversas ordens: econômicos, sociais, políticos, culturais e naturais”. Enfim, que pode auxiliar a agir, tendo em vista, minimizar conflitos e permitir acesso à comunidade, além de impactos ambientais. (SILVA, 2006)

Em virtude de sua característica de produto não acabado o turismo, sob o ponto de vista sistêmico, prezado por esse autor, aponta para relações de interdependência e correlação com outros setores da economia e da política das localidades ou região onde se insere como temos estudado até o presente momento e como aponta a figura na página seguinte.

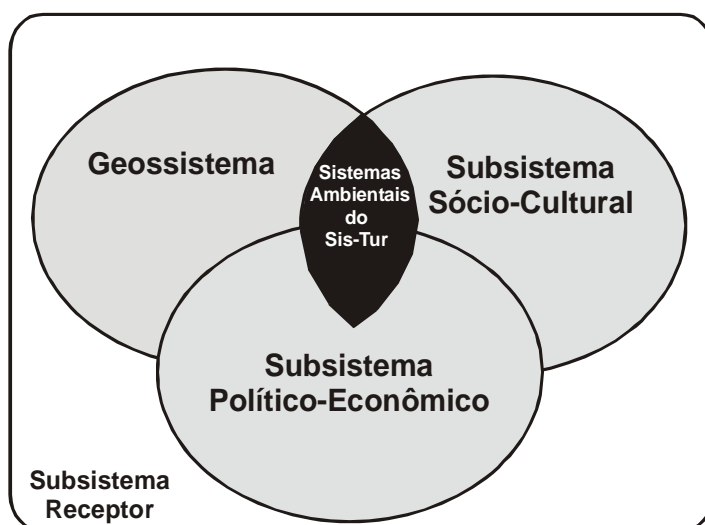


Figura 8 – Processo de interação dos sistemas ambientais do sistema turístico
Organização: Charlei Aparecido da Silva (2006).

Segundo Almeida *et alli* (2001) *apud* Silva (2006.p.97) “é a partir da perspectiva sistêmica que podemos propor a criação de um arcabouço que demonstre as relações existentes entre as forças *político-socio-economicas* que atuam no ambiente geográfico tempo e no espaço”.

Do ponto de vista do Turismo, uma localidade a beira de um rio pode ser perfeita para a implantação de um empreendimento turístico. No entanto, o planejamento industrial poderá estar prevendo a implantação de uma fábrica de celulose a montante do rio, que poluirá as águas, prejudicando, assim, o empreendimento turístico. (EMBRATUR, 1992.p.4).

Essa realidade vem à baila quando do entendimento das interações, da complexidade, que formam o todo caracterizado no meio físico e socioeconômico. É fundamental uma visão sistêmica das ações que compõem o processo de planejamento ambiental.

O planejamento ambiental pode ser proposto para fins turísticos, tendo em vista, um modelo de ordenação compatível com o nível de complexidade exigido em estudos turísticos, ou seja, não apenas privilegiando propostas de desenvolvimento territorial forçadamente embasada em diretrizes economicistas, mas privilegiando o uso sustentável dos recursos ambientais para fins turísticos em um processo de gestão integrada.

3.5 RECURSOS NATURAIS E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS

Dentre as diversas possibilidades de desenvolvimento de localidades e territórios atualmente, algumas delas, como tratados no subitem anterior são capazes de demandar, e o fazem, arranjos definitivamente perversos a esse mesmo território. São capazes de comprometer toda sorte de recursos em nome de corporações e grandes empresas a serviço da globalização e do progresso além de prometerem a sociedade sustentabilidade e delírios de qualidade de vida. Com a atividade turística de natureza, que é foco de análise enquanto nesse trabalho, não é diferente. Existem possibilidades e conflitos

No entanto os conflitos também são lugar comum na atividade turística como um todo. Para cada segmento do Turismo existem correntes apocalípticas que o apregoam como sendo potencialmente causador de impactos socioambientais negativos, e outras que o defendem como gerador de renda, emprego e desenvolvimento aliado a elementos

sustentáveis. Optamos por destacar que o Turismo pode ser uma atividade importante e potencial gerador de impactos como qualquer outra indústria, e ainda assim ser viável como opção nas diversas dimensões que o compõem desde que permeado por um planejamento inclusivo de todos os atores e participes.

Assim como os “problemas socioambientais” se dão em grande parte em ambientes onde as populações carecem de acesso a informação, a educação, saúde, saneamento etc, os impactos negativos, ou os problemas advindos da prática do turismo de natureza, se darão invariavelmente em locais onde seus frequentadores forem turistas de classe social mais baixa, correto? Na verdade isso não é certo.

O processo de segregação e não envolvimento da comunidade receptora na prática e planejamento da atividade turística em um território pode ser o indicador principal do nível de impacto negativo gerado sobre o ambiente da prática turística em questão, ou seja, na natureza. A participação da comunidade é fundamental para o desenvolvimento adequado do Turismo. Faria e Carneiro (2001) exemplarmente sustentam que:

Qualquer caracterização do Turismo envolve a priorização de objetivos e interesses específicos, seja do ponto de vista do cidadão que usufrui do turismo, seja do ponto de vista do local e da comunidade que recebe esse turista. Muito embora cada parte possa diferir da prioridade que dá a alguns objetivos, no geral, esses objetivos são complementares e tendem a constituir interesses, em maior ou menor grau, de todos os envolvidos na atividade turística. (FARIA e CARNEIRO, 2001.p.11).

Retomando a ideia de Ulrich Beck (1994) de que a sustentabilidade é o paradigma da sociedade de risco, nos parece que proporcionar a turistificação de um território sem o aval da população autóctone já é de certa maneira, um impacto socioambiental, tendo em vista o fato dos recursos utilizados serem oriundos da natureza, como rios, montanhas, fauna, flora.

A sustentabilidade não implica, tão somente, o manejo do subsistema ecológico, mas também, a moldagem dos objetivos sociais de maneira adaptativa. Um pré-requisito importante para a sustentabilidade é o balanço entre o desejo da sociedade e a capacidades ecológicas (VOINOV, 1999).

A sustentabilidade pode ser também entendida enquanto relação da sociedade com o meio ambiente, tendo em vista, que: “a noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora sozinhas” e ainda “Este termo designa as relações

de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes químicos, físicos, bióticos do meio integrando também seus aspectos, econômicos, sociais e culturais”. (VEYRET 2001 apud MENDONÇA 2004.p.187)

Dessa forma três elementos devem ser destacados:

- Uso sustentável: que ocorre quando os seres humanos utilizam os recursos renováveis, permitindo que os processos naturais de reposição ocorram e assim o sistema poderá renovar-se indefinidamente;
- Crescimento sustentável: onde a questão básica que se impõe é se o crescimento econômico leva ou não em consideração a limitação de recursos, sem o que ocorrerá degradação do ambiente, pois não pode haver crescimento que seja sustentável sem o controle do crescimento populacional e do consumo, *per capita* de recursos;
- Desenvolvimento sustentável: mais usado e de mais difícil definição. Pode se dizer que ainda está em construção, foi difundido a partir do relatório Brundtland de 1987 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNMAD, 1988) e da (CNMAD, 1992) realizada no Rio de Janeiro. Sua concepção e as estratégias de sua efetivação se encontram numa arena de disputa política, onde os diferentes atores defendem propostas de acordo com seus interesses.

Dada à complexidade das definições expostas anteriormente, na medida em que o meio ambiente, a natureza, é entendido como moeda, a perpetuação das desigualdades vai sendo moldada. Não é possível concluir que a atividade turística seja capaz de auxiliar no desenvolvimento sustentável, entretanto é fato que o uso sustentável dos recursos naturais deve ser incentivado como forma de “exploração planejada” (ROCHA NETO, 1998).

Para tanto o que foi proposto neste capítulo é o primeiro passo de uma proposta de organização do turismo de natureza em Jardim, MS. O levantamento das características do Geossistema é de fundamental relevância dentro do processo de planejamento ambiental e conseqüentemente da ordenação territorial firmemente defendida nesse trabalho, tendo em vista o aumento do fluxo turístico e certamente do fortalecimento do local como retorno da geração de divisas.

CAPITULO IV

RESULTADOS E DISCUSSÕES.

4. PLANEJAMENTO TURÍSTICO E ORDENAMENTO TERRITORIAL.

Segundo Ruschmann (1997) a proposta do uso do planejamento de municípios para o turismo deve estar combinada com elementos integrados e sinérgicos do território, fundamentalmente quando a proposta de segmentação se basear na recursividade ambiental presente. Aquela autora ainda aponta e propõe que:

Nos locais onde o Turismo não se desenvolveu satisfatoriamente apesar de possuir condições e recursos para tal, ocasionando uma discrepância entre potencialidade turística e atração de fluxo turístico. Nesses casos as características indicam subutilização da oferta turística agregada e pouco retorno dos investimentos realizados no setor, impossibilitando o desenvolvimento pleno da atividade.

Referenciados no pensamento de Ruschmann podemos entender aspectos de desenvolvimento do turismo encontrados no município de Jardim (MS) objeto desse estudo. O memorial do turismo no município é temporal a década de 1990, onde o turismo inicia seu ciclo, voltado a aspectos do ambiente natural preservado começa a ser estudado e oportunizado aos municípios a partir de políticas públicas como o Plano Nacional de Municipalização do Turismo detalhado e debatido no capítulo II desse trabalho. O município de Jardim inicia seu ciclo de investimentos com entusiasmo por parte de empreendedores privados, em sua grande maioria proprietários de fazendas localizadas no entorno da sede municipal que fazem a opção de infraestruturar o destino a partir dos recursos ambientais e de suas características geossistemicas encontrado no território, no entanto, o município pouco avançou na direção dos objetivos iniciais de captação de recursos pelo e para o turismo e além, o que se observa nos dias atuais é uma completa estagnação dessas estruturas criadas para o Turismo, que em alguns casos tiveram seu uso atrelado a outras atividades econômicas como criação de peixes e alevinos, ou simplesmente viraram sucata.

Face ao exposto há necessidade de se pensar e discutir o planejamento ambiental com fins turísticos, sobretudo a partir da análise da realidade local, condição que impõe a necessidade de ferramentas que permitam fazê-lo de forma eficiente e objetiva. Nesse sentido os modelos de análise demonstram-se eficientes, permitindo sintetizar a realidade, possibilitando análises, proposições e projeções sobre o fenômeno e áreas analisadas. (SILVA, 2006.102).

Planejar as possibilidades de municípios com características que podem ser relevantes para a atividade turística não é tarefa simples. Exige conhecimento e comprometimento com o local, entendimento das relações de poder existentes e exatidão nos dados e informações gerados ainda que de forma simbólica. Assim, segundo (BERRY, 1995) *apud* Christofolletti (1999.p.8) “considera-se que um modelo é uma representação da realidade sob uma forma material (representação tangível) ou forma simbólica (representação abstrata)”. Ou seja, descreve as características e condições de espaço e tempo. Segundo este autor, também pode ser entendido simplesmente como sendo: “qualquer representação simplificada da realidade ou de um aspecto do mundo real que surja como de interesse do pesquisador, que possibilite reconstruir a realidade, prever um comportamento, uma transformação, ou uma evolução” (CHRISTOFOLETTI, 1999.p.8).

Ainda segundo SILVA (2006.p.102); CHRISTOFOLETTI (1999.p.8) a definição mais adequada sobre o assunto vem dos autores HAGGETT e CHORLEY (1967; 1975. pp.08,09).

Modelo é uma estruturação simplificada da realidade que supostamente apresenta, de forma generalizada, características ou relações importantes. Os modelos são aproximações altamente subjetivas, por não incluírem todas as observações ou medidas associadas, mas são valiosos por obscurecerem detalhes acidentais e por permitirem os aspectos fundamentais da realidade.

Os modelos são difundidos no turismo porque podem auxiliar em análises de capacidade de carga, impactos ambientais em localidades, fluxo e demanda turística, entre outras. Segundo Martinez (2005.p.) “a aproximação da teoria sistêmica torna o turismo um campo propício para a aplicação de modelos”.

Para fins de uso turístico e em considerando os aspectos naturais para a atividade, os modelos mais propícios são os de características análogo-naturais, tendo em vista, possuir como principais característica esclarecer determinadas categorias de fenômenos ou

sistemas, representando de forma analógica e prontamente observável as ocorrências da natureza. Desse modo, o ciclo de vida das destinações turísticas, ou ciclo de Butler pode ser o ferramental ideal para analisar o município de Jardim e suas características representativas de atratividade e de oferta turística.

Tomando como base referencial o planejamento ambiental para fins turísticos, além de outros critérios de tomada de decisão, na elaboração de cenários futuros em destinos turísticos, podemos acrescentar o uso de modelos como elemento que engloba o diagnóstico dos sistemas ambientais em sua estruturação, processos e dinâmica. O uso de modelos tem em vista o estabelecimento de uma nova ordem frente aos *inputs* frente aos demais desafios em busca da estabilização do sistema. O cenário pode ser então compreendido como uma resposta do sistema que representa um novo *status* modificado do sistema.

Pode-se afirmar que os desafios centrais para a elaboração dos cenários futuros estão condicionados ao uso sustentável dos recursos naturais. No caso do Turismo a proposição é compatibilizar o desenvolvimento econômico, o uso adequado desses recursos e ainda prezar pela qualidade de vida das populações do destino.

O modelo de Butler dentro do conjunto de modelos análogos naturais destaca-se por ser análogo espacial, ou seja, capaz de relacionar um fenômeno a outros. No caso do Turismo, a observação de um determinado destino, Jardim, por exemplo, por possuir características mais facilmente observáveis pode auxiliar na compreensão das formas e processos em outras localidades. Segundo Christofolletti (1999.p.9) “a comparação com outras áreas consideradas de alguma forma semelhante permitirá que se façam generalizações mais significativas e com maior confiança sobre uma determinada área de estudo”.

A proposta de Butler baseia-se na necessidade de identificar, ao longo do tempo, nas localidades turísticas, estágios de capacidade e atratividade de fluxo turístico para que, assim, se realizem uma série de ações que possibilitem a manutenção da qualidade do produto turístico oferecido. Sua preocupação não reside, prioritariamente, na identificação dos impactos negativos do turismo em uma localidade, nem mesmo nos benefícios advindos dele. Ambos decorrem do ciclo da atividade que, por sua vez, gera fases específicas chamadas de exploração, investimentos, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e rejuvenescimento. (SILVA, 2006.p.103).

Por meio de elementos subjetivos e a partir da definição de longo prazo para estruturação de um destino turístico que segundo BROUWER (1987) “pode variar entre 10 a 15 anos”, para RUSCHMANN (1997) “o ciclo de desenvolvimento é de 20 anos”, ou seja, segundo os autores citados é o tempo que dispõe a localidade para sua estruturação frente ao surgimento de impactos positivos e negativos como sugere a figura abaixo:

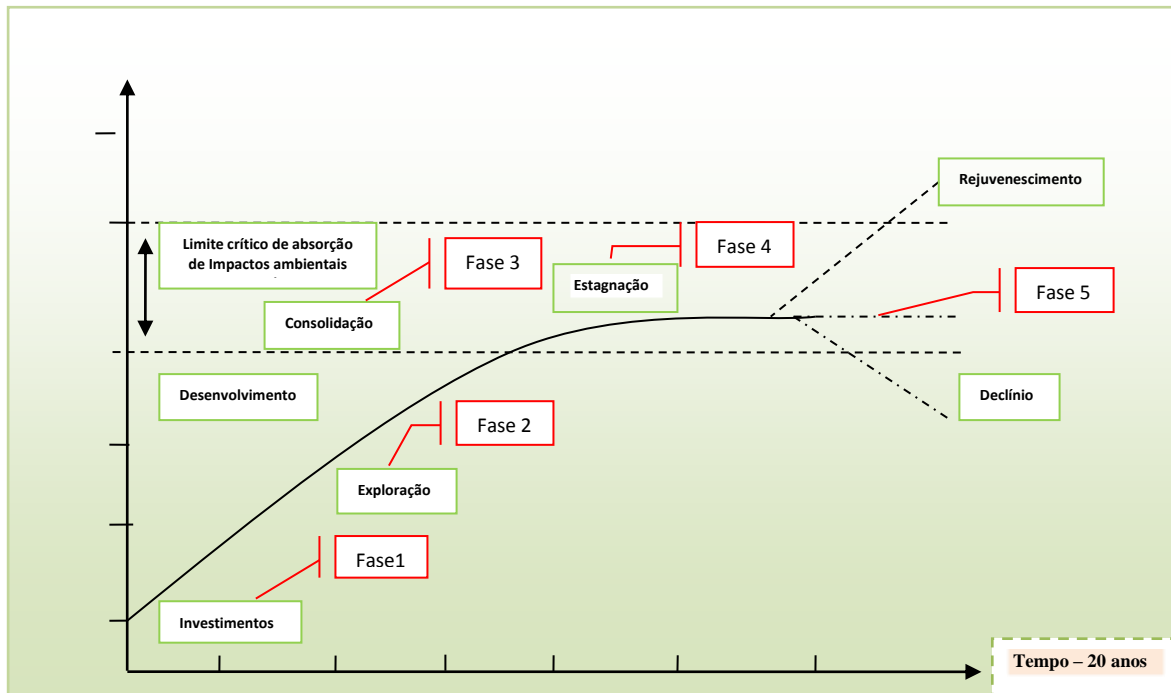


Figura 9: Modelo de ciclo de vida de destinos turísticos, segundo a qualidade do produto turístico oferecido e os níveis de atratividade.

Adaptado de SILVA (2006.p.105).

Desenho e organização: EICHENBERG, F.O (2013).

I – Fase – Investimentos: O destino não é turístico, entretanto existem elementos naturais, sociais, culturais significativos para que a atividade se desenrole no território. O pouco fluxo não busca necessariamente acessar esses recursos que até então não possuem definição turística, servem aos locais e são valorizados por isso. Ainda não foram segundo SILVA (2006. p105) “criados os arranjos espaciais, com funções turísticas, é a fase da descoberta da localidade, somente algumas pessoas tendem a ter pré-disposição para visitá-la, já que não há facilidades para atender aos anseios”. No município de Jardim, pode-se dizer que na década de 1990 por ocasião dos incentivos do poder público para o ecoturismo foi o que aconteceu. Pessoas de outras localidades compraram suas terras a preços irrisórios as margens dos principais recursos hídricos do município como o rio da Prata, o rio Miranda buscando participar do momento em que a atividade turística se

expandisse e o investimento fosse recuperado, o que não ocorreu, ainda que não seja nessa fase que o Turismo em Jardim se encontre.

II – Fase – Exploração e Desenvolvimento: Nessa fase ocorre um processo de inter-relação e transformação total do cotidiano da comunidade que já se encontra alterado frente aos anseios dos turistas. È nessa fase que a participação da comunidade nos processos decisórios normalmente é alijada. Toda estruturação foi realizada com a finalidade de atender as demanda do fluxo turístico que já é significativo. O município de Jardim iniciou o processo de estruturação e criação de um arranjo para o Turismo, no entanto, por estar limitado com Bonito, viu suas pretensões ficarem de lado e o município vizinho deslanchou no segmento de turismo de natureza, ficando Jardim com sua infraestrutura principalmente de pequenos hotéis a disposição de poucos turistas que insistiam em se hospedar e alimentar no município e buscar atividades em Bonito.

III – Fase - Consolidação: è considerada como o auge do ciclo de vida dos destinos turísticos a partir do modelo de Butler. Significa que a estruturação e os investimentos agora têm seu retorno garantido pela atividade turística. Segundo (Silva, 2006.p.106) “O arranjo espacial a define como turístico, e ela, nessa fase já está sacralizada e assume a condição de um signo mercadológico”. É a fase em que os atrativos existentes no município agora são desfrutados por turistas que são capazes de despender altas quantias para obter contato com ambientes pouco antropizados. Surgem nessa fase, indicadores de impactos ambientais iniciais, tendo em vista, que utilização que antes não tinha finalidade turística, agora não pode ser retomada pela comunidade, por exemplo, é nessa fase que os autóctones deixam de fazer uso desses espaços naturais antes por eles preservados como patrimônios naturais, culturais, os espaços agora mudaram de função e alteraram por sua vez a ordem social.

IV – Fase – Estagnação: a fase da estagnação é caracterizada pela alteração do perfil do turista, antes em busca de originalidade e personalidade, agora se percebe elementos compatíveis com o turismo de massa. A atividade turística nesse cenário está desgastada e não consegue mais se destacar pelo valor agregado de outrora. É um período onde se observa um alto índice de sazonalidade e “prostituição” do destino, no sentido de queda dos preços e desestabilização econômica. Observa-se em localidades que passam pela fase em questão um turismo com alta capacidade de produzir impactos negativos de toda ordem, em especial no município de Jardim, talvez essa seja a fase do Turismo atual, ainda

que essa demanda seja *input* de um fluxo regional, em especial, do município de Bonito, que se utiliza dos recursos ambientais em Jardim como atrativo, exemplos: buraco das araras, recanto ecológico rio da Prata, lagoa misteriosa. Entende-se que por ocasião da falta de infraestrutura para a gestão do Turismo em âmbito local, Jardim permite ser uma espécie de quintal da vizinha Bonito, onde em períodos de alta temporada, Jardim sirva ao propósito de hospedagem e alimentação de um fluxo regional.

V – Fase - Rejuvenescimento ou Declínio: é a fase onde o destino pode perder totalmente a capacidade de atração caso não promova um rearranjo do território, de seus atrativos, da infraestrutura e seja capaz de agregar valor novamente ao seu produto turístico. É o momento onde tudo pode ficar sem significado pela perda do fluxo turístico. A localidade segundo SILVA, (2006.p.107) “deixa de ser turística”. Uma possibilidade é um retorno às raízes, uma renovação, um renascimento, que pode ser alcançado com um reordenamento do território, desde que seja possível a reparação dos impactos negativos quase sempre presentes, em virtude das fases anteriores.

Sobremaneira fica claro que atividade turística consome os valores ambientais e culturais existentes ao longo do desdobramento da atividade. As características antes originais dão lugar a espaços pouco preservados e nada conservados. Não há motivação de retorno do turista, o que vai refletir em atrativos sem significado para a indústria do turismo inviabilizando o que se entende por sustentabilidade. Ademais retomamos o pensamento de Ulrich Beck (1994) que vai definir a sustentabilidade como: “o paradigma da sociedade de risco”.

Se entendermos o Turismo enquanto sistema, devemos aceitar que o mesmo é finito, e obedece a preceitos que regem este fim. O desdobramento evolutivo da atividade terá seu fim um dia, e os municípios e destinos que não sejam capazes de rearranjarem seu território serão os “perdedores”, enquanto os municípios, ou destinos que conseguirem um “reordenamento dos objetos presentes na realidade” (SILVA, 2006.p.107) serão os “ganhadores”.

Assim a complexidade do turismo exige que sua análise seja a partir de suas características sistêmicas, o que segundo SILVA (2006.108) “explica por que o turismo é capaz de se extinguir e completar concomitantemente”

4.1 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO TURÍSTICO DE JARDIM

O Plano Diretor é a principal lei do município que trata da organização e ocupação do seu território. Mais do que isso, no Estatuto da Cidade o Plano Diretor é resultado de um processo político, dinâmico e participativo que mobiliza o conjunto da sociedade, todos os segmentos sociais, para discutir e estabelecer um pacto sobre o projeto de desenvolvimento do município (MINISTÉRIO DAS CIDADES, P.14).

O documento pode ser uma ferramenta de rediscussão das funções sociais do território, tendo em vista, as possibilidades de uso econômico e social procurando desenvolver todos os espaços e promover o acesso e o exercício do direito a cidade para todos. Sendo assim, são atribuições do plano diretor participativo: “destinação de cada pedaço do território do município. A ocupação de todas as áreas deverá considerar o bem estar coletivo, de todos os habitantes do município, seja ela residência, comércio, indústria, serviços, área pública, área para equipamentos coletivos” Ministério das cidades (2005, p.14)

Os municípios considerados turísticos são obrigados a ter Plano Diretor, exatamente para prevenir problemas e para canalizar os benefícios da atividade. Dependendo do grau de desarticulação e despreparo da cidade para absorver os impactos da transformação, bem como das pressões para implementação dos investimentos, pode haver uma descaracterização acelerada que implica até, em curto prazo, em resultados danosos. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005. P.46).

As ações de suporte a elaboração, revisão e acompanhamento dos planos diretores de municípios turísticos são realizados a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo. Para a elaboração do Plano Diretor Participativo de Jardim foram realizadas oficinas nas localidades de Quero-Quero, Recanto do Rio Miranda, Guardinha, Boqueirão e na sede do município, alguns questionamentos quanto à quantidade de dias disponibilizados e os horários das oficinas foram questionados pelo autor quando da publicização dos resultados no ano de 2010, obtendo como resposta, que o numero de reuniões foi suficiente e que atingiu os objetivos da Prefeitura Municipal para o plano.

Segundo a consultoria responsável, os principais temas tratados pela população, que colaborou com informações para a elaboração do Plano Diretor, estão vinculados à educação, saúde, transporte, meio ambiente e turismo.

4.1.1 Quadro síntese Plano diretor

4.1.2 Mapa de Zoneamento do município pelo Plano diretor participativo turístico

O plano diretor do município de Jardim identificou sete Macrozonas e orientou para diretrizes e recomendações de uso das terras no município e que estão dispostas na figura 8 como sendo prioridade para o planejamento territorial nos anos subsequentes, entre elas, a MRIT que utilizaremos como base para a ampliação da proposta de zoneamento que será apresentada mais adiante

4.3 PROPOSTA DE ZONEAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS PARA O TURISMO NA NATUREZA.

Correspondem como sendo a Macrozona Rural de Interesse Turístico (MRIT) no plano diretor, as áreas do território municipal onde não existem ocupações de caráter urbano e cujas características geomorfológicas indicam grande inadequação a esse tipo de ocupação – região de ocorrência de altas declividades e de recursos hídricos de beleza cênica como oferta turística. Adicionalmente, nessa porção territorial estão concentradas as maiores extensões de cobertura florestal significativa, sendo enquadradas pelo Código Florestal como “Áreas de Preservação Permanente”. Estão presentes os remanescentes de Mata Atlântica mais significativa da região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul e compõe, por conseguinte, a parcela de Jardim, do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Englobam nesse território enquanto recursos ambientais as nascentes do rio Olho d água e os atrativos da Lagoa Misteriosa, Recanto Ecológico Rio da Prata, Buraco das Araras, Balneário Municipal e Balneário e Camping do Assis. As atividades citadas anteriormente. Os atrativos citados que estão em pleno funcionamento e os demais recursos potenciais que estão elencados no Plano diretor foram espacializados e formam o mapa de zoneamento (Figura 11 abaixo)

A faixa onde o uso dos recursos hídricos do município, principalmente representada pelo rio da Prata, foi segundo a prefeitura do município zoneada de modo a contribuir para a proteção da área, que corresponde a uma dinâmica de cooperação nas quais conhecimento e manejo de conservação e proteção principalmente de remanescentes de mata atlântica e, está sendo proposto a fim de contribuir na recuperação de áreas naturais altamente antropizadas como é o caso da RPPN recanto ecológico rio da Prata e da lagoa misteriosa, que já desenvolve um projeto de recuperação da área de mata ciliar e reserva legal onde se localizam os atrativos anteriormente devastados para o plantio de pasto.

4.3.1 MAPA DE ZONEAMIENTO TURÍSTICO (Figura 11)

Dessa forma, o processo de zoneamento proposto pelo município no plano diretor leva em consideração apenas os recursos naturais existentes em uma pequena parcela do território jardinense que se encontra em processo legal e autorizado de exploração para o Turismo e é comercializado e operado por empresas de outro município da região, Bonito, no entanto o que esse trabalho propõe é espacializar todos os atrativos que compõem recursos potenciais e já em operação.

Sendo assim, buscou-se estabelecer de acordo com (SILVA, 2006.p.273) zonas distintas dentro do território jardinense a fim de que se pudessem entender aspectos como zona de Atratividade do município, tendo em vista alguns atrativos serem reconhecidamente visitados e estarem em um rol de atrativos de beleza cênica da região por suas características geológicas, geomorfológicas, hidrográficas, algumas de formações inclusive raras e endêmicas. Por outro lado foram criadas outras duas zonas, a de Relevância e a de Pressão, ambas responsáveis por manter o equilíbrio ambiental do Geossistema e garantir o fluxo continuado de turistas que visitam a região.

Para isso tomamos como embasamento o processo de espacialização e tratamento de imagens de satélite Landsat usando a ferramenta do Arc gis 9.1 e Corel x5 de Julho e Outubro de 2010 e que foram especialmente usados para o mapeamento temático municipal, formando um mosaico de informações espacializadas dos 25 atrativos descritos no plano diretor e que compõe a oferta turística de natureza em Jardim, MS.

Tendo em vista que durante a revisão bibliográfica dessa pesquisa pretendeu-se sistematizar algumas idéias acerca das tipologias de turismo realizadas na natureza encontramos três distinções: turismo de aventura, turismo de natureza e ecoturismo, este último mais comumente ofertado na região, entretanto não é objetivo desse trabalho promover um aprofundamento desse debate, contudo, na figura

O uso desse material para fins de planejamento ambiental do território jardinense a partir da finalização dessa etapa ficará a livre vontade do poder público, Comtur e trade turístico de Jardim. Sabe-se que Jardim vive dias de instabilidade político – institucional o que sem dúvida reflete nas ações aqui desenvolvidas. O fato é que a partir dessa proposta espera-se que o município passe a compreender o nível de seus recursos e isso estimule seu desenvolvimento a partir do Turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desse trabalho em nível de Mestrado inicialmente era uma proposta de entender as relações de poder existentes no território do município de Jardim, e como essas relações afetavam o trato do município com Bonito, que explora e opera boa parte dos recursos naturais do território jardinense no intuito de se manter como o mais bem estruturado destino ecoturístico de Mato Grosso do Sul, e o é.

No decorrer da pesquisa tivemos clareza que isso se dá por pura e simples opção política do município. Também por conveniência, por não haver uma estrutura que faça frente à organização que está montada no município vizinho. Por não haver, ou estar desestruturada a principal instância de governança local de um município turístico, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Pelo município estar satisfeito em desempenhar um papel de coadjuvante na política de regionalização implementada pelo Ministério do Turismo. E que por isso, e só por isso, parece que Jardim perdeu o “bonde” da História.

Ressaltamos o que levou este autor a elaborar essa dissertação: é a certeza do potencial existente no município de Jardim para o turismo de natureza, e ainda o não entendimento sobre questões de ordem política envolvendo o trade local, o poder público e as instâncias de governança que compõem a região, não que isso tenha sido nesse trabalho desvelado, longe disso, o que fica, é a sensação de haver colaborado no entendimento do território do município de Jardim, MS, suas nuances, belezas e riquezas sistêmicas entendidas principalmente a partir da complexa e sempre dicotômica relação entre homem e natureza.

A relação sociedade e natureza na contemporaneidade têm na aproximação e interconectividade seu aspecto mais marcante. Pois ao retornar a natureza, o homem remonta sua ancestralidade e se (re) conecta com suas raízes. A partir dessa experiência o homem é capaz de promover a proteção em detrimento da degradação, tão comumente presenciada na sociedade de consumo e tão propalada como impacto negativo no Turismo.

O Turismo como *práxis* social, de fuga cotidiana, de anti *stress*, demanda uma compreensão não cartesiana de mundo, e uma mudança de paradigma. A ruptura atualmente se observa pelo pensamento sistêmico, que orienta uma visão a partir da complexidade, do todo, da totalidade quase Humboldtiana. Isso a partir da compreensão do que é Turismo, turismo de natureza, ecoturismo, suas abordagens e concepções, que aqui foram em alguma medida colocadas à prova.

Os impactos advindos da racionalização da Natureza pelo Turismo também foram expostos e na visão do autor remonta alguns séculos atrás, nada de novo, nenhuma novidade, entretanto o fato de em pleno século XXI a sociedade se propor a valorar, racionalizar e expor os recursos naturais, a Natureza, a um fetichismo exacerbado, com pseudônimos diversos, tais como: ecoturismo, turismo de aventura, em ambientes naturais, de natureza certamente em detrimento do sistema capitalista apontam para uma mercantilização total e complexa, que vai se desdobrar em leis, certificações e normas a serem concebidas e implementadas nas diversas categorias de turismo na natureza aqui apresentadas.

A perspectiva de um modelo de Turismo cada vez melhor organizado e planejado é o que te motivado estudos de diversas áreas do conhecimento sobre a atividade, o que inclui a Geografia e vários programas de Pós - graduação pelo Brasil. Sem dúvidas o planejamento é uma peça fundamental nessa estrutura, e é também responsável pela adequação do Turismo aos recursos oriundos e atores encontrados no território, e não o contrário.

O planejamento ambiental surge no contexto do Turismo praticado e pretendido em ambientes naturais preservados, ou não. Deve estabelecer uma gestão integrada e minimizar entre outros impactos negativos a falta de participação da comunidade receptora em diversos níveis, como forma de não se tornar indesejado, e também promover a proteção e manutenção da qualidade dos recursos ambientais a partir do uso de tecnologias inovadoras e disponíveis em caráter informativo aos envolvidos.

No cenário de uma gestão integrada do Turismo essas tecnologias precisam estar centradas no desenvolvimento de alternativas como, por exemplo, o uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para o mapeamento temático, do território proposto à atividade, ou então o uso de modelos como proposto neste trabalho a fim de estabelecer cenários futuros e garantir o uso adequado de recursos no processo de desenvolvimento com sustentabilidade. Certamente o uso dessas tecnologias trarão total entendimento e conhecimento da realidade encontrada no território, de modo a trazer efeitos econômicos contínuos, além de prevenir impactos ambientais, sociais e culturais negativos.

Essa revisão bibliográfica é fundamental quando da discussão dos resultados obtidos pela pesquisa aqui descrita.

O uso desse material para fins de planejamento ambiental do território jardinense a partir da finalização dessa etapa ficará a livre vontade do poder público, Comtur e *trade* turístico de Jardim. Sabe-se que Jardim vive dias de instabilidade político – institucional o que sem dúvida reflete nas ações aqui desenvolvidas. O fato é que a partir dessa proposta espera-se que o município passe a compreender o nível de seus recursos e isso estimule seu desenvolvimento a partir do Turismo.

Finalmente, acreditamos que os objetivos desse trabalho foram plenamente alcançados e satisfazem as exigências do Programa de Pós – graduação em Geografia da Universidade federal da Grande Dourados, que durante pouco mais de dois anos me permitiu sonhar e desvelar um pouco mais dos desafios do Turismo para o Estado de Mato Grosso do Sul e principalmente, entender que as possibilidades da condição de Geossistema único no município de Jardim, não podem estar em desalinho com a existência de conflitos ora burocráticos, ora de desmandos locais em prol de uma minoria, mas sim a serviço do desenvolvimento e bem estar da população local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. IN: YÁZIGI, E. *et al.* (org.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

BRASIL. **Turismo ecológico: uma atividade sustentável**. Brasília: BNDES, 2000.

BRASIL. **Os principais polos de ecoturismo no Brasil**. Brasília: BNDES, 2000.

BRASIL. **Prodetur: infraestrutura e seus reflexos no turismo**. Brasília: BNDES, 1999.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CAPRA, F. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. In STONE, M.K.; BARLOW, Z. (Orgs.). **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006 (p. 46-57).

CAMARGO, L.H.R; GUERRA, A.J.T. A geografia da complexidade: Aplicação das teorias de Auto – Organização do espaço geográfico In: **Contribuições a história e a epistemologia da geografia/** Antonio Carlos Vitte (Org),- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 294p

_____, **A ruptura do meio ambiente: Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: A geografia da complexidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 240 p.

CARVALHO, C.L.de. **Turismo, uma arma poderosa para incrementar o crescimento**. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Mobilização Nacional dos Municípios: Em Defesa do Pacto Federativo**. Brasília: CNM, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 17 ed. Brasil: Saraiva, 1997.

CORIOLOANO, L.N; VASCONCELOS, F.P. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EDUECE, 2007.

COSTA, L.C. **Os impasses do Estado capitalista. Uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. – Ponta Grossa. UEPG. São Paulo. – Cortez. 2006.

COSTA, W.M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 1997.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

DANN,G; NASH,D; PEARCE,P. **Methodology in tourism research**. Annals of tourism research, 1988.

DECRETO N. 10680. Cria o PRODETUR – Programa de desenvolvimento do turismo na região sul de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 2002

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Annablume – Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2002.

DREW, D. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. Tradução de João Alves dos Santos. – São Paulo/SP: DIFEL, 1986.

EICHENBERG, F.O; SILVA, C. A. Da. A Natureza capitalista do Turismo de Natureza, e a relação natureza – sociedade. Foz do Iguaçu – Unioeste. Encontro Paranaense de Pesquisadores em Hotelaria e Turismo, 2012.

_____. Da. **Políticas Públicas para o Turismo no Brasil escalas e paradigmas “considerados” na concepção e implementação.** Três Lagoas – MS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. III Fórum regional de programas de Pós Graduação em Geografia do centro oeste e Triângulo Mineiro. 2012.

_____. **A atividade turística no Brasil, do paradigma funcionalista ao territorialista – autonomia e heteronomia “consideradas” na elaboração e implementação de políticas públicas.** Málaga – (Espanha) Revista Tur y Des. Vol. 5 N. 12, Jun – Jul de 2012.

_____. **Turismo de Natureza: a relação homem/natureza e seus desdobramentos a partir dessa categoria de turismo.** Foz do Iguaçu – VI Festival Internacional de turismo das Cataratas, 2012.

EMBRATUR. Plano nacional de municipalização do turismo. Brasília: Imprensa oficial, 1994.

FALETTI, T. **Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: O Brasil em perspectiva comparada.** - Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 46-85

FIGUEIRÒ. A.S. Diálogos em geografia física. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011.

GALBRAITH, J.K. **El nuevo estado industrial.** Madri: Sarpe, 1984.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento ecológico econômico: contribuições técnicas, jurídicas, teóricas e metodológicas.** Campo Grande: Volumes II e III – 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 6. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos.** São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

IBGE. **Manual técnico de geomorfologia**, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009.

IBGE. **Manual técnico de uso da terra**, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2006.

JESSOP, B. **O Estado e a construção de Estados**. Outubro, São Paulo, n. 15, 2007, p.11-43.

KERSTENETZKY, C. L. **Políticas Sociais: focalização ou universalização?** Revista de Economia Política, vol. 26, n. 4(104), pp. 564-574, out-dez 2006.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REIGOTA, Marcos. (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (p.111-129).

LEITE, T.S. **Encontro produtivo e ancoragem territorial: coordenação e relações firma – território em arranjos produtivos agroindustriais**. TESE DE DOUTORAMENTO: UFFRJ, 2004.

LENOBLE, R. História da ideia de natureza. Lisboa: Edições 70, 1969.

MARTINEZ, A.J.J. Aproximação a conceituação do turismo a partir da teoria geral de sistemas. In: TRIGO (Org.); NETTO, A.P; CARVALHO, M.A; PIRES, P.S.P. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

MATO GROSSO DO SUL, Lei n°. 2.307. Secretaria de estado de desenvolvimento agrário, da produção, da indústria, do comércio e do turismo. Campo Grande: Diário oficial, 2001.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo (8 anos): retratos de uma caminhada – estratégia e gestão**. Brasília: EMBRATUR, 2002. Disponível em: <www.embratur.org.br>. Acesso em: 25 de

Janeiro de 2012.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Santa Catarina: Edusc, 2001.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **La Méthode. Le nature de la nature**, Paris:Seuil, 1977.

PERINOTTO, A.R.C; QUEIRÓZ, O.T.M.M. **Território, ambiente, exploração e decadência da atividade mineradora e o processo atual de turistificação do espaço na Chapada Diamantina/BA**. Revista: historia ambiental e turismo, Vol.4, n.01 Maio de 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Da Geografia às Geo-grafias**. Texto apresentado na **II Conferencia Latino-americana y Caribeña de Ciencias Sociales**. Grupo de Trabajo de Economia Internacional. Universidad de Guadalajara, México, 2001.

_____. **Os (Des) caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

PECQUEUR, B. **A guinada territorial da economia global**. Disponível em: <http://journal.ufsc.br/index.php/politica/article/view/11615/10955> Acesso em 09-11-2011

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Revista Raízes: Vol.24, N. 1 e 2 Jan e Dez de 2005

PEARCE, Douglas G.; BUTLER, Richard W. (Org.) **Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2002.

PEREIRA, P.A.P. **Política Social: temas e questões**. – São Paulo: Cortez, 2008

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM. **Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica do município de Jardim, MS, Jardim: 2012**.

RATZEL, Friedrich. **La géographie politique**. Les concepts fondamentaux. Choix de textes et traduction de l' allemand par François Ewald. Paris: Fayard, 1987.

RAMOS, M.V. Aventura e Turismo de Aventura: Faces Mutantes. In: Análises regionais e globais do turismo brasileiro. Trigo, Luis Gonzaga Godói. (Org), 2005

RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo; Modernidade; Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo; Hucitec, 2002.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. São Paulo: Manole, 2002.

SADER, E. **Estado e Política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1998. Capítulos II e III.

SAENZ, R.G. **História de las doctrinas filosóficas**. México: Esfinge, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Técnica. Espaço Tempo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço**. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. In: **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, p.01-14, ago. 2006. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=1&cod_artigo=12

SANTOS FILHO, João dos. **Por que a ação da EMBRATUR se torna preocupante para a formulação de políticas públicas internas de turismo?** Revista Espaço Acadêmico, nº48, Maio, 2005. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/

_____. **EMBRATUR, da euforia ao esquecimento: o retorno às raízes quando serviu à ditadura militar**. Revista Espaço Acadêmico, nº48, Maio, 2005. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/

SANSOLO, Davis Gruber, CRUZ, Rita de Cássia Ariza Da. Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica. Rio de Janeiro: Caderno Virtual de Turismo, 2005. Disponível em: www.institutovirtualdeturismo

SERRANO, C; BRUHNS, H.T. **Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente.** São Paulo: Papirus 1997.

SILVA, C.A. Da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica.** Campinas, SP: Tese de Doutorado, 2006.

_____; PEREZ FILHO, A. Geografia, turismo e análise sistêmica In: **Contribuições a história e a epistemologia da geografia/** Antonio Carlos Vitte (Org), - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 294p.

SILVA, L. F. S. Da. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo: sustentabilidade e descentralização das políticas de turismo no recém-criado Município de Guapimirim, RJ/Luiz Fernando Saraiva da Silva.** – Niterói: [s.n.], 2006.

SIMMONS, I. G. Ecologia de los recursos naturales. Bertrand: Rio de Janeiro, 1980.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.** Rio de Janeiro: GRAAL, 2000.

SUERTEGARAY, D.M.A. Questão ambiental: produção e subordinação da natureza. In: SILVA, J.B. *et al* **Panorama da Geografia brasileira.** São Paulo: Annablume, 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: setor público e cenário geográfico.** São Paulo: Editora ALEPH, 2000; série turismo; vol. 3.

SILVA, N. M. Da. **Dinâmica de uso das terras nos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena (MS) e o estado de conservação dos recursos biológicos do Parque nacional da Serra da Bodoquena e de sua zona de amortecimento.** Tese de Doutorado: São Paulo, USP – 2008.

SILVA, C.A. Planejamento ambiental e turismo: a construção de um modelo teórico metodológico de análise. In: **Geografia e natureza: experiências e abordagens de pesquisas.** SILVA, C.A (Org.) *et al* – Dourados: Ed. UFGD, 2012.

SOLDATELLI, M. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, L.G.G, (Org.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: **Políticas públicas no Brasil**. (Org.) Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. – Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007

_____, C. Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e Alianças. *DADOS - Revista de Ciências Sociais* 44 (3):513-560.2001.

_____, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, jul./dez. 2006, n.16, p.20-45.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Desenvolvimento de Turismo Sustentável: manual para organizadores locais**. EMBRATUR: Brasília, 1998.

TOLEDO, C. N. de. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, E. (Org.) **Anos 90 – política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 127-136.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. O turismo no espaço globalizado. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo; Modernidade; Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.

VEIGA, José Eli Da. **Do global ao local**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

VITTE, A.C. Da metafísica da natureza a gênese da geografia física moderna. In: _____(Org.). **Contribuições a história e a epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.p.11-45.

_____. A terceira crítica Kantiana e sua influencia no moderno conceito de geografia física. *GEOUSP – Espaço e tempo*, n.19, p. 33-52, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização Urbana, Planejamento e Turismo: discípulos do amanhecer**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.

ANEXOS

APÊNDICES